

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
(UNICENTRO-PR)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“BAILES E FESTAS DO BARULHO:” SOCIABILIDADE E
CRIME EM MALLETT-PR (1925-1965)**

**IRATI
2017**

ANGELICA STACHUK

**“BAILES E FESTAS DO BARULHO” SOCIABILIDADE E CRIME
EM MALLETT-PR (1925-1965)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR.

Orientador: Prof. Dr. Oséias de Oliveira

IRATI

2017

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

STACHUK, Angelica.

S775b “Bailes e festas do barulho” sociabilidade e crime em Mallet-PR (1925-1965) /
Angelica Stachuk. – Irati, PR : [s.n], 2017.

114f.

Orientador: Prof. Dr. Oseias de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Área de concentração: História e Regiões. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.

1. História – dissertação. 2. Criminologia – aspecto social. I. Oliveira, Oseias de.
II. UNICENTRO. III. Título.

CDD 364



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Área de Concentração – História e Regiões

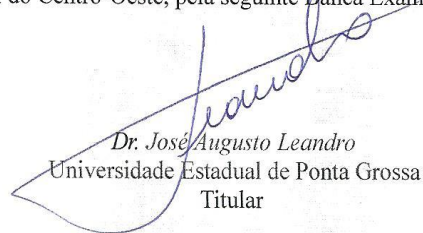


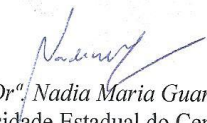
TERMO DE APROVAÇÃO


Angelica Stachuk

“Bailes e Festas do Barulho: sociabilidade e crime em Mallet-PR (1925-1955)”

Dissertação aprovada em 31/07/2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:


Dr. José Augusto Leandro
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Titular


Dr.ª Nadia Maria Guariza
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular


Dr. Oseias de Oliveira
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, por ter me dado a permissão de chegar até aqui, e por toda a força concedida na concretização desse trajetória.

Aos meus pais, Osvaldo e Izabel, pelo incentivo, amor e apoio dado nessa árdua caminhada. Vocês são meu alicerce, minha sustentação.

Ao meu orientador, professor Dr. Oséias de Oliveira, pela confiança, dedicação e incentivo no desenvolvimento do trabalho. Pelas críticas e sugestões na orientação, por indicar o caminho a seguir e mostrar-me outras possibilidades de investigação.

Aos professores da banca de qualificação, Dr. José Augusto Leandro e Dr^a Nádia Maria Guariza, pelas críticas, inquirições, sugestões e indicações de bibliografias muito úteis para o enriquecimento do texto.

Aos professores Claércio Ivan Schneider, Oséias de Oliveira, Hélio Sochodolak, Ricardo André Ferreira Martins pelas disciplinas ministradas, importantes para a reflexão do projeto e prosseguimento da dissertação.

Especialmente ao professor Dr. Valter Martins, pela indicação das fontes e discussões para o desenvolvimento da tese. Por sua amizade, apoio e incentivo. Pessoa de grande conhecimento, humildade e coração de ouro, registro aqui a minha gratidão.

Ao professor Hélio Sochodolak pelo estímulo e por suas contribuições para esta pesquisa.

Aos funcionários do Centro de Documentação de Memória de Irati, pela amabilidade e colaboração prestada sempre que solicitada.

Aos meus colegas de mestrado, pelos momentos partilhados em conjunto.

À amiga Sônia Vanessa Langaro, pela amizade, apoio. Junto compartilhamos angústias, preocupações, medos e conquistas. Rimos e nos ajudamos mutuamente.

À Lorinei, agradeço todo o seu amor, carinho, compreensão e pela presença incansável com que me apoiou na elaboração da tese.

RESUMO

A presente reflexão propõe analisar situações de sociabilidade em que crimes aconteceram na região de Mallet-PR, entre as décadas de 1925 e 1965. Com centro urbano restrito e grande área rural, sua população vivia dispersa no território coberto pela floresta de araucárias que, aos poucos, cedeu lugar à agricultura. Naquele mundo agreste os bailes, as festas, os casamentos e as missas eram os principais meios de diversão coletiva. Por diversas razões, os bailes e festas eram cenário de discussões, brigas e até mesmo crimes. Para reconstituir, aspectos da sociabilidade e das relações sociais naquela sociedade marcada pela imigração eslava, utilizamos como fontes documentais principais os processos crime de Mallet, sob a guarda e disponíveis para pesquisa no Centro de Documentação e Memória (CEDOC/I) na Universidade Estadual do Centro-Oeste. Nesse corpus documental nos interessam os processos envolvendo ocorrências policiais em bailes e festas. Através das narrativas existentes nessa documentação evidenciamos o álcool como potencializador de conflitos e as fronteiras étnicas como possíveis motivações para o crime.

PALAVRAS CHAVE: Mallet-PR, Sociabilidade, Festividades, Crime.

ABSTRACT

The present study proposes to analyze sociability situations in which crimes occurred in the Mallet-PR region, between the decades of 1925 and 1965. With a restricted urban center and a large rural area, its population lived dispersed in the territory covered by the araucaria forest, which few gave way to agriculture. In that rough world, dances, parties, weddings, and Mass were the main means of collective fun. For various reasons, the balls and parties were the scene of arguments, fights and even crimes. In order to reconstitute aspects of sociability and social relations in that society marked by Slavic immigration, we used as main documentary sources the crime of Mallet under guard and available for research at the Documentation and Memory Center (CEDOC / I) at the State University of Midwest. In this documentary corpus we are interested in the processes involving police events in dances and parties. Through the narratives that exist in this documentation we evidence alcohol as a potential for conflict and ethnic borders as possible motivations for crime.

KEYWORDS: Criminal Cases, Mallet-PR, Sociability, Crimes Cases.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-Município de Mallet-PR.....	26
Mapa 2-Estatísticas de Crimes e Contravenções do Paraná (1940)	45
Mapa 3-Estatísticas de Crimes e Contravenções Estado do Paraná (1941)	46

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Sexo das vítimas Mallet-PR (1925-1965)	31
GRÁFICO 2- Sexo das testemunhas Mallet-PR (1925-1965)	31
GRÁFICO 3-Tipologia de Crimes Mallet-PR (1925-1965).....	44
Gráfico 4- Distribuição de Crimes Espaço Público e Privado- Mallet-PR-1925-1965.....	63
Gráfico 5-Locais de Crimes em Mallet-PR-1925-1965	64
Gráfico 6-Crimes em espaços de sociabilidade-Mallet-PR (1925-1965).....	65
Gráfico 7- Ambientes de Crimes Mallet-PR-1925-1965.....	85
GRÁFICO 8- Tipologia de Bailes Mallet-PR 1925-1965	86
GRÁFICO 9- Distribuição de Crimes de réus por nacionalidade-Mallet-PR-1925-1965	89
GRÁFICO 1-Distribuição de vítimas por nacionalidade- Mallet-PR (1925-1945).	90
GRÁFICO 11-Tipologia dos Crimes em Bailes e Festas-Mallet-PR-1925-1965	92
GRÁFICO 12- Presença de bebidas alcoólicas em crimes -Mallet-PR 1925-1965	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Estatística de Crimes por grau de Nacionalidade-Paraná- 1940	48
Tabela 2-Estatísticas de Crimes por faixa etária Paraná-1940	48
Tabela 3-Estatísticas de Crimes por estado civil-Paraná-1940	49
Tabela 4-Estatísticas de crimes por grau de instrução-Paraná-1940	50
Tabela 5-Estatísticas de Crimes por profissão Paraná-1940	50
Tabela 6-Estatísticas de Crimes por cor/raça-Paraná-1940	52
Tabela 7-Estatísticas de Crimes por nacionalidade-Paraná-1941.....	52
Tabela 8: Estatísticas de crimes por faixa etária-Paraná -1941.....	53
Tabela 9-Estatísticas de crimes por estado civil-Paraná-1941	54
Tabela 10: Estatísticas de Crimes por grau de instrução-Paraná-1941	55
Tabela 11-Estatísticas de Crimes por profissão Paraná-1941	55
Tabela 12-Estatísticas de Crimes por cor/raça-Paraná-1941	56
Tabela 13-Tabela de Impostos e Taxas Municipais Mallet-PR (1913).....	68
Tabela 14-Tabela de Impostos e Taxas Municipais Mallet-PR (1928).....	75
Tabela 15-Arrecadação de Impostos Mallet-PR (1913-1918).....	79
Tabela 16-Arrecadação de Impostos Mallet-PR (1919-1926).....	80
Tabela 17-Arrecadação de Impostos Mallet-PR (1927-1930).....	80
Tabela 18:Locais de Crimes em Festividades Mallet-PR-1925-1965	87
Tabela 19:Dias do Crime Mallet-PR 1925-1965	87
Tabela 20: Período do dia do Crime Mallet-PR 1925-1965	88
Tabela 21: Distribuição ocupacional dos Réus- Mallet-PR-1925-1965.....	90
Tabela 22:Distribuição ocupacional das vítimas- Mallet-Pr-1925-1965.....	91
Tabela 23:Distribuição Faixa Etária dos Réus-Mallet-PR-1925-1965.....	93
Tabela 24-Distribuição Faixa Etária dos vítimas- Mallet-PR-1925-1965.....	93
Tabela 25:Distribuição dos Réus, Vítimas e Testemunhas estado civil (Mallet-PR-1925-1965)	94
Tabela 26:Armas Utilizadas nos Crime-Mallet-PR (1925-1965	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
SOCIABILIDADE E DOCUMENTOS JURÍDICOS CRIMINAIS EM FOCO	16
1.1 “Do conceito à prática”: sociabilidade e produções historiográficas	16
1.2 Um pouco sobre Mallet-PR.....	26
1.3 Criminalidade e os processos criminais como fonte histórica	29
CAPÍTULO 2	
“DOS ATOS AOS AUTOS”	41
2.1 Estatísticas policiais e os processos crime: o trabalho com as fontes.....	41
2.2 Violência em ambientes de sociabilidade	57
CAPÍTULO 3	
“SOCIABILIDADES TENSAS”	67
3.1 Mallet: a cidade imaginada a partir das atas municipais.....	67
3.2 No embalo das sociabilidades malletenses	81
3.3 O perfil dos crimes e dos envolvidos	89
3.4 “Potencializador de Crimes:” Cachaça e tensões.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108
FONTES CONSULTADAS	112

INTRODUÇÃO

Mallet, pequena cidade do interior do Paraná, cujo cotidiano ainda predominantemente marcado por um passado rural, a partir de finais do século XIX e início do século XX, passou a receber novos moradores. Centenas de imigrantes de origem ucraniana e polonesa foram encaminhados para esta região. A partir da instalação nessa nova terra começaram a tecer suas redes de sociabilidade, que nem sempre transcorreu de forma tranquila e sem conflitos.

Em um mundo de muito trabalho e certo isolamento por conta da precariedade das estradas, as opções de lazer e sociabilidade daqueles homens e mulheres muitas vezes estava vinculada a bailes e festas. As festividades eram espaço de grande interação social entre a comunidade. Podiam ser de caráter religioso, onde a comunidade após a cerimônia religiosa reunia-se ao redor da igreja ou em um galpão para comer, beber, jogar bingos e participar do arremate de prendas nos leilões.

Além desses folguedos, havia as festas de casamentos, de aniversários, dentre outras. Com maior frequência eram realizados os tradicionais bailes realizados no interior das residências ou em clubes da região. Este era um momento de encontro social onde os moradores ficavam sabendo das “novidades” que se passavam na localidade, como nascimentos, mortes, matrimônios e outros. A participação nesses festejos incluía indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades. Ali encontravam-se para distrair-se, beber, dançar, cantar e namorar.

Em áreas com predominância rural, como Mallet, as relações de sociabilidade eram firmadas por meio de mutirões de trabalho, relações de compadrio, festas religiosas e englobava episódios específicos entre a população local ou um grupo de pessoas. Para Antônio Cândido, a sociabilidade se apresenta como o “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas”¹.

Quando consideramos os espaços de sociabilidade de uma sociedade predominantemente rural, podemos supor que as festividades eram muito esperadas por todos. Afinal, determinados festejos ocorriam em um grande intervalo de tempo. Por possuir um centro urbano restrito as casas e os pátios eram os lugares mais frequentes para a realização.

¹ CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1982. p.62.

Este espaço residencial, e supostamente particular, deixa margem de entendimento de uma “festa” que não era aberta ao público, mas que tinha como convidados pessoas que fossem próximas do proprietário da residência e do organizador da mesma. Tais eventos eram materialmente planejados compreendendo a parte da bebida, comida, dança e música.

Estes momentos de lazer e alegria quebravam o ritmo do trabalho cotidiano, o que não significava que neles reinassem apenas a paz e a harmonia. Pessoas de diferentes origens e intenções afluíam àqueles eventos. Por razões distintas, poderiam dar evasões a conflitos. Estes locais, muitas vezes, eram ocasiões escolhidas para resolução de pendências e rixas antigas pelos mais diversos motivos, desde o furto de animais e de madeira até mesmo questões amorosas. Assim, a sociabilidade naquele mundo rural de falas polonesas e ucranianas podia ganhar contornos dramáticos. Dependendo da situação, armas disponíveis e teor alcoólico no sangue dos envolvidos tais encontros sociais podiam terminar em crime.

O desenvolvimento desta reflexão fundamenta-se na utilização da documentação judiciária, da área criminal da Comarca de Mallet-PR, que envolve imigrantes e descendentes, em suas tramas. O desafio central foi captar a rede de acontecimentos na vida de homens e mulheres paralelamente ao crime e gerados por ele, ou seja, o cotidiano pela via de processos dentro de discurso e práticas legais. Tais documentos, registram que os momentos festivos, são reveladores dos embates e tensões existentes entre os diversos grupos culturais que compunham a sociedade malletense.

Além dessa premissas uma das dimensões desse estudo é alicerçar a reflexão, que a fontes permitem realizar, a partir de uma ideia de região que ultrapassa o sentido geográfico, problematizando região enquanto espaço de constantes transformações e interações sociais. Primeiramente devemos compreender que o conceito de região² é colocado por sujeitos ligados a interesses, em uma relação de poderes e saberes dentro de uma determinada temporalidade e espacialidade que faz cair por terra qualquer possibilidade de essência, naturalidade sobre a ideia de região.

Esta abordagem epistemológica ao conceito de região, a aproxima do campo histórico entre outros saberes, através de seu processo de regionalização e historicização. Logo, os sujeitos que a compõem são também parte desse processo, vistos como contingentes a medirem forças entre si. Portanto, o poder está na região em meio a seus próprios sujeitos.³

² BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

³ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

Percebemos as regiões como espaços praticados⁴, em que incidem relações conflituosas, práticas culturais e micropoderes. Regiões em que sujeitos em suas relações entre si e com instituições de poder constroem um cotidiano criativo, que pode ser percebido em documentos como aqueles que desejamos investigar.

Para Pierre Bourdieu a região é uma construção mediada por lutas de forças entre os sujeitos de um dado espaço, que configura atos, práticas e objetivos que fazem ver e fazem crer e que se dão a conhecer e serem reconhecidos como uma região.⁵

O montante de processos analisados limitou-se ao total de processos que foram encontrados, correspondendo a 42 casos, englobando ocorrências policiais em bailes e festas correspondentes ao período delimitado. No período de nossa análise foram encontrados 554 processos criminais. Embora esse número não corresponda à totalidade dos processos instaurados nesse período, a amostra foi considerada suficiente pois as informações encontradas nas ações que se repetiram permitiram vastas reflexões.

As considerações traçadas nessa dissertação têm como intuito de analisar as formas de sociabilidade, especialmente os bailes e as festas, no período de 1925 à 1965, assim como as construções identitárias reforçadas dentro desse espaço lúdico, de festa, de descontração. Um dos aspectos norteadores da problemática em questão é o tratamento dos bailes e festas em uma perspectiva historiográfica para o estudo de questões sociais.

Para tanto optou-se por dividir os capítulos da seguinte maneira: primeiramente, tem-se o Capítulo I, Sociabilidade e documentos jurídicos criminais em foco. Nele apresentamos discussões acerca de trabalhos historiográficos que tiveram como cerne de análises as sociabilidades. Além de contextualizar nossa região de estudo. E buscamos explicar a metodologia utilizada na análise dos processos criminais dialogando com autores que trabalharam com esse tipo de fonte.

O segundo capítulo, “Dos atos aos autos” através de dados de crimes e contravenções do relatório do governo do Paraná, a fim de fazer comparação com os processos crimes da comarca de a Mallet. Ainda nesse capítulo relatamos a existência de conflitos nos espaços de sociabilidade.

No terceiro capítulo, Sociabilidades Tensas, a partir do acesso a episódios de violência registrados nos processos criminais buscamos compreender as sociabilidades e as interações

⁴ CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Artes de fazer, morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, V.2.

⁵ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

sociais dentro desse espaço. Selecionamos para esse capítulo processos que tiveram como principal potencializador o álcool e os conflitos em seus entornos. Essa escolha ocorreu em virtude em sua grande maioria os crimes narrados nessa documentação traziam o álcool em sua narrativa, elemento tão presente no cotidiano de Mallet.

CAPÍTULO 1

SOCIABILIDADE E DOCUMENTOS JURÍDICOS CRIMINAIS EM FOCO

1.1 “Do conceito à prática”: sociabilidade e produções historiográficas

Os estudos sobre a temática da sociabilidade vem destacando-se como novo terreno de investigação histórica. Além de ser um referente histórico, também tornou-se objeto de análise de outras ciências sociais como a sociologia e a antropologia. Encontramos um amplo material que enfatizam tais abordagens⁶, mas grande número destes refere-se aos países europeus e alguns países da América Latina, como México, Chile e Argentina. Em solo brasileiro percebemos em marcha a proliferação desse tema por parte dos historiadores⁷.

Ao focar-se suas análises nos espaços urbanos Lousada traz pertinentes contribuições para pensar os práticas de sociabilidade e suas relações. Na perspectiva de Lousada, os espaços e os tempos condicionam as práticas e as formas de sociabilidade e estas, por seu turno, transformam-nos pelo seu uso. Os espaços e os tempos urbanos são diferentes dos do campo, têm uma especificidade própria caracterizada pela cidade e pela vida urbana. Os indivíduos do campo distribuem suas horas do dia para a realização dos trabalhos rústicos e a noite é destinada ao repouso, ao sono. Já a cidade possui hábitos notívagos engolfadas em todas as qualidades de distrações⁸.

⁶ Como exemplo de tais abordagens ver: MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela. *Diversiones Rurales y Sociabilidad Popular em Chile Central:1850-1880*. In: AGULHON, Maurice. *Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940*. Santiago de Chile. Fundación Mario Góngora, 1992. GUEREÑA, Jean Louis. *Sociabilidad fin de siglo. Espacios asociativos em torno a 1898*. Cuenca. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. 1999. GAYOL, Sandra. *Sociabilidad em Buenos Aires: Hombres, honor e cafés 1862-1910*. Ediciones del Signo, Buenos Aires. 2000. JIMENEZ, Lucia Crespo. *Trato, diversión e rezo: Sociabilidad y ocio en Toledo (1887-1914)*. Universidad de Castilla, La Mancha. 2008.

⁷ Podemos citar: SOARES, Geraldo Antônio. *Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. Dimensões: revista de História da UFES*, Vitória: PPGHIS/CCHN, 2004. JANCSÓ, István, KANTOR, Íris. *Festa e Cultura na América Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, Edusp;Fapesp. 2001. CARVALHO, Thaís de Freitas. *Gente da noite: Cultura popular e sociabilidade noturna em Pelotas, RS (1930-1939)*. Dissertação de mestrado em história. Universidade estadual de Pelotas. Pelotas, 2013.

⁸ LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaço Urbano, sociabilidade e confrarias, Lisboa nos finais do Antigo Regime*. Universidade Nova de Lisboa. Centro de história e Cultura Terramar. Lisboa. 1999.

A autora destaca que existe uma geografia das sociabilidades cotidianas que não condiz com as sociabilidades “domingueiras”, assim como existe uma geografia das sociabilidades noturnas diversas e das sociabilidades diurnas. Sob essa perspectiva podemos pensar as sociabilidades de Mallet-PR. Encontramos os botequins, as bodegas, as casas de comércio, que são lugares de socialização cotidianas. Em relação as sociabilidades domingueiras relacionadas pela autora, em Mallet-PR podemos pensar as festas religiosas e alguns os bailes. Os bailes constituíam uma prática de lazer noturna geralmente realizada nos finais de semana. Ou seja:

Há uma espacialidade e uma temporalidade diferenciais da vida social, que se manifesta claramente na sociabilidade. A combinação, segundo modalidades diversas, do tempo e do espaço, e dos seus diferentes usos pelos grupos sociais, etários e sexuais, configura os lugares de sociabilidade”⁹.

As práticas das sociabilidades também são regulamentadas pelo calendário religioso e pelo calendário agrícola. Ao analisar uma comunidade de imigrantes ucranianos na comunidade de Antônio Olyntho, Andrezza¹⁰ salienta que a data dos casamentos e as festas dessas comemorações estavam fortemente vinculadas a estes dois fatores. A escolha do mês era mais rigorosa que a semanal. Ainda segundo a autora “a comunidade privilegiava os casamentos em fevereiro e maio corroborando o respeito tradicional a quaresma Pascal.”¹¹ Como julho era a época de plantio

Ainda o calendário semanal podia sofrer influência do religioso distinguindo os dias de trabalho e os dias de descanso. No entanto, “se segunda feira a sábado as sociabilidades estavam bastante dependentes da irregularidade do ritmo de trabalho e o da residência, ao domingo, pelo contrário, as classes urbanas não só frequentavam mais intensamente e até mais tarde os locais habituais como se deslocavam para outras áreas”¹². Percebemos esses aspectos até mesmo em sociedades rurais, como é o caso de Mallet, os finais de semana as práticas de lazer se intensificavam, já que o domingo era destinado para ir à missa e voltada a diversão sob várias formas.

Lousada destaca que as ruas e os largos de Lisboa eram espaços urbanos multifuncionais, era espaço da vida cotidiana popular urbana e também local de práticas de

⁹. LOUSADA, p.538.

¹⁰ ANDREAZZA, Maria Luiza. Paraíso das delícias: Estudo de um Grupo Ucraniano 1895-1995. Curitiba. 1996.

¹¹ ANDREAZZA, p.152.

¹² LOUSADA, p.542.

sociabilidades. Como é o caso das casas de comércio ou as bodegas em Mallet-PR além de exercer o papel para comercialização de produtos e negócios, também se concretizava como local de socialização, onde pessoas conversavam, bebiam, jogavam, dançavam e cantavam. Desse modo:

Os espaços de sociabilidade são também configurados pela relação espaço-tempo: o mesmo lugar tem, consoante horas do dia, os dias da semana e as épocas do ano usos diversos; o horário de trabalho e os calendários religioso e social determinam essa multiplicidade em grande medida; por isso ao mesmo espaço físico podem corresponder diferentes espaços sociais decorrentes de sua utilização diurna ou noturna, dominical ou não-dominical.¹³

A cidade, a vida de um indivíduo não se limita ao seu bairro e ao convívio com seu grupo social. Assim como no ambiente rural percebemos deslocamentos de pessoas para outras localidades próximas em busca de divertimento.

Em relação a noção do termo sociabilidade encontramos suportes teóricos que embasam a conceituação. Temos referenciais que sua origem é antiga “e apareceu pela primeira vez em 1669, na França, para denominar comportamentos anteriormente denominados costumes, vida quotidiana, vida associativa, ou até, a propensão dos indivíduos para a vida em sociedade.”¹⁴

O conceito de sociabilidade foi originado e disseminado em solo francês. Essa noção penetra em território historiográfico a partir da década de 1960 e 1970 com as reflexões de Maurice Agulhon, responsável pela difusão do termo entre os historiadores. O mesmo focou suas análises nas mudanças das formas e dos espaços de sociabilidade francesa, na passagem do Antigo Regime para a França burguesa. O autor dedicou-se em analisar determinadas formas de sociabilidade como a formal e a informal ou a burguesa popular. Suas análises tiveram um grande impacto na historiografia francesa, ampliando os horizontes que versavam sobre essa temática, inovando com novas luzes a história social e política.¹⁵ Sociabilidade passa a referir-se aos:

Sistemas de relaciones cuya natureza, nivel de sujeción de los miembros, número de integrantes, estabilidad no se hallan estrictamente pautadas, pero

¹³ LOUSADA, p.544.

¹⁴ LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. Lisboa, Ed. Colibri.2003. p.8.

¹⁵ URÍA, Jorge. Sociabilidad informal y semiótica de los espacios. Algunas Reflexiones de Método. Universidad de Ovideo. 2008.

que provocan la vinculación y la gestación de sentimientos de pertinencia-solidaridad entre los integrantes.¹⁶

Desse modo, incluiria experiências de sociabilidade formais e também agregaria situações de agrupamento informal. Assim o termo sociabilidade agregaria uma acepção mais aberta e ampla que encaixava aspectos menos formalizados da vida social como a história da vida cotidiana. Desenvolveria-se em espaços formais quanto no espaço informal da rua, dos espetáculos, em casa com a família e/ou com os amigos e constituiria um conjunto heterogêneo de lugares, práticas e formas abordadas sob a perspectiva de sociabilidade. Segundo Navarro:

La utilización de las metodologías y enfoques relacionados con la sociabilidad ha legitimado nuevos temas aptos para la investigación histórica y que después han entrado definitivamente en la agenda de la historia social y cultural, pese a la resistencia siempre presente de ciertos núcleos duros de la historiografía a abordar aspectos en teoría “menores.”¹⁷

Sendo assim, a sociabilidade converteu-se em um ingrediente histórico dos mais variados objetos. Um conceito utilizado com frequência em numerosas investigações seja de âmbito político, social ou cultural.

Para Guereña a sociabilidade na historiografia referia-se “la aptitud de los hombres para relacionarse colectivos más o menos estables, más o menos numerosos, y a las formas, ámbitos e manifestaciones de vida colectiva que se estructuran con este objetivo.”¹⁸

Para constituir-se em uma estrutura de sociabilidade é necessário interações sociais e um espaço próprio, ainda que possam ser diferentes e variados. Nesse caso são constituídas por redes que de “algum modo deliberadas, no sentido que são definidos espaços sociais, onde se encontram, por opção, atores sociais que tem prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros.”¹⁹ Os vínculos estabelecidos vão depender do tempo que lhe é consagrado, da intensidade das emoções que desperta, da intimidade estabelecida e da reciprocidade dos serviços prestados. Um grupo humano reunido ao acaso não constitui uma estrutura de sociabilidade. Embora o vocábulo sociabilidade possa ser entendido de diversas acepções, nesse

¹⁶ CALDO, Paula, FERNANDÉZ, Sandra. Sobre el sentido de lo social: asociacionismo y sociabilidad. Um breve balance. La quinta Pata y Camino ediciones. 2008. p.148.

¹⁷ NAVARRO, Javier. Sociabilidad y Historiografía: trayectorias, perspectivas y retos. Universitat de València. Saitabi, n. 56, 2006. p. 101.

¹⁸ GUEREÑA, Jean Louis. Sociabilidad fin de siglo. Espacios asociativos em torno a 1898. Cuenca. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. 1999. p.16.

¹⁹ BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (Org). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.78.

estudo partimos dessa concepção, que eram definidos espaços sociais onde se encontravam os indivíduos. Ambientes específicos de lazer criados para a diversão e comemoração a determinado evento.

Encontramos uma série de bibliografias historiográficas que abordaram temas diversos e incluíram em suas análises os espaços de sociabilidade. Marquéz faz uma interessante discussão sobre as diversões rurais e a sociabilidade popular no Chile Central entre o período de 1850-1880. A autora salienta que “gente común de los bajos estratos rurales, también poseía la necesidad de sociabilizar y para lo cual contaba con sus propios lugares y sus propias formas, donde se expresaban pautas valóricas y de conducta distintivas de su sector.”²⁰ Cada grupo social em seu tempo possui suas formas específicas de sociabilidade e espaços específicos para tal.

O recorte temporal analisado pela autora refere-se ao período em que as áreas de cultivo da região chilena estavam em expansão, especialmente o cultivo do trigo. Nesse ambiente rural a época da colheita lançava uma grande circulação de produtos e conseqüentemente um grande número de pessoas advindas da própria região e de outras localidades. Após o término das atividades laborais os trabalhadores tinham mais tempo livre para exercer sua sociabilidade e ter um “respiro lúdico”. Mesmo assim no período noturno nas “chinganas rurais” peões distraíam-se com bebidas e jogos. Já os agricultores em época de colheita diminuía a frequência em locais de diversão popular.

Dentre as festividades chilenas estavam as de caráter religioso, com datas específicas. Existiam também diversões populares que aconteciam com maior frequência que faziam parte da vida normal dos chilenos as famosas corridas de cavalo e a briga de galos. Estas ocorriam todos os meses em todas as localidades rurais. Concentravam muitas pessoas atraindo indivíduos de diversas localidades e regiões. Essa “reunião” periódica permitia a interação entre os habitantes por simples diversão e entretenimento local onde reuniam-se para passar a tarde.²¹

Sem dúvida ali ficavam sabendo das “novidades” que se passavam na região como nascimentos, mortes, matrimônios dentre outros. Além de incluir indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades era um espaço propício para a formação de pares e uma forte interação sexual. Mesmo não abordando o período e local de nosso presente estudo suas análises trazem

²⁰ MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela. *Diversiones Rurales y Sociabilidad Popular em Chile Central:1850-1880*. Santiago de Chile. Fundación Mario Góngora, 1992. p. 370.

²¹ MÁRQUEZ, 1992.

contribuições significativas para nossa discussão. Encontramos aspectos muito semelhantes em nossa análise em relação as sociabilidades chilenas rurais.

As “chinganas” constituíam um espaço significativo de sociabilidade citado pela autora. Local de comercialização e com outros tantos afins que acolhia a baixa camada popular. Entre mesas de madeira, garrafas de aguardente, pratos de comida, e jogos esse lugar recebia uma grande parcela de pessoas. Segundo Márquez, “no faltaba, por supuesto, la música, entregada por dos o más mujeres, las cantoras, acompañada por la inseparable guitarra y el arpa, se formaba un gran baile, el que generalmente ocurría fuera de la chingana, bajo el parrón situado en un pequeño pátio trasero”.²²

O jogo de baralho também constituía outro atrativo de sociabilidade chinela, jogado a qualquer hora e lugar. Tratava-se de um vínculo de diversão grupal e de interação com outras pessoas. Marquéz destaca elementos próprios da sociabilidade de encontros populares: a presença do álcool como elemento inerente e inseparável e os bailes.

Tendo como foco de análise as sociabilidades de Buenos Aires, especificamente os cafés, Sandra Gayol²³ faz uma discussão bastante interessante sobre as relações que se desenrolavam nesse espaço. O período analisado pela autora refere-se a 1862-1910, nesse momento a região passava por constantes transformações sociais e abrigava um grande número de “desconhecidos” e estrangeiros. Desse modo, surgia a necessidade de construir locais com o intuito de proporcionar encontros para socializar e conhecer ao outro.

Gayol aponta questões de honra masculina e valores praticados pelos mesmos dentro dos cafés em Buenos Aires, nessa época. Espaço frequentado essencialmente pelo público masculino, que abrangia todos os setores sociais. Local de consumo de álcool, de escândalo, de prostituição, analisado pela autora pelo viés dos documentos da polícia argentina.

A questão da honra é vislumbrada muitas vezes associada com a virilidade, a força física, a mulher como tema central, os modos de como jogavam as cartas. Ainda Gayol salienta que o consumo de álcool estava diretamente ligado com a honra masculina, pois “beber implicaba un desafío que tenía que ver tanto con la resistencia como con saber comportarse, permitia precisamente medir el vigor y la fortaleza masculina, puesto que alcoholizarse era

²² MÁRQUEZ, p.378.

²³ GAYOL, Sandra. Sociabilidad em Buenos Aires: Hombres, honor e cafés 1862-1910. Ediciones del Signo, Buenos Aires. 2000.

sinónimo de degradarse.”²⁴ A honra mostrava-se como fonte de prestígio e suponha a aceitação de certos códigos da sociedade em vigor.

Ao fazer considerações acerca da vida cotidiana dos camponeses galegos na idade moderna, Correia²⁵ também nos traz contribuições a pensar sobre a sociabilidade. Além das exaltantes atividades laborais também esses indivíduos tinham a necessidade de diversão e socialização. Essa sociabilidade se manifestava em diversos espaços e momentos da vida cotidiana do mundo rural.

A autora cita a igreja como espaço de socialização. Era no domingo após a missa que os vizinhos se viam, conversavam e transmitiam novidades e notícias. Além de moças e rapazes entabularem namoros. Além desse local botequins e bodegas, formavam espaços com múltiplas funções nessa sociedade rural campesiana. Em sua grande maioria era frequentado por homens que ali bebiam, comiam, fumavam, servindo como ponto de encontro de reunião, discussão e transmissão de informações que passava-se pela região. Nas palavras de Correia esse ambiente era um “espaço lúdico de diversión (se jugaba los naipes, se cantaba, se bailava, etc) y centro de difusión de las tradiciones populares (cuentos, coplas populares, leyendas, etc).”²⁶.

Outras formas de sociabilidade camponesas incluíam casamentos e batismos. Em virtude dessa comemoração preparavam alimentos, além de o vinho ser um elemento bastante apreciado nesses momentos de festividades. Típico desses festejos era ser embalado por cantoria e danças, tradicionais bailes comemorativos. Em meio as jornadas laborais rapazes e moças distraíam-se no embalo de músicas, bailes e outras atividades lúdicas. Feiras e mercados além de comercialização exerciam também a função de socialização, ponto de encontro de jovens, com comidas, bebidas e canções.²⁷

Ao desfrutar dos lugares de diversão do México nas variantes do século XIX e XX, Alegría²⁸ faz uma interessante discussão sobre o caráter particular desses divertimentos e o seu sentido social. Percorre as trilhas de lazer das touradas, das brigas de galos, dos teatros e outros

²⁴ GALOY, 135.

²⁵CORREIA, Hortensio Sobrado. Algunas notas acerca de la vida cotidiana del campesinado gallego em la Edad Moderna. Revista Portuguesa de História TOMO XLVII. Coimbra. 2016.

²⁶ CORREIA, p.150.

²⁷ CORREIA, 2016.

²⁸ ALEGRÍA, Margarita. La Carpa y el género chico, dos diversiones populares, dos siglos em México. In: ROZÓN, León. Fuentes humanísticas: Espectáculos, diversiones, esparcimiento y tiempo libre. Año 17, número 30 (primer semestre, 2005).

espaços públicos que constituíam centro de divertimento do cotidiano dos mexicanos frequentados pelos mais variados segmentos sociais.

Ao analisar as sociabilidades evorenses no século XIX, Bernardo afirma que na década de 60 do século XIX em Évora, os rituais de sociabilidade passavam preponderante pelo espaço doméstico e privado. As manifestações que um grande público participava eram em sua grande maioria de caráter religioso. Ao utilizar jornais da época a autora salienta que os mesmos revelam outras práticas de sociabilidade como a época carnavalesca, a semana santa, as festividades em honra a diversos santos, as feiras, as celebrações de momentos importantes do ciclo de vida da família real e as comemorações do primeiro de dezembro. Também existiam notas relativas aos espetáculos teatrais e musicais, bem como a realização de touradas de caráter comemorativo ou não.²⁹

O carnaval seria a manifestação de sociabilidade mais avultada, os jornais relatavam a ocorrências com frequência de festas particulares nesse período. Os bailes públicos ligados aos festejos carnavalescos suscitavam apreciações dispares. A fraca assiduidade dos espaços públicos de sociabilidade seria algo comum a generalidade do evorenses, não constituindo, por isso, fator de diferenciação de comportamentos entre os diversos grupos sociais. As sociabilidades ocorriam predominantemente em espaço privado e doméstico, tanto para a elite quanto para a classe popular. As manifestações públicas eram de cunho religioso. Estes estimulavam o convívio social, mas a diferenciação estava no modo de vestir, de se portar.³⁰

Ao estudar as sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime, Lousada destaca a rua, a taberna e o salão como práticas de socialização mais avultadas nesse período. As ruas seriam espaços públicos por excelência, a taberna e o café, são espaços semipúblicos, e o salão constitui em um espaço privado. A rua passou atuar como palco de sociabilidade popular onde defrontavam-se os domínios públicos e privados, local onde aconteciam arraiais, festas populares, encontros, jogos e prologando os espaços privados. A autora destaca que a polícia ao vigiar e proibir antigos usos de espaços impõe novas regras e novas condições espaciais e temporais contribuindo dessa maneira para mudanças das práticas e dos espaços de sociabilidade e dos padrões de comportamento público.³¹

²⁹ BERNARDO, Maria Ana. Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX. Círculo Eborense. Edições Cosmos. Évora. 2001.

³⁰ BERNARDO, p.54.

³¹ LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. Lisboa. Ed.Colibri. 2003.

As tabernas e os cafés, analisados pela autora, são espaços públicos comerciais, locais de convívio e de sociabilidade masculina. Vão ao encontro dos botequins e das “bodegas” ou “casa de secos e molhados” de nossa região. Esse público masculino se reunia em sua maior parte após o trabalho, em dias consagrados. Para Lousada os cafés seriam característicos da matriz burguesa já a taberna típicas da cultura popular. Nesses locais a venda de bebidas como vinho e aguardente era muito comum e de certas comidas também. Similar aos botequins bodegas paranaenses. Lousada destaca que são:

Lugares privilegiados de encontro e de prática de um conjunto diversificado de atividades, a frequência das tabernas e dos cafés é ditada por diferentes categorias de razões, ligadas no essencial ao preço, a qualidade do gêneros servidos, ao ambiente material e as diferentes necessidades que, conjugadas, explicam os vários significados sociais, a geografia e os ritmos de horário e frequência.³²

Além de irem a esse espaço para embriagar-se e jogar, o jogo se constituía em um dos fatores de grandes atrações das tabernas e cafés. “O jogo era uma paixão a que todos se dedicavam, do criado ao aristocrata, pelas gentes de ofício”. Deslocavam-se a esses espaços para uma partida de “laranginha”, de cartas ou de bilhar. A autora destaca que o jogo era regido por códigos sociais que atribuíam a cada grupo social um espaço, e o tipo de jogos particulares.

Ao tecer discussões sobre os espaços de divertimento masculino no norte de Chile, Barrientos, Salinas, Rojas y Meza, citam as choperias, situadas em áreas geográficas perto das minas, como local de consumo de cerveja, de entretenimento de comunicação, associado ao comércio sexual, ao uso de drogas e o consumo abusivo de álcool. Nas palavras dos autores “las relaciones de género se articulan entre el consumo de alcohol (cerveja) y un tipo de sociabilidad, donde las mujeres se encuentran en el centro de la atención y el discurso masculino.”³³ Segundo análises desses autores as mulheres eram símbolo de objeto consumo e desejo nesse local.

Os indivíduos que frequentavam esse espaço consolidavam sua identidade masculina associada ao homem hegemônico: conquistador, viril, com força e com atitudes competitivas e fazendo o papel de provedor de família. Muito familiar com a identidade dos indivíduos de

³² LOUSADA, 2003. p.6.

³³ Barrientos Jaime Delgado, MERUANE, Paulina Salinas, VARAS Pablo, Rojas Aras, OPAZO, Patricio Meza. Minería, Género y Cultura. Una aproximación Etnográfica a espacios de esparcimiento y diversión en el norte de Chile. Universidad Católica del Norte. Revista de Antropología Iberoamericana. Volumen 4, Número 3. Septiembre-Diciembre 2009. p.387.

Mallet-PR que participam dos bailes e festas. Era um espaço para conversa com os amigos, ali passavam horas discutindo sobre futebol, trabalho, família, mulheres, bebiam cervejas, escutavam músicas de mais variados tipos, compartilhavam alegrias e tristezas.

Ao trabalhar com as diversões e jogos populares Torreti³⁴ faz uma interessante discussão sobre as “chinganas”, os jogos de aposta e festas em Colchagua entre os anos de 1850-1890, assim como a intervenção policial nesses locais. Nessa época essa região era essencialmente rural e com centro urbanos restritos. O autor salienta que os temas das festividades religiosas estavam inteiramente interligados a diversão popular. Assim como acontecia em Mallet-PR, em virtude das comemorações das igrejas o povo reunia-se, divertia-se, bebia, cantava e dançava. A instalação de “chinganas” ocorria todo ano, mas interligadas a outras expressões lúdicas festivas e religiosas. Era uma das formas de sociabilidade muito atrativa, pois proporcionava aos participantes o consumo de álcool, ao som de músicas e danças.

Esse ambiente se constituía em um lugar de diversão, mas muitas vezes também local de conflitos. Nesse espaço:

Se exaltan de tal modo con el aguardiente, el vino o la chicha que de seguro se originan riñas, en las que sale el cuchillo a relucir sin ceremonia. Pocos domingos o días de fiestas habrá que no ocurra alguna reyerta con las consiguientes heridas, si bien raras veces mortales. Son muy diestros en defenderse con el poncho, que a este intento se envuelven en el brazo izquierdo y de ordinario, al atacar se hieren en la cara, especialmente con el objeto de dejar desfigurado al adversário, mas bien que de herirlo de gravedad.³⁵

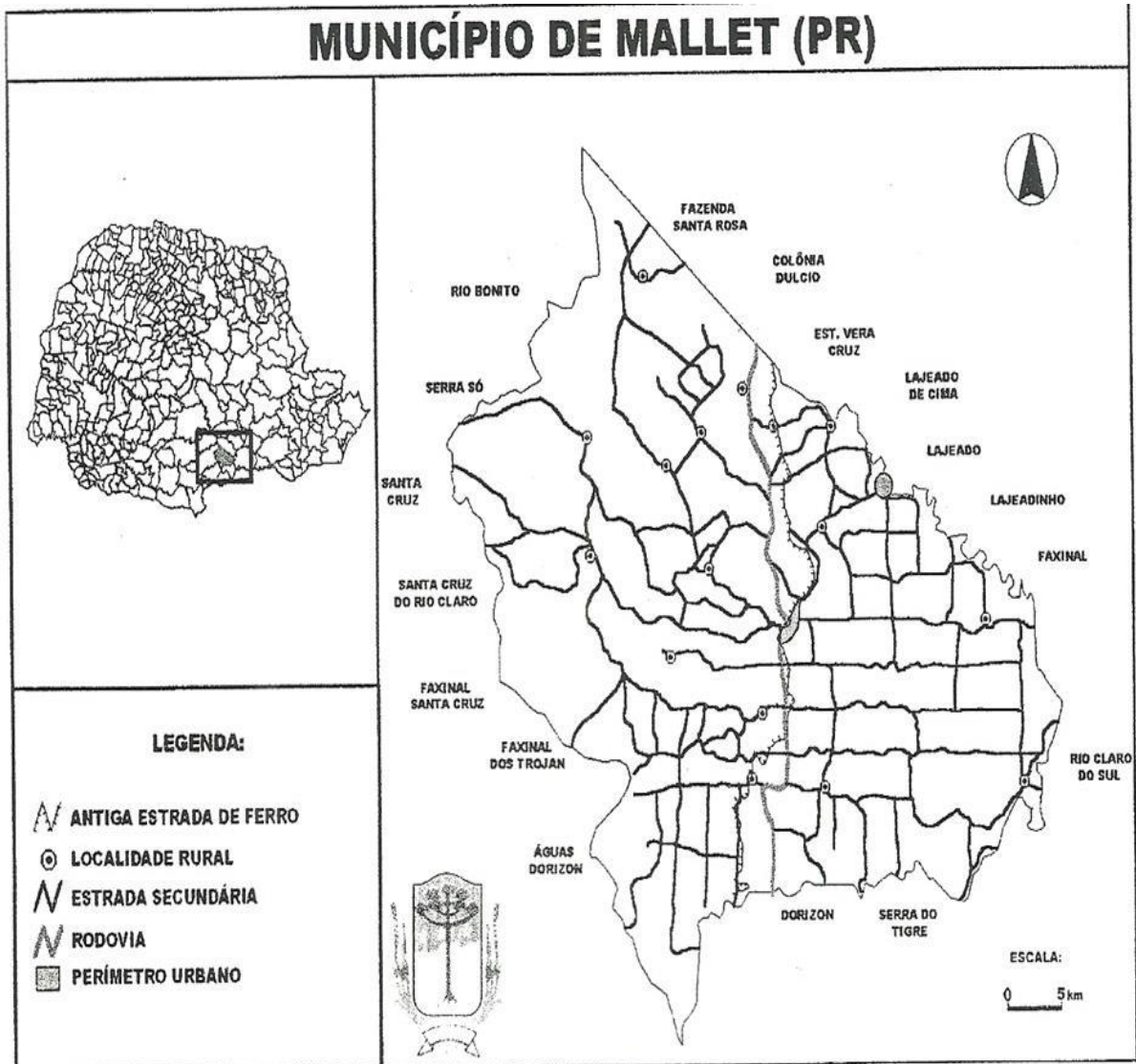
Esses dados analisados pelo autor em relação a sociabilidade e violência contribui para pensar a nossa temática em questão. Pois percebemos os mesmos elementos como eloquentes de práticas violentas. O álcool como estimulante torna-se um problema social mundial. E de fato não era apenas nos espaços urbanos que este aspecto constituía um grande “aliado” das sociabilidades, mas no ambiente rural também isso era muito comum e não tinha tanta regulamentação. Diversas discussões brasileiras envolveram a questão do alcoolismo e a representação da individuo bêbado.

³⁴ TORRETI, Fernando Purcell. *Diversiones y juegos populares. Formas de Sociabilidad y critica social.* Colchagua, 1850-1880. Coléccion Sociedad y Cultura. Santiago-Chile. 2000.

³⁵ TORRETI, p.62.

1.2 Um pouco sobre Mallet-PR.

Mapa 1-Município de Mallet-PR



Fonte: Prefeitura Municipal de Mallet-PR.

A região de Mallet-PR originou-se a partir de uma colônia de imigrantes eslavos que vinham em busca de uma vida melhor em terras paranaenses. De modo geral, os imigrantes começaram se estabelecer em território brasileiro nas primeiras décadas do oitocentos. Arraigados pela política de imigração criadas pelas autoridades locais centenas de imigrantes de origem ucraniana e polonesa foram encaminhados para a região sul. Segundo o histórico elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em 1884, quando o Governo Imperial elaborava planos visando a colonização do Estado do Paraná, algumas famílias deixaram a cidade de Campo Largo e partiram para o sul, com o propósito de povoar as terras ricas e férteis daquela

região. Ao passar pela cidade de Palmeira, a caravana recebeu a adesão de outras famílias, procedentes da localidade de Itaiacoca, Município de Ponta Grossa, e constituídas também por lavradores, gente brava e intrépida, acostumada ao trabalho e a conquista da terra. Após dois meses de caminhada pelo sertão hostil, os pioneiros fundaram, à margem de um rio, um povoado a que deram o nome de Rio Claro. Ali entregaram-se a cultura da terra, desenvolvendo sozinhos, durante seis anos, a agropecuária. Em 1890 chegava a região a primeira leva de imigrantes europeus, de nacionalidade polonesa. Cinco anos depois, novos colonos, provenientes da Ucrânia então sob o domínio da Áustria. Processado o povoamento, o progresso não se fez esperar no sul paranaense. De formação católica, os povoadores construíram em Rio Claro uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Junto desta, um cemitério. Alguns anos mais tarde, a pequena capela foi substituída por uma igreja. Por essa época já existia no povoado um clube recreativo polonês, um brasileiro e um ucraniano, quatro escolas e mais três capelas destinadas ao culto do catolicismo. À margem do rio Xarqueada, foi construída a capela de São Pedro, em torno da qual se formou, então, um pequeno povoado. Em 1903 os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (atual Rede de Viação Paraná-Santa Catarina) atingiram a povoação, onde foi construída a Estação Marechal Mallet, homenagem ao engenheiro militar João Nepomuceno de Medeiros Mallet. O nome da Estação juntou-se ao antigo povoado, que passou, assim, a denominar-se São Pedro de Mallet. Em 1909, chegou ao local novo contingente de imigrantes. Fundou-se então, em terras próximas à Colônia Rio Claro, a Colônia de Vera Guarani, com 825 famílias de nacionalidade polonesa, russa e brasileira. Da disseminação desses colonos, resultaram outros núcleos coloniais. O município foi criado pela Lei estadual n. 1189, de 15 de abril de 1912, com território desmembrado de São Mateus do Sul, abrangendo os distritos da sede e de Rio Claro. A lei estadual nº 2645, de 1º de abril de 1929, deu oficialmente ao Município a denominação de Mallet. A lei estadual nº. 790, de 14 de novembro de 1951, desmembrou-lhe o distrito de Paulo de Frontin. Segundo a divisão administrativa vigente, o Município é constituído de 3 distritos: Mallet, Dorizon e Rio Claro do Sul. (IBGE, 2013).

Conforme Grenteski e Sieklinski:

Os primeiros imigrantes poloneses chegaram para Rio Claro do Sul atual distrito de Mallet no ano de 1890, eram cerca de 750 camponeses os quais eram provenientes da Polônia Oriental, cidade de Lublin e se estabeleceram em lotes de 10 alqueires de terra, pois parte das terras já haviam sido traçadas por algumas famílias de desbravadores os quais faziam parte dos trabalhos de medição de terras para a formação de colônias no sul do Paraná, e estes haviam se estabelecido na Colônia Rio Claro do Sul seis anos antes que os poloneses e na sequência chegaram cerca de três mil ucranianos que se fixaram à região em 1891³⁶

³⁶ GRENTESKI, Francile e SIEKLINSKI, Mario Aleixo. Inventário Turístico. Mallet: s/e. 2002, p.7.

Considera-se a cidade de Mallet como um dos principais focos da ocupação imigratória europeia no Paraná. Inicialmente era formada pela colônia de Rio Claro, povoada por famílias brasileiras motivadas pelo projeto de colonização da região por parte do Governo Imperial. Localizada às margens da ferrovia São Paulo - Rio Grande, Mallet se desenvolveu com o extrativismo de madeira, erva mate e a agricultura.

Com centro urbano restrito e grande área rural, sua população vivia dispersa no território coberto pela floresta de araucárias que, aos poucos, cedeu lugar à agricultura. Essa ferrovia possibilitou seu desenvolvimento e comunicação com os três estados do Sul e São Paulo, “com a construção dessa ferrovia e da estação muitas famílias estabeleceram-se nas redondezas formando um pequeno povoado chamado São Pedro de Mallet.”³⁷ Com esse crescimento a região começou a receber mais imigrantes poloneses e ucranianos. Nas áreas ocupadas por estes a floresta nativa era explorada por madeireiras e pelos próprios donos dos lotes. Na medida em que o desmatamento avançava a agricultura ocupava essas terras com culturas comerciais e de subsistência, além da criação de diversos tipos de animais.

De formação católica, os povoadores construíram em Rio Claro uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Junto desta, um cemitério. Alguns anos mais tarde, a pequena capela foi substituída por uma igreja. Quando estas foram construídas já existia no povoado um clube recreativo polonês, um brasileiro e um ucraniano, quatro escolas e mais três capelas destinadas ao culto do catolicismo.³⁸

Imigrantes ucranianos, recém-chegados, vinham da Galícia Oriental, sob domínio austríaco e polonês. Estes encontraram os poloneses aqui instalados, e pelas questões vivenciadas em território europeu sentiam-se “desconfiados,” atenuando as fronteiras étnicas na nova terra. Como podemos perceber nas escritas de Horbatiuk:

Havia também até no subconsciente, certa reserva, ou desconfiança, quanto ao vizinho (os poloneses) que através dos séculos lhe trouxeram opressão e rivalidade. E continuou como na antiga pátria uma convivência com restrições a plena assimilação.³⁹

³⁷ ANTOCZECEN, Inês Valéria. O retorno da História: A festa das Nações (Mallet-PR) -Um estudo em torno das fronteiras étnicas entre poloneses e ucranianos. Dissertação de Mestrado em História. Irati. 2015. p.46.

³⁸ IBGE–Mallet-PR–histórico. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/mallet.pdf>, último acesso em dezembro de 2016.

³⁹ HORBATIUK, Paulo. Imigração Ucraniana no Paraná. 1ª. ed., Uniporto: Porto União, 1989.p.114

Segundo Antoczeczen⁴⁰ a situação de submissão na qual viviam os ucranianos sob domínio dos poloneses na Europa passa a refletir na “nova terra” representando um dos principais motivos do início das divergências entre os povos na região de Rio Claro do Sul, estendendo-se posteriormente, para grande parte do município de Mallet. Instalando-se em território paranaense esses indivíduos começavam a tecer suas redes de sociabilidade com desconfiança mútua.

As desavenças entre etnias e o uso da violência era vista como forma de resolver problemas pessoais e lavar brios e honras feridas, entre outras razões. Ao mesmo tempo, o encontro proporcionado pelas festas muitas vezes eram ocasiões incontornáveis para a resolução de pendências e rixas antigas pelos mais diversos motivos, desde o furto de animais e de madeira até mesmo questões amorosas.

1.3 Criminalidade e os processos criminais como fonte histórica

Os estudos e as análises empíricas sobre criminalidade têm recebido, nas últimas décadas, um particular e importante interesse por parte de historiadores e antropólogos. Autores como Maria Sylvia de Carvalho Franco, Sidney Chalhoub, Boris Fausto, Celeste Zenha, dentre outros, vêm se destacando no Brasil na utilização de documentos criminais e policiais como fonte primordial para a compreensão das experiências de sociabilidade de inúmeros grupos sociais em vários contextos brasileiros.

Nesse momento serão expostos alguns trabalhos historiográficos que contribuíram com as metodologias empregadas na presente dissertação tendo como suporte documental processos criminais. Imprescindível para a presente reflexão foi a análise brasileira historiográfica em relação a criminalidade e a violência. Estas servem de inspiração para a nova geração de pesquisadores que dedicam-se ao estudo em torno desse tema. O tratamento historiográfico feito por esses autores nos ajudam de fato a pensar técnicas cabíveis de análise.

Robert Muchembled⁴¹ destaca algumas das características da violência em sociedades distintas, bem como em épocas diferentes, para demonstrar como tais relações baseadas na violência nem sempre foram vistas da mesma forma, não se tratando de um dado histórico

⁴⁰ ANTOCZECEN, p.47.

⁴¹ MUCHEMBLED, Robert. História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

estático. Da Idade Média até os dias atuais, a percepção sobre violência mudou junto com as transformações que se operaram em toda a sociedade, em seus vários níveis.

Leitura obrigatória para quem quer traçar caminho pelas múltiplas formas de conflitualidade e violência é a obra de Robert Muchembled intitulada História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias. Discussão de cunho historiográfico sintetiza a violência como “derivado do latim *vis*, designando “a força” ou “o vigor,” e caracteriza um ser humano com um caráter colérico e brutal”⁴². Para o autor a violência destacava-se no público masculino e a agressividade violenta é maior entre os jovens desse sexo. Essa questão fica bem explícita em nossas fontes. Como afirma o autor as mulheres “se matam ou se ferem pouco entre elas, e são mais atacadas e são mais atacadas com uma relativa moderação pelos homens que evitam, muitas vezes, concentrar-se em seu rosto, seu ventre e seus órgãos reprodutores.”⁴³ E ressalta:

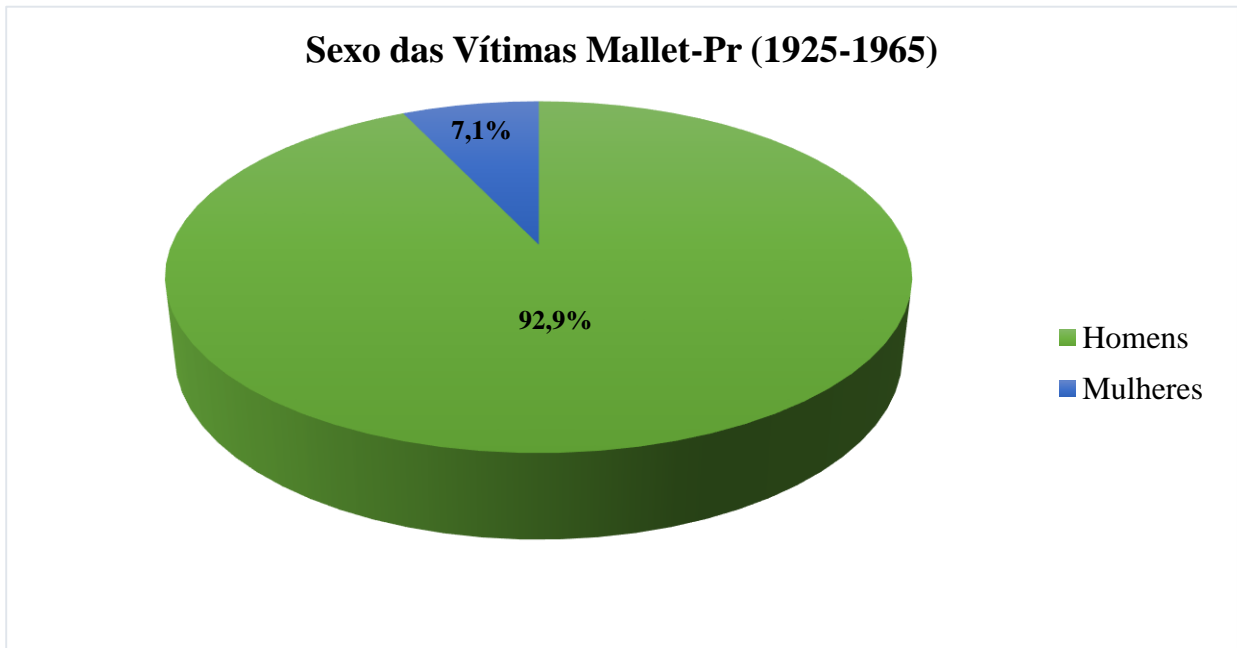
Desde o século XIII, o perfil tipo dos culpados modificou-se pouco a pouco, apesar de um considerável declínio, constatado por toda parte na Europa (...). As mulheres são muito minoritárias. Os mais numerosos são homens jovens com a idade de 20 a 29 anos. Sob o Antigo Regime, suas vítimas apresentavam, frequentemente, características idênticas, e os enfrentamentos mortais colocavam em jogo, mais frequentemente, questões de direito, de precedência, de honra.⁴⁴

Analisando os processos criminais percebemos em sua totalidade a presença de homens como réus. Em relação as vítimas encontramos um número restrito de mulheres e também um pequeno número de mulheres como testemunha. Como podemos melhor visualizar estas informações nos gráficos a seguir.

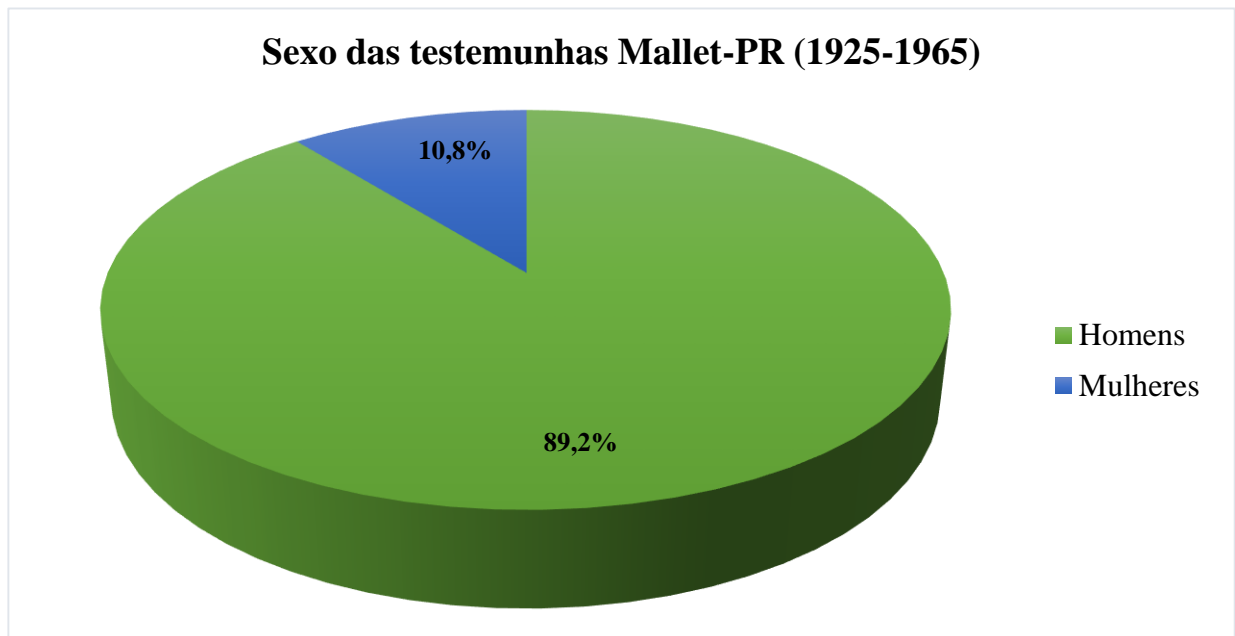
⁴² MUCHEMBLED, p.7.

⁴³ MUCHEMBLED, p.2.

⁴⁴. MUCHEMBLED, p.9.

GRÁFICO 1- Sexo das vítimas Mallet-PR (1925-1965)

Fonte: CEDOC/Processos criminais Mallet-1925-1965.

GRÁFICO 2- Sexo das testemunhas Mallet-PR (1925-1965)

Fonte: CEDOC/Processos crime-Mallet-PR (1925-1965).

Como podemos verificar conforme os dados contidos no gráfico 1 em sua maioria as vítimas eram homens; estes praticavam mais delitos, no entanto, a maior parte das vítimas também eram homens, 39 indivíduos correspondendo a 92,9% do total e as mulheres em número bem menor 3 equivalendo a 7,1%. Em relação as testemunhas também percebemos um número bem maior de homens intimados pela justiça para depor. De acordo com o gráfico 2, cerca de 375 da testemunhas eram homens correspondendo a 89,2% do total, e apenas 45 delas eram mulheres equivalente a 10,8%.

O menor número de mulheres pode ser considerado nesse estudo a partir de duas perspectivas, a primeira delas por grande parte desses festejos serem em espaços públicos havia uma maior frequência de homens. Geralmente a presença feminina se dá em bailes privados e sempre acompanhados de um parente próximo. A segunda seria que a da maioria violência contra a mulher ocorria no âmbito privado e doméstico e por diversas vezes nem chegava ao conhecimento das autoridades.

Os trabalhos com processos criminais alastram-se pela historiografia brasileira. Tornando-se ferramenta muito comum para descobrir vários aspectos. Nesse sentido, Silvia Hunold Lara ressalta em campos da violência a importância dos processos-crime como fonte para pesquisa histórica, visto que, mesmo que condicionados a pena do escrivão, esta documentação à revelia dos objetivos pelos quais foi produzida, traz até nós o registro do cotidiano colonial.⁴⁵

Conforme esta autora podemos ter acesso a vários aspectos do cotidiano de determinada sociedade. Estando atentos as entrelinhas das falas existentes nessa documentação podemos ter acesso a várias informações. Se fizermos um mapeamento desses personagens e dos respectivos crimes podemos descobrir características específicas das vivências de determinados grupos ou segmentos sociais.

Ao selecionarmos esse tipo de fonte para o desenvolvimento dessa pesquisa estamos cientes de suas potencialidades e os devidos cuidados metodológicos a serem adotados. Para o historiador é necessário reconhecer nos arquivos criminais e seus limites de sua produção. É pertinente destacar que essa documentação é permeada de relações de poder. O aparato judicial é responsável por todo o trâmite de um processo que tem por finalidade reconstruir o crime e

⁴⁵ LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência-Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. p.21.

sentenciar o indivíduo que se desviou de determinadas regras da lei. É um “mecanismo de controle social”. Nas palavras de Grinberg os processos:

São fundamentalmente fontes oficiais, produzidos pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como “mecanismos de controle social”, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão.⁴⁶

Mas é possível ir além a esses dados jurídicos e conceber uma série de informações sobre determinada sociedade. Mesmo sendo um “mecanismo de controle social” e na gravidade de um momento se estabelecem inúmeras relações sociais preexistentes a esse fato, “principalmente no momento em que se convocam as testemunhas, sobretudo, quando se tratam de homicídios, de agressões físicas, é possível perceber relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado.”⁴⁷

Uma das críticas frequentes à escolha de processos criminais como fonte de pesquisa é que registram mais experiências de sujeitos marginais que fugiram das normas sociais. Por isso o uso de uma metodologia adequada e os cuidados se fazem necessário de acordo com os objetivos de cada pesquisa. Se o historiador apenas transcrever o documento e não ir além e reduzir sua análise aos trâmites e sentenças exercerá o papel de jurista seguindo apenas a lógica do julgamento com seus laudos, apelações e sentenças. Desse modo, produzirá uma visão estigmada.⁴⁸

Transcendendo os limites da fonte original buscamos outros sentidos mais amplos para reconstituir parte do cotidiano e das relações sociais em uma comunidade de imigrantes eslavos e seus descendentes a partir de seus momentos de lazer, marcados por conflitos e tensões.

Um processo crime representa muito mais que uma expressão de estado. Sem dúvida é uma prática jurista estatal permeada de mediações de poder, essas estabelecem em tentativas de autenticar uma possível “verdade” aos atos criminais processados, mas além desses discursos encontramos o depoimento e falas de testemunhas e acusados. Tais processos nos revelam relações sociais, econômicas e culturais.

⁴⁶ GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 126.

⁴⁷ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.37.

⁴⁸ CARVALHO, 2013.

A voz dos envolvidos passam a ser ouvidas para reconstituir o crime, tanto das testemunhas como dos réus. Mesmo que intimidados pelo aparato repressor e pelo cenário que se apresenta durante o depoimento, é neste momento que o indivíduo comum ganha voz. Desse modo:

É provável que o depoente faça uso de associações, estereótipos e valores e, de algum modo, isso estará registrado no processo, como o fazem os juízes, apesar de obedecerem, em sua fala, à retórica jurídica. Portanto, o processo não deve ser visto apenas como expressão do Estado, e este não deve ser visto como emissor dos depoimentos. É necessário considerar os filtros que a Justiça impõe, mas não se deve considerar que a narrativa não contenha o modo como determinada pessoa vivencia sua realidade. O processo contém formulações dos diversos segmentos envolvidos e não apenas a do Estado.⁴⁹

É certo que todo registro acompanha um discurso, e estar atento à especificidade de cada um é sempre a tarefa do historiador e do pesquisador, seja qual for o tipo de fonte escolhida. Em virtude disso estamos cientes que os:

Processos são documentos históricos e oficiais, e o trabalho com esses documentos traz, ao menos, duas implicações metodológicas: a questão do poder e a da interpretação. Estes questionamentos surgem principalmente quando se trabalha qualitativamente com os dados, quando a preocupação está em buscar a lógica e os códigos que estão informando as palavras para inferir sobre grupos sociais específicos.⁵⁰

Mas o estudo dessa documentação proporciona a possibilidade efetiva da existência de um conhecimento histórico fora das marcas do discurso textual.

Por mais que seja necessário relativizar os depoimentos devido às intermediações de agentes do poder estatal e repressor, é inegável que se pode extrair dessas narrativas importantes informações sobre as vivências e valores para os grupos sociais relatados⁵¹.

Por intermédio do corpus processual podemos ter acesso a uma série de ações praticadas no cotidiano dos indivíduos malletenses, assim como conhecer aspectos ainda obscuros na

⁴⁹ OLIVEIRA, Fabiana Luci de & SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 252.

⁵⁰ OLIVEIRA, p. 245.

⁵¹ CARVALHO, p.57.

historiografia paranaense. Mesmo atuando como mecanismo de controle social nos processos apresentam:

Idéias, pensamentos, aspirações, comportamentos, relações de amor, relações de vizinhança, relações de trabalho, sofrimentos, alegrias, etc., de membros das camadas populares, tornando possível conhecer e construir, mesmo que fragmentariamente, o que se costuma denominar “cultura popular.”⁵²

Diante dos cuidados metodológicos estabelecidos, ao fazer uso dessa documentação cabe destacar que não pode-se considerar tudo que está exposto nos enredos e nos depoimentos processuais como veracidade absoluta. Os depoimentos podem conter omissões ou ênfases, os envolvidos nessa trama valem-se do real conforme julgam necessário. Diferentes versões são criadas para relatar um mesmo ocorrido, seja de acordo com seus interesses. Mas através dessas narrações podemos explorar sociabilidades e sensibilidades de uma época. Sendo assim, por meio dos enredos dos processos crimes temos acesso ao “cotidiano das pessoas, suas paixões, seus vícios e suas virtudes. Os envolvidos tem sua privacidade vasculhada, detalhada, exposta para que justifiquem atos e comportamentos”.⁵³

Por isso é pertinente destacar que entendemos as narrativas processuais como representações feitas tanto por réus, vítimas, testemunhas, advogados, promotores juízes e que passam pelas mãos dos escrivães, não como verdade única e absoluta. Desse modo:

Mesmo contando com as dificuldades de um processo criminal, onde os discursos dos populares são feitos por intermédio de terceiros e induzidos por diversas perguntas inquisitoriais, ninguém poderia “mentir em tudo” ou deixar de passar contradições.⁵⁴

Através dos relatos extraídos via documentação jurídica podemos ter acesso a complexidade do mundo social onde tais eventos ocorreram. “Mais do que isso, as narrativas dos processos criminais contém, perpassando os relatos da ocorrência, os gostos, atribuições de honra, valores e códigos informais que regiam as sociabilidades populares”⁵⁵.

No campo da história um dos benefícios que o historiador encontra em fazer uso desse corpus documental é a presença de sujeitos históricos ocultos de outras fontes: as pessoas

⁵² ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 120.

⁵³ IZUMINO, Wânia Pasinato. Justiça e Violência contra a mulher: O papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablme/Fapesp, 1998, p.53.

⁵⁴ ESTEVES, p. 121.

⁵⁵ CARVALHO, p.51

comuns. Dando voz aos mais diversificados sujeitos sociais. Que não tiveram sua história escrita. Segundo Monsma “os processos criminais são uma das poucas fontes que preservam as palavras dos pobres, mesmo quando transcritas na terceira pessoa. Nos garranchos de processos antigos, encontramos analfabetos discutindo suas interpretações de eventos e imputando motivos aos outros.”⁵⁶ A importância em fazer uso dessa documentação no presente estudo está na oportunidade de depararmos com as vivências e visões de mundo pertencentes aos personagens malletenses, “cujas características essencialmente populares dificultariam o aparecimento de suas interpretações em outros tipos de fonte, geralmente ligadas à órgãos controlados pela elite ou documentos governamentais, nos quais o que pensava o pobre e o analfabeto não era veiculado.”⁵⁷

Por meio dos depoimentos dos envolvidos é possível a análise da dinâmica das relações sociais, bem como dos códigos de conduta que regiam os grupos envolvidos.⁵⁸ Com o exame de nossas fontes pudemos entrar no universo das interações da sociabilidade malletenses e também ouvir muitas histórias de sangue e de dor.

Consideramos como importante utilizarmos as palavras de Karl Monsma que se refere ao processo judicial do crime como “interpretações de interpretações”, isto é, as estratégias e a ação dos operadores da justiça filtram o que entra em um processo e alteraram o vocabulário dos depoimentos, escritos em terceira pessoa.”⁵⁹ Estes relatos não explicam a totalidade do acontecido, mas não deixam de ser uma fonte rica em detalhes, nos permitindo uma aproximação com as falas dos envolvidos nos fornecendo pistas de análise de vários aspectos de uma sociedade. Na palavras de Monsma:

Pela análise das narrativas dos processos judiciais, pode-se buscar aquilo que é transmitido com a ocorrência de determinados comportamentos e com o discurso sobre esses comportamentos, ou seja, pode-se apreender a lógica que informa tais comportamentos e discursos empreendidos pelos grupos sociais estudados.⁶⁰

⁵⁶MONSMA, Karl. Histórias de violência: processos criminais e conflitos inter-étnicos. Anais XXIX Encontro Estadual da ANPOCS, Petrópolis, RJ, outubro de 2000, p. 3

⁵⁷ CARVALHO, p. 50.

⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

⁵⁹ MONSMA, p. 159-160.

⁶⁰ MONSMA, p. 258.

Também tendo como objeto de estudo os crimes, via documentação judicial, Fausto faz algumas considerações acerca da criminalidade onde salienta que:

A criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de comportamento, de representações e valores sociais”. O “crime’ diz respeito ao fenômeno na sua singularidade, cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesmo, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções.”⁶¹

A partir disso podemos ter percepções de vários aspectos a partir do crime. Um O ato criminal apresenta variados significados acerca de uma sociedade. Seja eles de ordem econômica, cultural, política e religiosa. Fausto faz uma brilhante análise sobre a criminalidade em São Paulo fazendo uso do corpus processual. Seu método nos auxilia na metodologia empregada com nosso objeto de estudo: os processos criminais. Ainda o autor faz uma tipologia dos crimes de modo muito interessante, além de analisar variáveis dos locais, alvos, objetos subtraídos, técnicas de roubo que predominavam e nacionalidade dos envolvidos.

Fausto não analisa as narrativas constituintes dos processos criminais, mas parte de dados existentes neles através de uma análise quantitativa. A partir dos resultados o autor remete suas impressões, é importante salientar que sua análise está mais preocupada em entender as regularidades da criminalidade e o que ela tinha a ver com o contexto de imigração, formações de fábricas e emancipação da escravatura. Ou seja, “relacionar com as mudanças mais estruturais da sociedade, ele não está interessado em compreender as singularidades nas falas, nem “ouvir as vozes” dos envolvidos, haja vista ele entender que estavam em “camisa-de-força” padronizada, tecida segundo os cânones do jargão judiciário e da linguagem erudita.”⁶² Mas de fato é possível ultrapassar essa linguagem padronizada jurídica.

Já na presente análise atuamos como detetives, mas não para julgar, apenas ouvir o que os envolvidos tinham a dizer e estabelecer possíveis análises. Como explica Grinberg “por maior que seja a tentação, é importante lembrar, sempre, que nós não somos os detetives. Ou melhor, somos um tipo diferente de detetive, cujo objetivo não é descobrir o culpado de um crime. Nossa tarefa é outra.”⁶³ Tais depoimentos nos auxiliaram a retratar o cotidiano e as interações sociais existentes, assim como analisar as motivações do crime.

⁶¹ FAUSTO, Boris. Crime Cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924. São Paulo: Brasileira, 1984. p. 9.

⁶² FAUSTO, 1984, p.24

⁶³ GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 128.

Cabe destacar no que diz respeito aos discursos arrolados nas páginas processuais que não é possível analisa-los a partir de um viés de verdade única e estática, mas considerar que tais falas são construções de uma verdade inerente aos valores e visões de mundo dos envolvidos e baseados em certos interesses. Fausto acrescenta que:

O processo se corporifica por meio de uma série de procedimentos, dentre os quais se destaca um conjunto de falas de personagens diversos. A emissão dessas falas e forma de captá-las não é diferente da construção do processo. Tomemos o caso das testemunhas e do acusado. Se é certo que qualquer discurso desfigura mecanismos e conteúdos internalizados, ainda quando se procura torna-lo o mais livre possível, isso é tanto mais verdadeiro no caso específico, onde a intenção é oposta. As condições em que se produz a fala das testemunhas dificultam a emissão; o objetivo dos que aparentemente a liberam conduzem, pelo contrário à sua captura.⁶⁴

Podemos citar outra discussão que trabalha sobre essas perspectivas que trilhou caminho pelas histórias de sangue e de dor dos processos criminais. Sidney Chalhoub, se preocupou em trazer para discussão historiográfica temas ainda pouco enfatizados pela historiografia como: histórias de amor, brigas em botequins, tensões entre indivíduos pertencentes a grupos étnicos e nacionais, são algumas das temáticas de sua análise. Sua temática é composta por diversos aspectos, como por meio da rivalidade entre nacionais e estrangeiros; pela formação da classe pobre e os conceitos de “ociosidade” e “vadiagem” em voga na época; pela noção de trabalho e, precisamente, referente às implicações destes aspectos em conflitos existentes no cotidiano da cidade.

Nas palavras desse autor “cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas.”⁶⁵ Para tanto, é necessário que o pesquisador não fique preso no acontecimento principal, no crime, mas perceba as relações que estão escritas nas entrelinhas, que ficam submersas pelo fato que levou todos à justiça. Essas informações nos fornecem pistas para identificação de vários aspectos da sociedade, sejam culturais, econômicos ou políticos.

Sua contribuição para nossa pesquisa consiste, além de sua metodologia com documentação processual, na abordagem da violência e da criminalidade em espaços de sociabilidade em seu caso o botequim. O autor relata:

⁶⁴ FAUSTO, p.22.

⁶⁵ CHALHOUB, p.41

O crime foi cometido num botequim durante um dos intervalos da jornada de trabalho. Estes intervalos para tomar café e cachaça no botequim, prolongado as vezes pelo jogo a dinheiro, eram bastante comuns principalmente entre carvoeiros, estivadores, carroceiros, ambulantes e outros trabalhadores que não se viam circunscritos a um espaço fechado rigidamente disciplinado. Tal decorre o fato de que muitas das "questões por motivo de serviço" acabavam resultando em conflitos nestes momentos de lazer nos interstícios da jornada de trabalho quando, aparentemente, as questões podiam ser resolvidas sem pôr em risco os meios de sobrevivência dos contendores.⁶⁶

Este era um espaço de lazer frequentado majoritariamente pelo público masculino e o autor relata conflitos que ocorriam nesse local em meio aos “tragos de cachaça e de café”. Este representava muito mais que um espaço de “divertimento”. Como salienta Carvalho “adicionavam ao não só atividades distintas em comparação ao dia, como destacava o momento do lazer e da liberdade não regrada pelas condutas nos espaços e no tempo profissional.”⁶⁷ Em nossa análise ocorre a transformação do cenário e em certa medida dos participantes. Os bailes e as festas em meio a danças, músicas, “tragos de cachaça” e desentendimentos aglomeravam tanto a participação de homens e mulheres, muitas vezes estas últimas estopim para determinado ato violento.

A preocupação de Chalhoub é analisar o cotidiano em suas variadas manifestações, sob o viés de conflitos, tensões e atenta que a utilização desse corpus documental é de suma importância para essa compreensão. Em sua perspectiva diz:

Ler processos criminais não significa partir em busca do que realmente se passou porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles ‘mentem’. O importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência.⁶⁸

Aqui se encontra uma questão crucial e os cuidados metodológicos a serem tomados ao fazer uso desse corpus documental. Não podemos levar ao pé da letra o que está exposto, mas sim como salientado por Chalhoub estar atento as versões e os relatos de cada indivíduo que se apresentam, sejam eles distintos ou repetitivos que podem nos fornecer pistas de laços ou divergências sociais e étnicas que permeiam o corpo social. As narrativas das testemunhas

⁶⁶ CHALHOUB, p.96.

⁶⁷ CARVALHO, p.55.

⁶⁸ CHALHOUB, p.40-41.

podem ser filtradas por interesses para demonstrar sinais de afeto, redes de solidariedade entre grupos ou ainda relações de animosidade. São as redes de intersecção compostas pela família, trabalho, vizinhança, amigos, inimigos, etc. Em nosso caso por ser uma região de forte imigração essas redes são bastante expressivas.

Para esse autor, o desenvolvimento de uma pesquisa fundamentada na documentação criminal revela possíveis aproximações com o real, assim como local privilegiado para a compreensão das contendas cotidianas.⁶⁹ A partir dos depoimentos de testemunhas Chalhoub tem como foco a análise das situações típicas e aspectos comuns enfrentados pelos trabalhadores do Rio de Janeiro. Sua análise se fundamenta em aspectos não óbvios das entrelinhas que esses relatos apresentam, ou seja, questões subjetivas que não aparecem explicitamente nas falas.

Outra historiadora que lança mão da documentação judiciária para estudar “As práticas da justiça no cotidiano da pobreza”, é Celeste Zenha que salienta que um processo criminal constitui uma historieta cuja verdade final se constitui numa verdadeira fábula, pois fruto das distintas versões apresentadas nos autos. Para a autora, o processo produz uma verdade final e essa verdade pode ser identificada como uma fábula. Porque a ação que serviu para a abertura do processo, está perdida para sempre: o que realmente ocorreu ficou perdido no tempo. Assim, o processo produz uma verdade responsável pela condenação ou não do réu. As práticas judiciárias produzem uma verdade dos autos e jamais a repetição do fato ocorrido no passado que ocasionou a agressão e/ou morte. No entanto, prossegue a autora, essa fábula não pode ser reconhecida como uma mentira. Ela deve conter os critérios mínimos para que seja verídica. Assim, as fábulas dos processos penais não são simples fantasias: são discursos tidos como verdadeiros pela comunidade local.⁷⁰

⁶⁹ CHALHOUB, 2001.

⁷⁰ ZENHA, Celeste. “As práticas da justiça no cotidiano da pobreza”. Revista Brasileira de História. V. 5, ° 10. março/agosto. 1985.

CAPÍTULO 2

“DOS ATOS AOS AUTOS”

2.1 Estatísticas policiais e os processos crime: o trabalho com as fontes

O registro da história e da memória humana se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinada organização, pessoa ou família. Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação. As construções historiográficas muitas vezes necessitam de informação primária, ou seja, precisam ser retiradas em suas fontes originais: os documentos de arquivo. Os documentos são a essência de uma organização, a memória de uma sociedade.⁷¹

Considerando essas premissas salienta-se a importância do patrimônio documental do judiciário de Mallet-PR, para a pesquisa local e regional, destacando o potencial do acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDOC/I) DA Universidade Estadual do Centro-Oeste, como fonte histórica, que oferece um nicho para a produção do conhecimento extremamente importante na construção do fazer historiográfico, com a inserção de novos objetos e novas abordagens.

Ao longo da história, nem sempre a preservação da memória se revelou importante para o judiciário. Ao contrário, a definição do que é considerado patrimônio documental é resultado de disputas muitas vezes conflituosas internas e externas, na medida em que está inserida num campo histórico de poder-saber, socialmente configurado, cujos espaços vão se constituindo ao sabor de interesses, construções de valores que passam pela ideia de identidades sociais, pertencendo aos mecanismos de memória evocados, que torna significativa, num dado contexto, a preservação dos suportes informacionais.⁷²

A partir da Nova História observa-se a abertura para novos métodos, novos objetos e novas abordagens e isso tem auxiliado na ressignificação de velhos conteúdos, cujo interesse

⁷¹ MIRANDA, Marcia Eckert. Historiadores, Arquivistas e Arquivos. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011. p.13-14.

⁷² HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. A história e os Arquivos: Anotações á margem dos documentos. PontodeAcesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 60-71, abr. 2009. p.64-65.

emerge no tempo e se atualizam ao sabor da necessidade de revisitar o passado e trazer à tona o não dito, o embate do que foi historicamente silenciado.

Nesse contexto, “debruçando nos variados conjuntos documentais é possível extrair subsídios dos produtos informacionais característicos das instituições, fruto de sua atividade-fim, e por essa razão, representativos das práticas de um poder - saber específico, como substrato de sua atuação no tecido social.”⁷³ Desse modo, o acervo da justiça comum traz um rico e inédito conteúdo, que nos permite conhecer as tramas que envolvem a construção de um tipo de “verdade”, cristalizada nos variados tipos de processos civil/crime, através destes a sociedade manifesta seus múltiplos conflitos, desejos, adversidades, na busca da solução de suas querelas, que por sua vez, traduzem uma certa necessidade imperiosa de fazer valer seus direitos.

Temos um acervo bastante desafiador de pesquisa no CEDOC/I, cujos autos, carregam uma gama variada de elementos usados para elucidar o acontecido, para solucionar uma rixa, uma disputa, um conflito, uma vingança.

O acervo da justiça comum vai muito além de um simples conjunto documental, constitui o repositório da vida e dos dramas humanos, retratados nas inúmeras “provas” utilizadas para legitimar o pleito, inseridos nos processos. Tudo que um dia foi utilizado/agregado aos autos, para referendar uma causa, um pedido, um direito de justiça.⁷⁴ Sendo, portanto, um referencial no âmbito da história paranaense, ao conter documentos que trazem novas contribuições à compreensão de um importante período da ocupação do sul do Paraná. Além de uma diversidade de possibilidades de estudos, ao lado das questões sobre sociabilidade, gênero, família, violência, conflitos inter étnicos e violações múltiplas praticadas tornando bastante atrativo esse conjunto documental.

É nosso entender que o adequado conhecimento da história de um povo requer a busca de apoios em documentação que nos habilite a formar um juízo seguro da evolução do seu processo histórico. Tendo em atenção a crucial importância dos arquivos como fonte de referência importante para os pesquisadores e o público em geral.

⁷³MIRANDA, Marcia Eckert. Os arquivos e o ofício do historiador. Anais XI Encontro Estadual de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012. p.902-903.

⁷⁴BARTALHO, Renata Regina Gouvêa. Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica. Anais XVII Simpósio Nacional de História. Natal-RN.2013. p.4.

Cabe ressaltar que os arquivos permitem, através de pesquisas, mostrar várias facetas da história passadas, mas sempre levando em consideração a sua produção, pois são envolvidos pelo discurso de seu tempo, assim como afirmou Le Goff: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.”⁷⁵

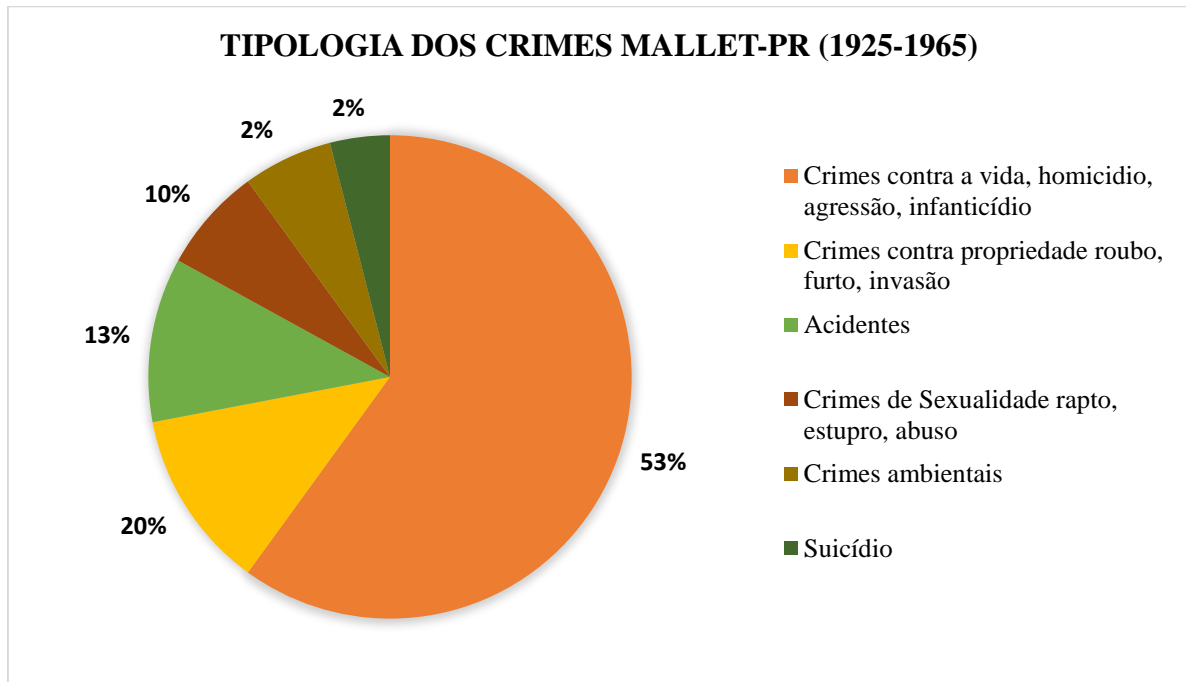
No ano de 2013 foram encaminhados para o CEDOC/I aproximadamente seis mil processos referentes ao judiciário de Mallet-PR. O período abrangente dessa documentação referem-se ao ano de 1913 a 2006. Segundo Sochodolak os crimes em Mallet, “no período de 1913 a 1945, se referem, principalmente, às ações contra a vida em mais dos 70% dos casos. Em segundo lugar aparecem os crimes contra a propriedade, em cerca de 12% dos casos”⁷⁶. Essas ações envolvem imigrantes e seus descendentes e a violência disseminada acontece entre membros da família, vizinhos, amigos. Nos processos crimes analisados foi possível perceber que os envolvidos possuíam algum grau de vinculação e conheciam-se. Como podemos perceber as práticas de criminalidade mais insidiosas são contra a vida, pois muitas vezes em virtude de honra, de ofensa, vingança, a forma de reagir era a violência corporal atentando contra a vida do sujeito. A análise de Sochodolak permite pertinentes contribuições já que aborda nosso período e mesmo espaço.

Entre os anos de 1925-1965, um maior número de casos são contra a vida, como destacado por Sochodolak entre o período de 1913-1945 em Mallet. Como podemos melhor visualizar no gráfico a seguir.

⁷⁵ LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. p.475.

⁷⁶ SOCHODOLAK, Hélio. Processos criminais e história da violência- Mallet-PR (1913-1945). Anais XXVIII Simpósio Nacional de história.

GRÁFICO 3:Tipologia de Crimes Mallet-PR (1925-1965).

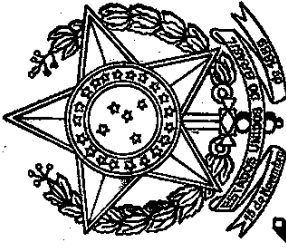


Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr, 1925-1965.

Em relação a tipologia dos crimes ocorridos em festas e bailes a tendência foi a mesma, um grande número de casos que envolviam crimes contra a vida. São 214 casos de crimes de agressão, 46 casos de homicídios e 2 casos referentes ao infanticídio correspondendo a um total de 53% de crimes contra a vida, seguidos pelos crimes contra a propriedade, envolvendo 25 casos de furto e 11 casos de invasões correspondendo a 20% do total. Em quarto lugar encontram-se os acidentes com 26 casos, (13%), em quinto lugar os crimes sexuais com 7 casos de rapto, 7 casos de estupro e 6 casos de abuso (10%) e 15 casos de suicídio (2%).

Englobando um contexto mais amplo a região do Paraná, onde se localiza Mallet, encontramos essa mesma constatação. Essa informação é importante por espelhar tendências estando entre o nosso período analisado. Verificando os relatórios de governo do estado do Paraná entre os anos de 1940 e 1941, que relatam as estatísticas dos crimes e contravenções, percebemos em sua grande maioria crimes que atentam sobre a vida. Como percebe-se no mapa 2 e 3 respectivamente.

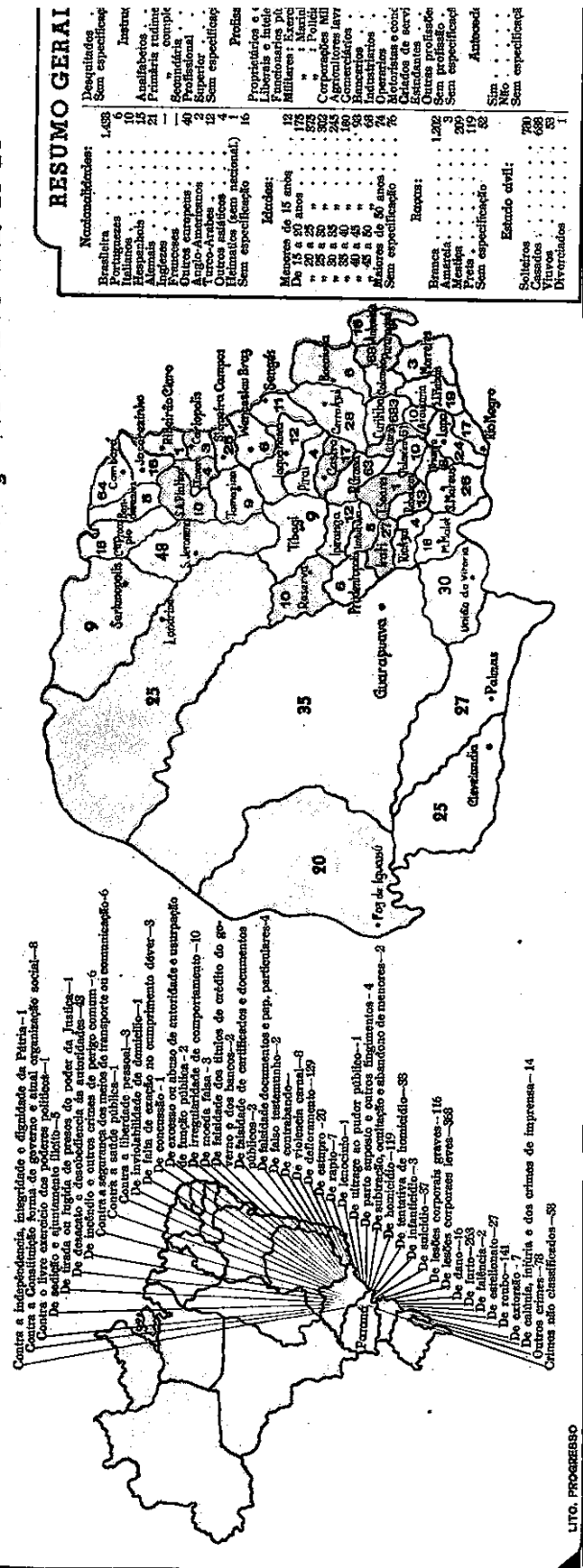
Mapa 2-Estatísticas de Crimes e Contravenções do Paraná (1940)



SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

POLÍCIA CIVIL

ESTATÍSTICA DOS CRIMES E CONTRAÇÕES = ANO DE 1940



Fonte: Relatório de Governo Arquivo Público Estado do Paraná-1940

No ano de 1940 como demonstra o mapa 2 foram registrados pela polícia civil do estado do Paraná 1500 crimes, dentre eles mais da metade equivalem a crimes contra a vida. Em primeiro lugar se encontram as lesões corporais leves com 368 casos, seguidas pelas lesões corporais graves 116, pelo homicídio ou tentativa de homicídio, 119 e 33 respectivamente, 37 suicídio, vindos a seguir os crimes de defloramento 129 e estupro 20 casos. Em seguida os crimes contra a propriedade que referem-se ao furto 263 casos, roubo 141, dano 16. Em um número bem menor encontram-se outros crimes.

Referente ao ano de 1941 foram registrados pela polícia 1613 crimes, ou seja, a violência teve um aumento se comparada ao ano interior. Também a maior quantidade de crimes referem-se contra a vida. Em primeiro lugar encontram-se as lesões corporais leves com 360 casos, seguida pelas lesões corporais graves 134, pelo homicídio 127, pelo suicídio 51, vindos a seguir os crimes de defloramento 123 e estupro 25 casos. Como no ano anterior em 1941 também localizamos em segundo lugar os crimes contra a propriedade que referem-se ao furto 417 casos, roubo 109, dano 10. De modo geral, nesse dois anos a tipologia e as formas de violência permaneceram as mesmas. O que distingue-se foi o aumento do número de furtos.

As informações do mapa delineadas pela polícia do estado do Paraná entre os anos de 1940 e 1941, a criminalidade disseminada é predominantemente masculina, jovem, de profissão de agricultores ou lavradores e operários com pouco grau de instrução. A medida que o grau de instrução diminui a violência também tem uma tendência ao aumentar. Esse perfil também é percebido a partir dos processos criminais da comarca de Mallet-PR. Afinal esses elementos parecem ser antigos e serem delineados desde fins da idade média como assinalava Muchembled⁷⁷ Para esse autor “a violência é fundamentalmente masculina em nosso espaço.”⁷⁸

Ainda nos detendo aos dados mesurados pelo estado em relação a criminalidade podemos visualizar melhor estas informações nas tabelas a seguir:

⁷⁷ MUCHEMBLED, Robert. História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

⁷⁸ MUCHEMBLED, p.2.

Tabela 1-Estatística de Crimes por grau de Nacionalidade-Paraná- 1940

Nacionalidades	Porcentagem
Brasileira	92%
Portuguesa	0,3%
Italianos	0,6%
Espanhóis	0,9%
Alemães	1,3%
Outros Europeus	2,4%
Anglo Americanos	0,1%
Turco Árabes	0,7%
Outros asiáticos	0,2%
Heimatios (sem nacional)	0,06%
Sem especificação	0,9%
Total	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná, Relatório de Governo-1940.

Ao analisar a tabela referente a região do Paraná no ano de 1940 percebemos que a maioria da criminalidade envolvia os brasileiros. Vale lembrar que estes podiam ser descendentes de outras etnias, como era o caso de Mallet. Outras nacionalidades apresentam-se em menor número na criminalidade, mas acredita-se que essas outras etnias eram em menor número também. Em um total de 1625 crimes, 1498 envolvidos eram de nacionalidade brasileira (92%), 6 portuguesa (0,3%), 10 italiana (0,6%), 15 espanhola (0,9%), 21 alemã (1,3%), 40 outros europeus (2,4%), 2 anglo-americana (0,1%), 12 turco árabes (0,7%), 4 outros asiáticos (0,2%), 1 sem nacionalidade (0,06%), e os sem especificação 16 correspondendo a (0,9%).

Tabela 2-Estatísticas de Crimes por faixa etária Paraná-1940

Faixa etária	Porcentagem
Menores de 15 anos	0,7%
De 15 a 20 anos	11%
De 21 a 25 anos	23,3%
De 26 a 30 anos	18,8%
De 31 a 35 anos	15,3%

De 36 a 40 anos	11,2%
De 41 a 45 anos	6,1%
De 46 a 50 anos	4,3%
Maiores 51 anos	4,6%
Sem especificação	4,7%
Total	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná, Relatório de Governo. 1940.

Em relação a criminalidade associada a faixa etária no estado do Paraná em 1940 percebemos que em sua grande maioria são jovens. Entre eles 12 são menores de 15 anos (0,7%), 175 tem entre 15 a 20 anos (11%), o maior número se encontra na faixa etária de 21 a 25 anos 375 correspondendo a (23,3%), seguidos pelos que tem entre 26 a 30 anos 302 (18,8%), atrás vem os entre 31 a 35 anos 245 pessoas (15,3%), com faixa etária entre 36 a 40 anos 180 pessoas correspondendo a (11,2%), 98 indivíduos com idade entre 41 á 45 anos (6,1%), 68 entre 46 a 50 anos (4,3%), 74 maiores de 50 idade (4,6%), e os não especificados 76 correspondente a (4,7%).

Na tabela a seguir verificamos os dados relacionados com a criminalidade e o estado civil dos indivíduos envolvidos nessas práticas.

Tabela 3-Estatísticas de Crimes por estado civil-Paraná-1940

Estado Civil	Porcentagem
Solteiros	49,2%
Casados	43,4%
Viúvos	3,4%
Divorciados	0,06%
Desquitados	0,06%
Sem especificação	3,9%
TOTAL	100%

Como podemos visualizar na tabela acima em relação ao estado civil dos envolvidos encontramos um maior número de solteiros envolvidos nas práticas criminosas: 780 correspondendo a (49,2%), em seguida os casados com 688 indivíduos (43,4%), 53 viúvos

(3,3%), 1 divorciados (0,06%), 1 desquitados (0,06%), e sem especificação 62 correspondendo a (3,9%).

Através dos dados contidos nos relatórios de estatísticas de crimes e contravenções podemos visualizar que a violência aumenta quando o grau de instrução dos envolvidos diminui. Salientando que o controle social incide mais nas classes mais baixas. O topo da posição está ocupado pelos que possuem primário rudimentar, 753, equivalente a 47,5%; em segunda posição os analfabetos, com 416, representando 26,2% do total, seguido pelo primário completo 260 (16,4%). Enquanto o grau de instrução aumenta a violência tem uma queda. Os que possuem ensino secundário, 26 (1,6%), apenas 14 possuem ensino profissional (0,9%); e 17 com ensino superior correspondendo a 1,1%; e contam-se ainda sem especificação 99, correspondendo a 6,2% do total. Podemos visualizar as informações mais detalhadas na tabela a seguir.

Tabela 4-Estatísticas de crimes por grau de instrução-Paraná-1940

Grau de Instrução	Porcentagem
Analfabetos	26,3%
Primário rudimentar	47,5%
Primário completa	16,4%
Secundária	1,6%
Profissional	0,9%
Superior	1,1%
Sem especificação	6,2%
Total	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Relatório de Governo. 1940.

Ainda presente no relatório de governo do Paraná encontramos estatísticas de crimes e contravenções por profissão. Estas demonstram um maior número de agricultores e operários ligados a criminalidade. Como podemos visualizar os dados na tabela a seguir:

Tabela 5-Estatísticas de Crimes por profissão Paraná-1940

Profissão	Porcentagem
Proprietários e capitalistas	0,7%
Liberais e Intelectuais	1,1%

Funcionários Públicos	2,9%
Militares do Exército	2,1%
Militares da Marinha	0,2%
Militares da polícia militar	1%
Corporações Militarizadas	1,1%
Agricultores Lavradores	27,9%
Comerciários	8,7%
Bancários	0,3%
Industriários	0,7%
Operários	25,2%
Motorista de Veículos	3,1%
Criados de servir	3,6%
Estudantes	0,8%
Outras profissões	12,6%
Sem profissão	3,1%
Sem especificação	4,4%
Total	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Relatório de Governo do Paraná. 1940.

Como podemos evidenciar a violência e a criminalidade estão presentes em todas as profissões. Ela não é própria de um único segmento profissional. Mas podemos perceber uma maior parte de estatísticas de crimes associados a categoria de agricultor 443 ocorrências correspondendo a 27,9% do total, seguido pelos operários 400 (25,2%), vindos em número menor outros segmentos: proprietários e capitalistas 12 (0,7%), liberais e intelectuais 16 (1,1%), 47 funcionários públicos (2,9%), 3 militar da marinha (0,2%), 32 militares do exército (2,1%), 17 militares da polícia militar (1%), 18 corporações militarizadas, 139 comerciários (8,7%), 6 bancários (0,3%), 12 industriários (0,7%), 49 motorista de veículos (3,1%), 57 criados de servir (3,6%), 14 estudantes (0,8%), 200 outras profissões (12,6%), 49 sem profissão (3,1%), 71 sem especificação (4,4%). Mas na soma de todas as profissões urbanas percebemos que estas ultrapassam a categoria de agricultor do meio rural. Provavelmente a repressão policial estivesse mais vinculada a cidade do que ao campo.

Fonte de muitos dados ainda temos presente nesse relatório de governo o resumo de estatísticas de criminalidade associados a cor. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 6-Estatísticas de Crimes por cor/raça-Paraná-1940

Cor	Porcentagem
Branca	75,8%
Amarela	0,2%
Mestiça	13,2%
Preta	7,5%
Sem especificação	3,3%
Total	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná, Relatório de Governo do Estado do Paraná. 1940.

E como podemos visualizar na tabela acima a maioria da criminalidade estava associada a cor branca, com 1202 correspondendo a 75,8% do total, seguido pela mestiça 209 (13,2%), preta 119 (7,5%), amarela 3 (0,2%) e os sem especificação 52 (3,3%). O discurso historiográfico contrapõe a essa versão salientando que a raça preta estaria mais apta a criminalidade e exigiria mais controle.

Também focamos nos dados do ano de 1941 para permitir-se fazer determinadas comparações entre as estatísticas de criminalidade de todo o estado do Paraná com a região de Mallet-PR que agrega o nosso recorte-espacial dessa análise. Podemos visualizar as informações contidas no relatório de governo através das tabelas.

Tabela 7-Estatísticas de Crimes por nacionalidade-Paraná-1941

Nacionalidades	Porcentagem
Brasileira	89,6%
Portuguesa	0,8%
Italianos	0,4%
Espanhóis	0,05%
Alemães	1,8%
Inglêses	0,05%
Franceses	0,1%

Outros Europeus	1,8%
Anglo Americanos	0,3%
Turco Árabes	0,2%
Outros asiáticos	0,1%
Sem especificação	4%
Total	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná, Relatório de Governo-1940.

Ao analisar a tabela referente a criminalidade e a nacionalidade no Paraná no ano de 1941 percebemos, que como no ano anterior, a nacionalidade mais associada ao crime é a brasileira. Nesse caso, aqui também surgem outras nacionalidades os ingleses e franceses. Os dados relatam que 1496 dos envolvidos eram de origem brasileira (89,6%), 11 portuguesa (0,6%), 8 italiana (0,4%), 1 espanhola (0,05%), 31 alemã (1,8%), inglesa 1 (0,05%), francesa 2 (0,1%), 31 outros europeus (1,8%), 6 anglo-americana (0,3%), 4 turco árabes (0,2%), 3 outros asiáticos (0,1%), e os sem especificação 68 correspondendo a (4%).

Tabela 8: Estatísticas de crimes por faixa etária-Paraná -1941.

Faixa etária	Porcentagem
Menores de 15 anos	1,4%
De 16 a 20 anos	13,2%
De 21 a 25 anos	22,2%
De 26 a 30 anos	20,2%
De 31 a 35 anos	11,4%
De 36 a 40 anos	9,9%
De 41 a 45 anos	6,3%
De 46 a 50 anos	5%
Maiores 51 anos	4,2%
Sem especificação	6,2%
Total	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná, Relatório de Governo. 1940.

Em relação a faixa etária como evidenciada no ano de 1941, em sua grande maioria são jovens. Entre eles 22 são menores de 15 anos (1,4%), 206 tem entre 15 a 20 anos (13,2%), o

maior número se encontra na faixa etária de 20 a 25 anos 346 correspondendo a (22,2%), seguidos pelos que tem entre 25 a 30 anos 314 (20,2%), atrás vem os entre 30 a 35 anos 178 pessoas (11,4%), com faixa etária entre 35 a 40 anos 154 pessoas correspondendo a (9,9%), 98 indivíduos com idade entre 40 á 45 anos (6,3%), 78 entre 45 a 50 anos (5%), 66 maiores de 50 idade (4,2%), e os não especificados 190 correspondente a (6,2%).

Na tabela abaixo verificamos os dados relacionados com a criminalidade e o estado civil dos indivíduos envolvidos nas práticas criminosas em 1941.

Tabela 9-Estatísticas de crimes por estado civil-Paraná-1941

Estado Civil	Porcentagem
Solteiros	47,5%
Casados	36,2%
Viúvos	3,3%
Divorciados	0,5%
Desquitados	0,4%
Sem especificação	12,1%
TOTAL	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná, Relatório de Governo. 1941.

Como podemos visualizar na tabela acima em relação ao estudo civil dos envolvidos encontramos um maior número de solteiros envolvidos nas práticas criminosas: 788 correspondendo a (47,5%), em seguida os casados com 599 indivíduos (36,2%), 54 viúvos (3,3%), 9 divorciados (0,5%), 8 desquitados (0,4%), e sem especificação 199 correspondendo a (12,1%).

Através dos dados contidos nos relatórios de estatísticas de crimes e contravenções podemos visualizar nos anos de 1940 e 1941 que a violência tem uma tendência a aumentar na medida que o grau de instrução do indivíduo diminui. Pelo fato de o controle social estar presentes mais nessas classes e também resolverem suas pendências em lugares públicos. Em primeiro lugar os que possuem primário rudimentar 711 equivalente a 43%, em segundo posição os analfabetos com 389 representando 23,7% do total, seguido pelo primário completo 289 (17,5%). Enquanto o grau de instrução diminui a violência aumenta. Os que possuem secundária 36 (2,2%), apenas 7 possuem ensino profissional (0,4%), e 9 ensino superior

correspondendo a 0,5%, e contam ainda sem especificação 211 correspondendo a 12,7 do total. Podemos visualizar as informações mais detalhada na tabela abaixo.

Tabela 10: Estatísticas de Crimes por grau de instrução-Paraná-1941

Grau de Instrução	Porcentagem
Analfabetos	23,7%
Primário rudimentar	43%
Primário completa	17,5%
Secundária	2,2%
Profissional	0,4%
Superior	0,5%
Sem especificação	12,7%
Total	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Relatório de Governo. 1941.

Os dados de 1941 demonstram que as estatísticas que envolvem criminalidade e profissão agregam um maior número de agricultores e operários ligados ao crime. Como podemos visualizar os dados na tabela a seguir.

Tabela 11-Estatísticas de Crimes por profissão Paraná-1941

Profissão	Porcentagem
Proprietários e capitalistas	0,8%
Liberais e Intelectuais	1,1%
Funcionários Públicos	2,5%
Militares do Exército	2,2%
Militares da Marinha	0,06%
Militares da polícia militar	1,1%
Corporações Militarizadas	0,7%
Agricultores Lavradores	24,5%
Comerciários	7,4%
Bancários	0,2%
Industriários	1,5%

Operários	20,7%
Motorista de Veículos	3,8%
Criados de servir	0,9%
Estudantes	0,9%
Outras profissões	15,6%
Sem profissão	3,4%
Sem especificação	12,5%
Total	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Relatório de Governo do Paraná. 1940.

Como podemos evidenciar no período entre 1940-1941 a criminalidade é disseminada em todas as classes profissionais. Mas podemos perceber uma maior parte de estatísticas de crimes do ano de 1941 associados a categoria de agricultor 407 ocorrências correspondendo a 24,5% do total, seguido pelos operários (20,7%), vindos em número menor outros segmentos: proprietários e capitalistas 14 (0,8%), liberais e intelectuais 19 (1,1%), 42 funcionários públicos (2,5%), 1 militar da marinha (0,06%), 36 militares do exército (2,2%), 19 militares da polícia militar (11%), 12 corporações militarizadas, comerciários, 4 bancários (0,2%), 25 industriários (1,5%), 63 motorista de veículos (3,8%), 15 criados de servir (0,9%), 15 estudantes (0,9%), 260 outras profissões (15,6%), 57 sem profissão (3,4%), 208 sem especificação (12,5%).

A cor a maioria dos indivíduos envolvidos em crimes dizem-se ser brancos. Como podemos perceber na tabela abaixo.

Tabela 12-Estatísticas de Crimes por cor/raça-Paraná-1941

Cor	Porcentagem
Branca	71,6%
Amarela	0,8%
Mestiça	11,6%
Preta	5,3%
Sem especificação	10,7%
TOTAL	100%

Fonte: Arquivo Público do Paraná, Relatório de Governo. 1941.

Como podemos visualizar na tabela acima a maioria da criminalidade estava associada a cor branca, com 1184 correspondendo a 71,6% do total, seguido pela mestiça 192 (11,6%), preta 87 (5,3%), amarela 14 (0,8%) e os sem especificação 175 (10,7%).

Na perspectiva de Arlette Farge existem certos lugares, como igrejas, cemitérios, ruas e botequins, que provocam formas específicas de sociabilidade, de conciliação, de disputa e de conflito, fornecendo um imaginário onde a opinião popular se constrói, exprimindo a sua maneira de apreender um real que lhe é também distribuído, lugar a lugar.⁷⁹ As sociabilidades promovidas pelos espetáculos, pelas conversas ao pé do ouvido ou por bulhas familiares evocam o modo como as pessoas vêem a si próprias e aos outros, como julgam os comportamentos alheios e como vivem seus arranjos interativos no ambiente social.⁸⁰ No presente estudo percebemos vínculo afetivos entre familiares, vizinhos e amigos em interações sociais em bailes e festas.

2.2 Conflitos em ambientes de sociabilidade

Cabe agora mencionar discussões que incluíram em suas análises a violência em ambientes de sociabilidade. As mais variadas formas de sociabilidade são discutidas via fonte judicial. Desse modo, a utilização de processos criminais podem nos fornecer um campo amplo de informações no que se refere as sociabilidades exercidas por determinada população assim como relações sociais exercidas.

Diante dos trabalhos historiográficos que tratam acerca de práticas criminosas em lugares de sociabilidade podemos referenciar as discussões feitas por Leandro⁸¹. Este autor dedica sua análise aos fandangos litorâneos do Paraná e atenta para as tensões presentes no interior desses espaços. Tido como principal atividade de sociabilidade das classes populares litorâneas, era uma festividade organizada com diversos preparativos incluindo a parte das bebidas, da danças, e dos convidados. Muito similar ao nosso caso nos designados bailes nas residências que comportavam esses aspectos. O que difere são outros participantes, outras pessoas, outros indivíduos.

O autor destaca que a violência não era um aspecto indissociável das sociabilidades populares e que a mesma não pode ser generalizada enquanto forma de sociabilidade. De fato os crimes aconteciam em outros locais. Essas tensões e desentendimentos poderiam ser

⁷⁹ FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009, p.114.

⁸⁰ FARGE, p.113.

⁸¹ LEANDRO, José Augusto. No fandango. Revista de História Regional 12 (1):41-63, 2007.

resolvidos sem o uso da violência por meio de acordos múltiplos e com o recurso da solidariedade. Mais salienta: “a violência muitas vezes exacerbada pelas tintas do escrivão das delegacias da época, em histórias narradas por algum representante legal do queixoso era o recurso último na solução de pendências pré-existentes.”⁸² Determinados rituais típicos dessas festividades levavam a explosão de confrontos entre os convidados que possuíam algum desentendimento anterior. O autor demonstra isso por intermédio da análise de depoimentos e relatos existentes na documentação processual.

Outra referência ao discutir violência em ambientes de sociabilidade é o trabalho de cunho historiográfico de Carvalho⁸³. Sua análise está pautada nas sociabilidades noturnas de Pelotas-RS, entre 1930-1939. A autora analisa as atividades notívagas da camada popular encontrando indícios de tensões estabelecidas entre os mesmos. Seu suporte documental são depoimentos e declarações contidos em inquéritos policiais e processos criminais.

Destaca a sociabilidade popular e os códigos de conduta que regiam essas sociabilidades. A ideia de honra masculina é verificada pela autora “como uma das formas populares para conseguir e manter respeito dos demais presentes nestes encontros cotidianos e diversões das classes despossuídas.”⁸⁴

Salienta ainda que os encontros sociais em bailes, bares, botequim constituíam os costumes noturnos típicos da sociedade pelotense e suas interações muitas vezes violentas. O costume em reunir-se em bailes nas residências era uma das características culturais de costume pelotense. Ao público masculino o hábito diário de frequentar bares e casas comerciais após o trabalho. Nas palavras de Carvalho:

As reuniões dançantes e bailes direcionados as classes populares reforçavam, em grande medida, as diferenciações de gênero, uma vez que a proximidade física entre homens e mulheres provocava uma reação masculina no sentido de buscar reafirmar sua masculinidade, destacando hábitos e comportamentos ligados a virilidade e a honra enquanto agentes de identificação e pertencimento ao grupos desses homens.⁸⁵

Também encontramos esses aspectos na análise de nossas fontes. Fica evidente que a presença da mulher “alvorotava” a honra masculina. Além desses casos encontrados por

⁸² LEANDRO, p. 54.

⁸³ CARVALHO, Thaís de Freitas. Gente da noite: Cultura popular e sociabilidade noturna em Pelotas, RS (1930-1939). Dissertação de mestrado em história. Universidade estadual de Pelotas. Pelotas, 2013.

⁸⁴ CARVALHO, p.123.

⁸⁵ CARVALHO, p.124.

Carvalho dentro da sociabilidade noturna, que deram a evasão de crimes banhados em sangue, estavam os acertos de contas, os casos de vingança e de ofensas, desentendimentos ocasionais e rixas antigas.

Renata Sopelsa faz uma interessante abordagem sobre os indivíduos “provocadores” e “turbulentos” em Ponta Grossa no final do século XIX início do XX. A autora relata as relações de solidariedade e conflitos entre brasileiros e imigrantes pobres. E no que concerne às fontes utiliza fonte judicial para o desenvolvimento de sua análise. E faz referências as redes de sociabilidade mais especificamente os bailes em casas comerciais e seus contornos dramáticos. Estes eram locais de paquera, “encontro” de olhares de casais e um encontro social entre amigos e companheiros de trabalho. Além dos participantes buscarem esse local para beber, cantar, conversar, dançar e passar o tempo livre estava também o desejo de estreitar relações sociais ou até mesmo estabelecer novas. Antes das diferenças emergirem os bailes proporcionavam a sociabilidade entre indivíduos da mesma mobilidade espacial.⁸⁶

Esse espaço era frequentado por diferentes pessoas, como salientado por Sopelsa “homens e mulheres que não dividiam o mesmo espaço de trabalho e cuja amizade, portanto, não surgiu da convivência diária, mas possivelmente das relações de vizinhança ou encontro em outros locais, até mesmo de festa.”⁸⁷

As motivações para o crime elencados pela autora são variados, dentre eles a “mulher,” a embriaguez, a cor da pele atuavam como válvula de discórdias. Conforme parte de uma narrativa presente em um processo criminal analisado pela autora podemos perceber ações violentas em bailes e de fronteiras étnicas:

Naquela noite, conforme o depoimento da jornalista alemã Josephina Augusta, “lá pela meia noite deu-se o desentendimento entre a Aguida, filha de família, e o italiano Frederico Mansani”. Este a teria convidado para dançar, sendo então recusado pela moça que deu a justificativa que ele era um homem casado e que, portanto, não deveria estar em divertimento dos solteiros.⁸⁸

A autora através de sua análise pautada em processos criminais demonstra que aos bailes eram espaços de lazer de recorrentes conflitos e desencontros. Ademais outros ambientes de

⁸⁶ SOPELSA, Renata. “Provocadores e turbulentos”: um estudo de caso sobre as relações de solidariedade e conflito entre brasileiros e imigrantes pobres no final do século XIX e início do XX. Anais Congresso Internacional de História. 2011.

⁸⁷ SOPELSA, p.409.

⁸⁸ SOPELSA, p.410.

divertimento como jogos de carta, corrida de cavalos e casa de comércio presenciavam práticas criminosas. Pela formação histórica e pelos processos culturais de Ponta Grossa e a de Mallet as sociabilidades exercidas por sua população eram bastante similares.

Também preocupada em traçar caminho pelos ensejos de festa e violência Mühlen⁸⁹ faz uma abordagem acerca de brigas em bailes realizados em casas de comércio em São Leopoldo entre o período de 1846-1865. E salienta que além de transações comerciais podia ser muito mais que um espaço de sociabilidade, mas um local de desentendimento. Por meio de casos relatados em processos crimes a mesma fornece bons exemplos para perceber essa afirmação. Além das transações comerciais realizados nesse espaço este local era um ponto de encontro de moradores da vizinhança e proporcionava o convívio social. Era um espaço de lazer coletivo. A autora sintetiza um processo que analisou:

Na noite do dia 13 de novembro de 1864, “a uma hora mais ou menos da noite”, no salão de baile do alemão Emílio Schülde, localizado no subúrbio de São Leopoldo, na Lomba do barro vermelho “levantou-se dentro da sala forte barulho seguido de gritos e choro das mulheres que se achavam na sala, e penetrando então dentro dela vi que os cabeças do barulho eram José Pereira Maciel Filho, Bernardo, por apelido Castelhana e Antônio conhecido por Antônio da Ângela.”⁹⁰

Esse pequeno fragmento nos revela que a venda era muito mais que um espaço de transação comercial, mas um local de sociabilidade e também de muitos desentendimentos e percebe com frequência haver desavenças e desordens “nessas casas” como salientado pela autora.

Referente a mais um processo Mühlen,⁹¹ nos mostra mais práticas criminosas nesses espaços. Um trecho citado pela autora “na noite de cinco de maio de 1850, domingo, o Guarda Nacional Pedro Hert Júnior estava “em divertimento de música” na casa de negócio de João Nicolau Schweitzer quando foi espancado pelos réus Antônio Ludwig e Antônio Kirchen, ambos moradores de Sapiranga.” Podemos perceber várias formas de violência praticadas nesses locais, de grau mais e menos violento.

⁸⁹ MÜHLEN, Caroline Von. “Levantou-se dentro da sala um forte barulho seguido de gritos e choros...” A venda como espaço de transações comerciais e desentendimentos. (1846-1865). Oficina do Historiador. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2014.

⁹⁰ MÜHLEN, p.720.

⁹¹ MÜHLEN, p.730.

Uma das motivações para o crime, ao analisar as narrações existentes nessa documentação, a autora destaca divergências que ocorriam entre os indivíduos do mesmo grupo étnico: os alemães. Mesmo não abrangendo nosso recorte temporal essas análises contribuíram muito para nos mostrar conflitos dentre os ambientes de sociabilidade e suas possíveis motivações. Esses tipos de conflitos e confusões que também estão presentes na análise de nossas fontes.

Ao analisar os espaços de sociabilidade de Guarapuava entre 1854 e 1878, via documentação judicial, Rosa⁹² aponta conflitos entre indígenas e outros segmentos da população guarapuavana. A presença da cachaça foi elencado pela autora como um dos atenuantes de várias práticas criminosas. E de fato esse aspecto foi notado na análise de nossas fontes, praticamente em todos os processos encontra referência a “cachaça.” Bebida típica das regiões interioranas e muito comum nos eventos de sociabilidade.

Analisando um processo datado de 1854 em um fandango a autora traz um pequeno fragmento com as motivações onde a cachaça é o elemento definidor para desencadear determinado conflito: as “5 horas da manhã no lugar denominado Passa de Cascavel, em frente casa de Edevirgem Maria de Paulla fora assassinado Nicolau Índio por Cippriano de tal sapateiro”. A causa: “ser a resinga proveniente de estarem quentes de cachaça.”⁹³

A autora traz também para a discussão um crime ocorrido em um fandango de 1878 que acontecia em virtude de um casamento. O que nos chama atenção nessa análise é que tal prática criminosa ocorreu entre dois íntimos amigos que estabeleciam relações de amizade cotidiana. O que presume que os conflitos não resumiam-se somente entre pessoas desconhecias e inimigas, mas também pessoas que tinham laços afetivos próximos.

Com o objetivo de estudar a violência em espaços de sociabilidade na região norte do Rio Grande do Sul entre o período de 1900-1930, Freitas faz uma quantificação da violência do período além de destacar os sujeitos protagonistas desses casos. As motivações enfatizadas pelo autor para determinados crimes era a embriagues e a disputa de mulheres. Uma taxa relevante alta mostra que 40% dos conflitos em espaços de sociabilidade ocorriam em virtude de disputas femininas. Analisando um dos processos o autor enfatiza:

⁹² ROSA, Andréia Marsaro da. “Supõem ser a resinga proveniente de estarem quentes de cachaça”: considerações sobre os fandangos de Guarapuava através dos processos-crime, 1854-1878. Anais XIV Encontro Regional de História. Campo Mourão-PR. 2014.

⁹³. ROSA, p.727.

Na noite do dia 11 de setembro daquele ano, realizou-se um baile na casa de Josephina Maria do Carmo, em que tomaram parte da festa diversos guardas municipais. Por volta da meia noite e trinta, iniciou-se uma confusão generalizada entre os guardas, que, segundo as testemunhas, por estarem “um tanto embriagados”, passaram a promover “desordens” e pretenderam matar Galdino Lourenço, o qual, no meio do tumulto, conseguiu escapar. Entretanto, João Domingos, 18 anos, soldado de polícia, na “confusão do momento”, vibrou profunda punhalada em seu colega Luiz Antônio de Oliveira, 22 anos, também guarda de polícia, que, em consequência do ferimento, veio a falecer no dia seguinte.⁹⁴

Freitas faz uma em que evidencia uma grande porcentagem de ações criminosas em ambientes de socialização. De 140 processos criminais que tramitaram na primeira vara do civil e do crime de soledade 29,1% aconteceram em ambientes de sociabilidade seja em casas comerciais, corridas de cavalo, canchas de bochas, uma taxa relativamente alta em relação aos outros lugares enfatizados pelo autor. Desse modo, segundo Freitas a violência se consolidava na resolução de conflitos pessoais e em virtude da honra. Nas primeiras décadas do século XX, a honra era tida como um valor instituído na moral dos indivíduos, onde sua defesa fazia parte do sistema de crenças e valores, principalmente quando se refere aos homens.⁹⁵

Maria Alexandre Lousada⁹⁶ ao estudar os comportamentos sociais dos habitantes de Lisboa do século dezoito, salienta a violência banal como fator essencial da sociabilidade dos residentes da cidade. Incluíam-se nessa forma de violência as pequenas desordens públicas, as ocorrências de embriaguez, as altercações verbais (injúrias) e as agressões físicas que não resultavam em ferimentos graves.

Constatamos aspectos diferenciados em relação a abordagem feita por Lousada, que salienta a violência banal como fator primordial das sociabilidades. Em nosso caso a violência tem um significado especial para os envolvidos. Poderia ser banal aos olhos dos juristas, mas essas práticas violentas apresentavam motivos bem delineados pelos indivíduos envolvidos. E também nota-se que os casos de embriaguez e injúria derivaram em reações extremamente violentas e graves resultando até mesmo em assassinatos e homicídios.

Encontramos referências a mais diversas formas de sociabilidade dessa população interiorana, como casas de negócio ou comércio, corrida de cavalos, casas de bilhar, bar ou

⁹⁴ FREITAS, Felipe Berté. Farristas, Bailarinos e Baderneiros: violência e sociabilidades na região norte do Rio Grande do Sul (1900-1930). Revista Semina. V. 12 n. 1. 2013, p.8.

⁹⁵ FREITAS, p.10.

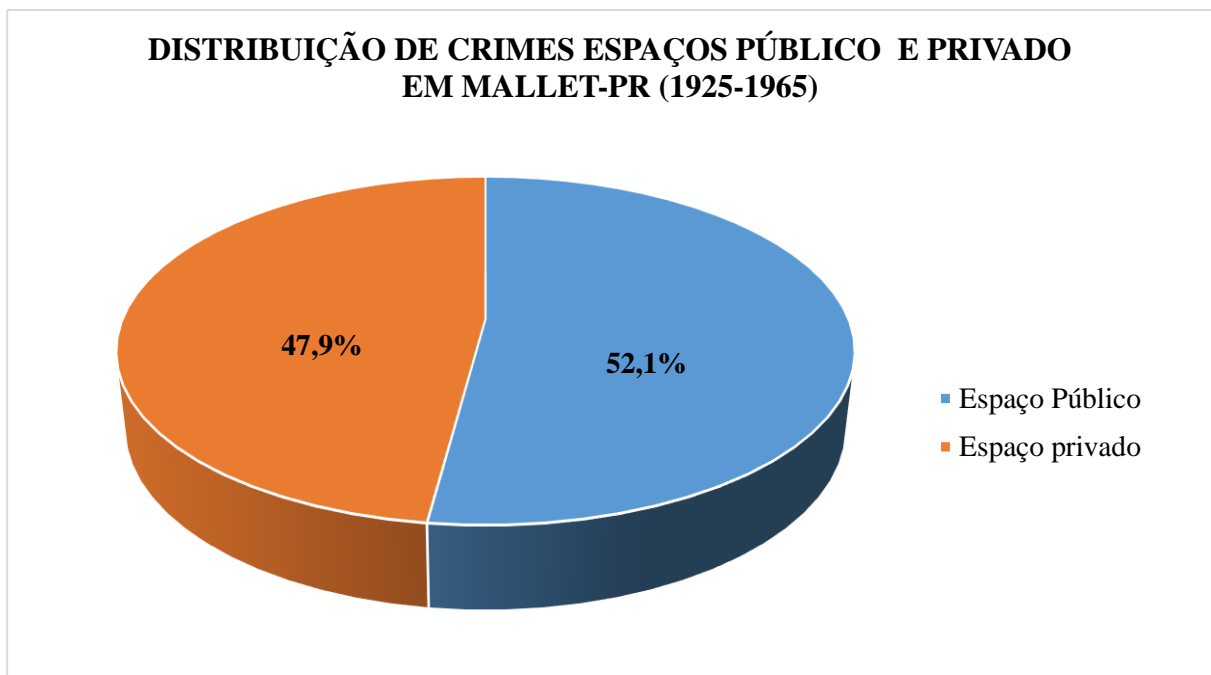
⁹⁶ LOUSADA, p.375.

botequim. O ambiente é, sobretudo, fator preponderante ao se estudar o contexto, o cenário e possíveis implicações de um delito. Fausto ao relatou sobre São Paulo, entre 1880 a 1924:

O espaço privilegiado (60% dos casos) é o do lugar público onde se serve comida e bebida, sobretudo a venda e botequins dos bairros populares, com suas mesas toscas, mercadorias penduradas sobre os balcões, abrindo-se nos fundos, por um corredor estreito, para o cortiço onde moram o vendeiro e dezenas de pessoas. Locais em que o ruído de gente tocando sanfona ou violão, explodindo em risadas, altercando em torno do baralho rasgado por um parceiro inconformado, mistura-se ao cheiro de linguiça, das sardinhas fritas, do álcool e, as vezes, do sangue.⁹⁷

Em nosso recorte temporal essa identificação de um maior número de crimes em locais públicos também é evidenciada. Analisando os processos entre os anos de 1925-1965 encontramos 38 casos de práticas delituosas em espaços públicos correspondendo a 52,1% do total e 35 deles em lugares privados (propriedades particulares e residências) equivalendo a 47,9%. Como pode-se ver no gráfico:

Gráfico 4: Distribuição de Crimes Espaço Público e Privado- Mallet-PR-1925-1965



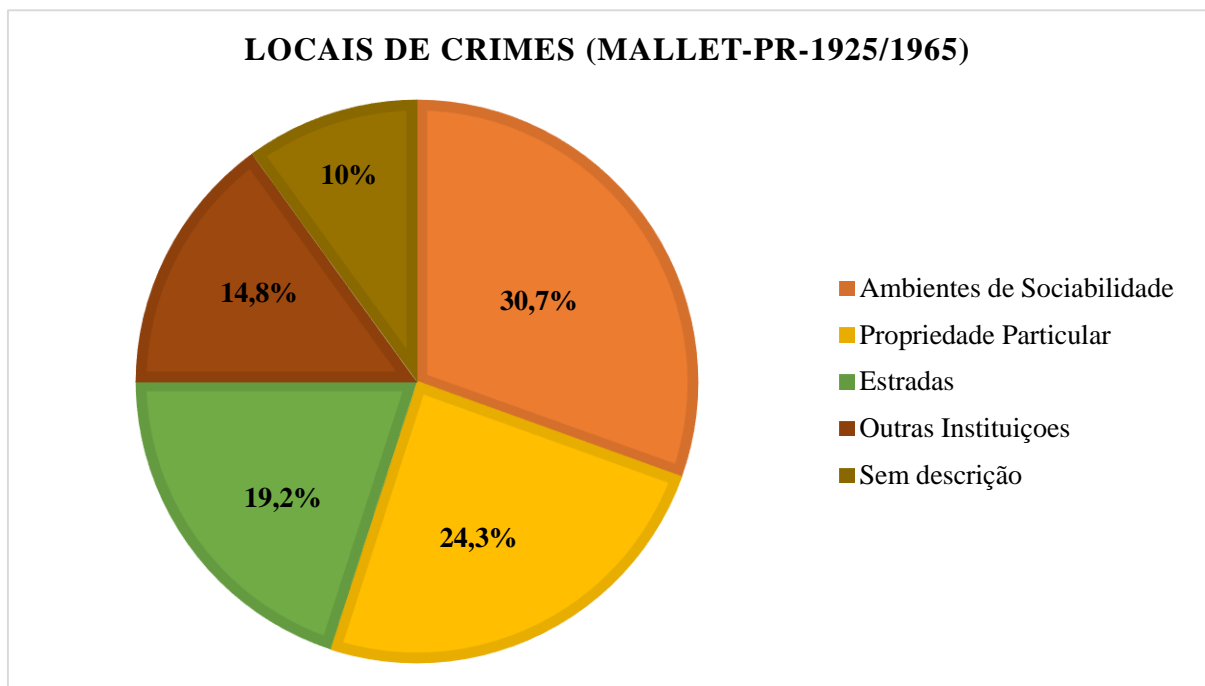
Fonte: CEDOC/ Processo crimes de Mallet-PR-1925-1965.

⁹⁷ FAUSTO, p.120.

Essa constatação nos permite pensar sobre nossa temática e sua referência aos locais mais tendenciosos a práticas delituosas: os lugares de lazer. Na perspectiva de Fausto, existiam locais próprios para o afloramento da violência e das ações criminosas. Percebe-se os lugares de sociabilidade como os mais propícios para o desenvolvimento de atos violentos e criminosos. E destaca o lugar público com maior incidência de criminalidade como a venda e os botequins.

Em nosso recorte temporal encontramos um número significativo de casos ocorridos em ambientes de sociabilidade, em lugares públicos como identificado pelo autor. Encontramos 160 casos infrações penais ocorridos em espaços de lazer dentre eles: bailes e festas; casas comerciais, botequim, corrida de cavalos e casa de jogo de bilhar. Em número menor ocorrido em propriedades particulares: 133 ocorrências, seguido por estradas 108 casos, outras instituições 80 e finalizando os sem descrições 55 casos. Como podemos visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 5-Locais de Crimes em Mallet-PR-1925-1965



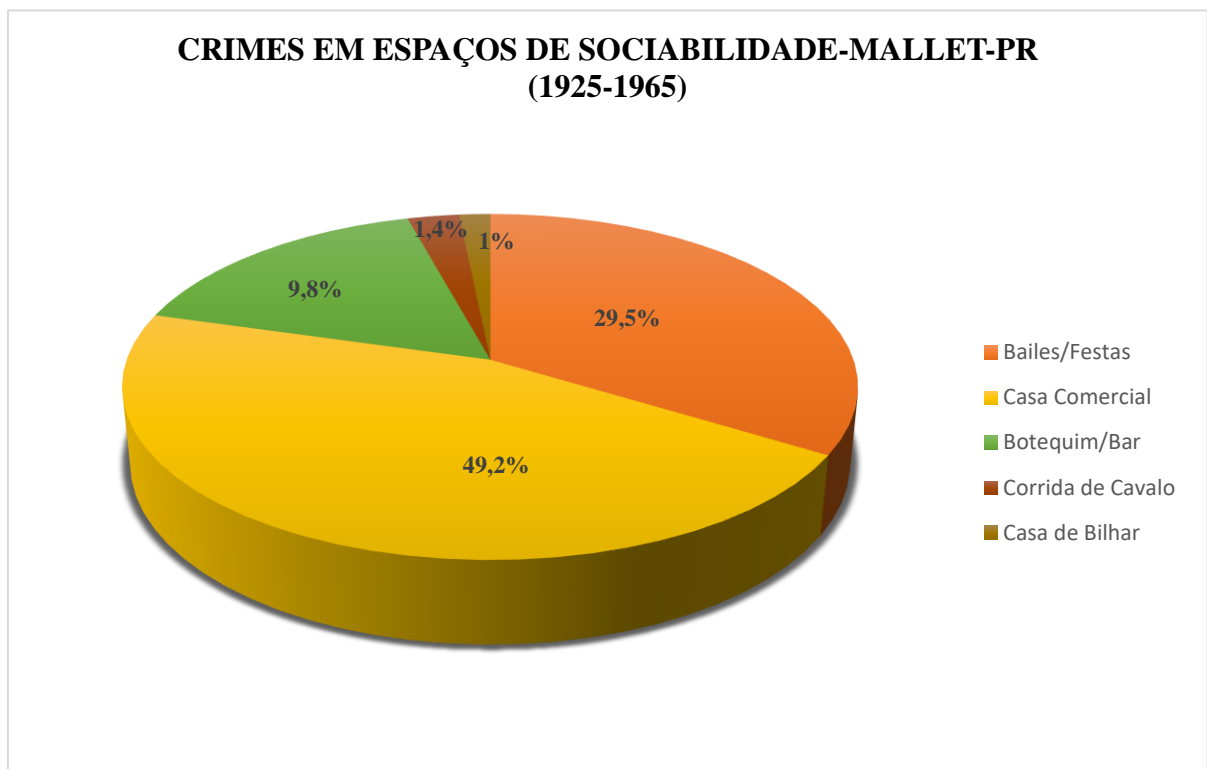
Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr. 1925-1965.

Em situações cotidianas, muitas pessoas frequentam bares, botequins, armazéns, bodegas e afins com vários intuitos, seja para comercializar, se comunicar, ou até buscar diversão. Porém, muitas vezes estas formas de sociabilidade tornam-se “tensas”, resultando em infrações penais.

Analisando as ações das classes populares do Porto Alegre Moreira em 1868 a 1888 destaca a preocupação que as autoridades policiais davam ao bares, vendas, tabernas, locais considerados como fontes de ociosidade, rixas, sedição e contágio, um berço para a criminalidade.⁹⁸

Sendo nosso objeto de análise os bailes e as festas, não podemos deixar de mencionar a participação da população em outros ambientes de sociabilidade. Verificamos os locais dos crimes em ambientes de socialização atrelado a violência. Encontramos no período de 1925-1965, 142 casos que fazem referência a infrações penais ocorridas em espaços de socialização. Dentre elas 42 casos ocorreram no interior de bailes e festas (29,5%), um maior número é identificado em casas comerciais com 70 ocorrências (49,2%), seguido pelo botequim com 14 casos (9,8%), corrida de cavalo 2 crimes (1,4%) e 1 caso em casa de bilhar (1%).

Gráfico 6: Crimes em espaços de sociabilidade-Mallet-PR (1925-1965)



Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr. 1925-1965.

⁹⁸ MOREIRA, Paulo Stuardt. Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888). Porto Alegre: Armazém digital. 2009.

O presente estudo partiu dos casos de crime, que foram analisados via fontes judiciais, assim, a partir dessas, compreendemos indícios de uma intensa vida cotidiana de homens e mulheres comuns, muitas vezes esquecidos no tempo, mas que podem nos ajudar a compreender melhor processos históricos que extrapolam as ações praticadas localmente e as motivações que resultaram em ações de extrema violência.

CAPÍTULO 3

“SOCIABILIDADES TENSAS”

3.1 Mallet: a cidade imaginada a partir das atas municipais

Ao ter contato com as atas da câmara municipal de Mallet pudemos ter acesso de como os vereadores planejavam a urbanização da região e as relações econômicas que movimentavam o mercado local. Em 1912 em uma das sessões da câmara municipal é nomeada uma comissão para dar limites ao quadro urbano. Os limites foram demarcados:

Começando na estrada da linha 4 sobre a divisa entre os lotes de José Moiza e Ignacio, e pela divisas do ditos colonos até a alinha da estrada de ferro onde faz canto, e deste ponto a procurar o rio “Charqueada”, e dalli pelo terreno do Major Joaquim Estevão até completar 2 Kilometros onde torna a fazer canto, dali segue em linha recta até encontrar a estrada de sondagem que vai a colônia “Cruz Machado,” passando esta ate o fundo dos lotes da linha número 3, e deste ponto entre os lotes das linhas 3 e 4 vai ter a divisa os lotes de Tecla Murin e João e ahi fazendo canto segue pela picada dos mesmos lotes, até o ponto de partida, ficando assim discriminados os limites do quadro urbano.⁹⁹

Em outra sessão de 1913 os vereadores discutiram a nomeação de nomes de ruas. Sob as seguintes denominações:

1: A rua que parte da estação da estrada de ferro e segue para o barracão dos imigrantes chamou-se rua Doutor Arthur Franco. 2. A rua que parte pelo centro da vila e segue pela linha quatro da colônia Emfrosina, chama-se rua 15 de novembro, 3. A rua que parte pela frente do edifício onde funciona a escola publica, chama-se rua Doutor Vicente Machado. 4. A rua que parte da rua 15 de novembro em direção a linha 3, chamar-se rua 7 de setembro, 5. A rua que parte da rua Doutor Arthur Franco ao cruzar com a rua 7 de setembro chamar-se há rua Doutor Nipa da Silva, 6. A rua que partindo da rua Doutor Franco adiante da caixa da agua e vai a cervejaria chamar-se há rua Major Joaquim Estevão, 7. A rua que também partindo da rua Doutor Franco a vai ate ao grupo escolar dos Polacos chamar-se há rua Doutor Nicolao Coperssik, 8. A rua que parte da rua Doutor Franco e segue paralela a rua 15 de novembro, chamar-se-há, rua Capitão Antonio Sá.¹⁰⁰

Mas não tendo unanimidade no nome das ruas quatro delas são denominadas de outra maneira, “a rua denominada 15 de novembro passa a ser Doutor Arthur Franco, a rua 7 de setembro passa a ser nomeada Taras Szevczenko, a rua Doutor Arthur Franco passa a chamar-

⁹⁹ CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR, 1912-1927, p.16.

¹⁰⁰ CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR, 1912-1927, p.24-25.

se rua das Tropas, a rua Capitão Antonio Sá através dessa nova resolução passa a ser chamada de João Gualberto”¹⁰¹. Prevalendo o nome das demais ruas discutidas em sessão anterior.

Através de leis e projetos a região de Mallet ia se urbanizando. No quadro urbano foram proibidos a criação de abelhas e a realização de corridas de cavalos, acontecia a confecção e a conservação de ruas, iluminação do quadro urbano, proibição da abatimento de gado vacum e suíno fora do matadouro público.

Além desses dados pudemos ter acesso a tabela de impostos e taxas municipais. Através da leitura das atas municipais percebemos que a câmara de Mallet entre os anos de 1913 a 1950, estabelece uma categoria de licença e outro imposto de continuação para fixação de determinados estabelecimentos e profissões. Estes valores variavam, alguns de acordo com a localização: urbano ou rural, outros de acordo com a tipologia de cada comércio que são distintos na tabela de impostos. Como podemos visualizar essas informações na tabela a seguir.

Tabela 13-Tabela de Impostos e Taxas Municipais Mallet-PR (1913)

IMPOSTOS	TAXAS
	Licença: 50\$000
Agência de Loterias de Estado	Imposto Anual: 30\$000
	Licença: 100\$000
Agência de Loterias de fora do estado	Imposto Anual:50\$000
	Anual: 100\$000
Agência Ambulante Loteria	Por 3 meses: 30\$000
	Anual:100\$000
Agência de Companhia de seguro de qualquer espécie	Por 3 meses:30\$000
	Licença: 30\$000
Agência de outra qualquer natureza comercial	Imposto Anual:20\$000
	Licença: 50\$000
Alfaiataria com venda de fazendas	

¹⁰¹ CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR, 1912-1927, p.24-25

	Imposto Anual: 30\$000
Alfaiataria sem vendas de fazendas	Licença:30\$000 Imposto Anual: 20\$000
Açougue de carne no quadro urbano ou fora dele	Licença: 30\$000 Imposto Anual: 20\$000
Aguardente que entrar no município cada negociante	Imposto Anual: 25\$000
Álcool por décimo	10\$000
Botequim provisório junto aos circos e outros estabelecimentos de diversões públicas (dentro do quadro urbano).	Por dia ou noite: 3\$000
Botequim provisório, em outro qualquer ponto do município, por ocasião de corridas, festas ou ajuntamento	Por dia e sem bebida:2\$000 Por noite e com bebida:3\$000
Botequim permanente, casa de pasto ou restaurante no quadro urbano	Licença: 50\$000 Imposto Anual: 15\$000
Barbeiro com perfumaria e miudezas	Licença: 10\$000

	Imposto Anual: 10\$000
Bilhar	Licença: 50\$000 Imposto Anual por cada um: 10\$000
Balança decimais para fábrica e depósitos de erva mate	5\$000
Balança decimais de balcão (pesos e medidas)	8\$000
Bandeiras de outro município para tirar esmolos	Licença: 20\$000
Casa pensão, fornecendo ou não comida para fora, no quadro urbano ou não	Licença: 20\$000
Casa em que se vender fazendas, objetos de armarinhos, chapéus, ferragens, secos e molhados e outros semelhantes junto ou separadamente de primeira, segunda e terceira classe	Licença: 400\$000 Imposto anual primeira classe: 110\$000 Imposto anual segunda classe: 80\$000 Imposto anual terceira classe: 50\$000
Casa de comissão e consignação ou agencias de compra ou vendas	Licença: 100\$000 Imposto Anual: 50\$000
Casa com salões para baile com jogos embora pertençam a sociedade ou clube	Imposto Anual: 20\$000

Companhia dramática ou congêneres no quadro urbano ou fora dele	Licença por espetáculo: 10\$000
Confeitaria com venda de bebidas	Licença: 20\$000 Imposto Anual: 50\$000
Confeitaria sem venda de bebidas	Licença: 15\$000 Imposto Anual: 10\$000
Carros de mola, cada roda	Anualmente: 15\$000
Carroças cada roda	Anualmente: 10\$000
Caixas de cerveja que entrar de outros municípios contendo 4 dúzias	1\$000
Caixas de gasosas que entrar de outros municípios contendo 5 dúzias	1\$000
Cães, matrículas animais	3\$000
Marceneiro estabelecido no quadro urbano	Licença: 15\$000 Imposto Anual: 10\$000
Compra de gêneros alimentícios e aves não sendo negociante pagará exportação de cada vez	50\$000

Depósito ou armazém de gêneros em consignação	Licença: 20\$000 Imposto Anual: 10\$000
Depósito de madeiras impostadas de outro município e incorporadas ao comércio	Imposto Anual: 100\$000
Dentista com gabinete fixo	Licença: 30\$000 Imposto Anual: 20\$000
Dentista ambulante	Licença por 30 dias: 10\$000
Drogaria e farmácia	Licença: 20\$000 Imposto Anual: 15\$000
Escritório fixo de engenheiro, agrimensor, advogado ou médico	Imposto Anual: 20\$000 Não sendo domiciliado no município: 30\$000
Engenho de Serra, movido a vapor ou por água	Licença: 40\$000 Imposto Anual: 25\$000
Ferraria sem auxiliar ou com um só profissional	Imposto Anual: 10\$000
Ferraria com mais de um auxiliar	Imposto Anual: 15\$000
Fábrica de cerveja	Licença: 200\$000 Imposto Anual: 50\$000
Funilaria	Imposto Anual: 10\$000

Fábrica de café moído a mão	Imposto Anual: 10\$000
Fábrica de café moído por motor ou outro qualquer modo	Imposto Anual: 30\$000
Fábrica de carroças ou outro qualquer veículo	Imposto Anual: 10\$000
Fábrica de gasosa e bebida sem álcool	Licença: 80\$000 Imposto Anual: 30\$000
Gado vacum abatido para consumo em açougue	Por cabeça 2\$000
Gado suíno no açougue ou fora	Por cabeça 1\$000
Moinho de farinha de centeio ou mandioca	Licença: 10\$000 Imposto Anual: 5\$000
Mascateação de fazendas, armarinhos, ferragens, secos e molhados, perfumaria, joias ou qualquer outras espécies, junto ou separadamente	Imposto Anual: 1500\$000 Licença por 3 meses: 500\$000
Fotógrafo	Imposto Anual: 20\$000
Fotografo ambulante	Licença:20\$000
Padaria	Imposto Anual: 30\$000
Relojoaria	Licença: 50\$000 Imposto Anual: 15\$000
Sapataria com um oficial ou sem	Imposto Anual: 10\$000
Sapataria com mais de um oficial	Imposto anual: 15\$000
Selaria com auxiliar	30\$000
Selaria sem auxiliar	15\$000
Tamancaria	Imposto anual:10\$000

Fonte: CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR.

Como pode-se notar na tabela a Câmara Municipal de São Pedro de Mallet, ainda assim chamada, criou várias categorias de impostos referentes ao estabelecimentos. Além de outros impostos referentes a entrada e a saída de produtos do município.

Os botequins eram divididos em: botequim provisório junto aos circos e outros estabelecimentos de diversões públicas (dentro do quadro urbano), botequim provisório, em outro qualquer ponto do município, por ocasião de corridas, festas ou ajuntamento e ainda o botequim permanente com o mesmo valor de imposto das casas de pastos ou restaurantes no quadro urbano. Em relação aos valores identificamos a diferenciação no que concerne a localização, a permanência ou a provisoriedade do estabelecimento e ainda em relação a presença ou a ausência de bebidas. A venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos trazia uma elevação no valor dos impostos.

Em relação as casas comerciais, descritas como casas em que se vendiam fazendas, objetos de armarinhos, chapéus, ferragens, secos e molhados e outros semelhantes, junto ou separadamente. Estas eram divididas em casas de primeira, segunda e terceira classe com valores de impostos distintos. O taxas de impostos provinham do capital do estabelecimento, instituindo certa hierarquia em relação as mesmas. Eram consideradas casas de primeira classe as que tivessem capital de 30000\$000 ou mais, de segunda classe as que tivessem capital de mais de 10000\$000, inferior a 30000\$000, e as de terceira classe que tivessem capital de 10000\$000 ou menos.¹⁰² Ainda os estabelecimentos comerciais em que se vendiam objetos importados, além de impostos correspondentes, ficavam sujeitos aos que se acham determinados para cada classe de mercadorias separadamente.¹⁰³ As casas ou depósitos comerciais não estabelecidos na tabela de impostos pagariam o valor referente a das casas comerciais de primeira classe.

Como pode-se notar a partir dos dados da tabela as taxas mais altas referiam-se as profissões de mascates (comerciantes ambulantes) e os donos de casas que vendiam fazendas, objetos de armarinhos, chapéus, ferragens, secos e molhados e outros semelhantes junto ou separadamente. Tais taxas eram bem superiores a de outros comerciantes. Ainda em relação as profissões percebemos em algumas categorias que a quantidade de profissionais que trabalhavam em determinado local influenciava nos valores das taxas de impostos, além de sua

¹⁰² CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR. 1925, p.11.

¹⁰³ CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR. 1925, p.8.

provisoriedade ou permanência. Alguns estabelecimentos apresentam uma dessas características como é o caso do botequins, selaria, ferraria, sapataria.

Em 1928 a tabela de impostos é modificada sofrendo alterações em seus valores e surgindo outras categorias de impostos não existentes no ano de 1913. Como pode-se melhor visualizar na tabela a seguir.

Tabela 14-Tabela de Impostos e Taxas Municipais Mallet-PR (1928)

IMPOSTOS	TAXAS
Agência de Loteria	Licença:130\$000 Continuação Anual: 65\$000
Agência de Loteria Ambulante	Por ano: 140\$000
Agência de companhias de seguro de qualquer espécie	Por ano:130\$000
Agência de qualquer espécie de comércio	Licença: 60\$000 Continuação anual: 30\$000
Alfaiataria com vendas de fazendas	Licença: 100\$000 Continuação anual: 50\$000
Alfaiataria sem vendas de fazendas	Licença: 50\$000 Continuação anual: 30\$000
Açougue dentro do quadro urbano ou fora dele	Licença: 80\$000 Continuação anual: 40\$000
Advogado, agrimensor ou engenheiro	Licença ano: 120\$000
Botequim provisório junto a circos e outros estabelecimentos de diversões públicas	Por dia ou noite: 10\$000
Botequim provisório em qualquer outro ponto do município por ocasião de corridas, festas, ajuntamento.	Por dia: 5\$000 Com venda de bebidas: 10\$000
Botequim permanente, casa de pasto ou restaurante no quadro urbano	Licença: 60\$000 Continuação anual: 30\$000

Botequim em qualquer outro ponto do município	Licença: 80\$000 Continuação anual: 40\$000
Barbeiros com perfumarias e miudezas	Licença: 50\$000 Continuação anual: 25\$000
Barbeiros sem armarinho	Licença: 40\$000 Continuação anual: 20\$000
Bilhar licença	Licença: 100\$000 Continuação anual por cada um: 40\$000
Balanças decimais para fábricas e depósitos aferição	6\$000
Balanças de balcão aferição de pesos e medidas	6\$000
Casa de pensão fornecendo ou não comidas	Licença: 60\$000 Continuação anual: 30\$000
Casas em que se vendem fazendas, objetos de armarinhos, chapéus, secos ou molhados outros semelhantes juntos ou separadamente dentro do quadro urbano	Licença: 200\$000 Continuação anual casas 1ª classe: 110\$000 Continuação anual casas 2ª classe: 80\$000 Continuação anual casas 3ª classe: 50\$000
Casas nas mesmas condições fora do quadro urbano	Licença: 1000\$000 Continuação anual casas 1ª classe: 140\$000 Continuação anual casas 2ª classe: 100\$000 Continuação anual casas 3ª classe: 60\$000
Casas de Comércio e consignação com exceção de erva-mate	Licença: 200\$000 Continuação anual: 100\$000
Companhia dramática quadro urbano ou fora dele	Licença por espetáculo: 15\$000
Casas com salões de bailes, com jogos permitidos embora pertencentes a clubes uma vez que se cobre a entrada	Licença: 200\$000 Continuação anual: 100\$000

Confeitaria com venda de bebidas	Licença: 150\$000 Continuação anual: 80\$000
Confeitaria sem a venda de bebidas	Licença: 50\$000 Continuação anual: 20\$000
Cães Matrícula	5\$000
Comprador de mercadorias não sendo comerciante	Licença: 200\$000
Depósitos de armazém de gêneros em consignação com exceção de erva mate	Licença: 50\$000 Continuação anual: 30\$000
Depósitos de madeiras e erva mate incorporados a casa comercial ou não	Licença: 150\$000 Continuação anual: 100\$000
Dentista com gabinete	Licença: 100\$000 Continuação anual: 50\$000
Dentista ambulante	Licença por 30 dias: 80\$000
Drogaria e farmácia	Licença: 200\$000 Continuação anual: 100\$000
Engenho de serra movido a vapor ou a água	Licença: 130\$000 Continuação anual: 80\$000
Ferraria	Licença: 80\$000 Continuação anual: 40\$000
Fábrica de cerveja	Licença: 200\$000 Continuação anual: 80\$000
Funilaria	Licença: 40\$000 Continuação anual: 20\$000
Fábrica de café movido a mão	Licença: 30\$000 Continuação anual: 20\$000
Fábrica de café movido por motor ou outro qualquer meio	Licença: 100\$000 Continuação anual: 50\$000
Fábrica de gasosa ou bebidas em álcool	Licença: 80\$000 Continuação anual: 40\$000
Fábrica de palhões	Licença: 100\$000

	Continuação anual: 50\$000
Gado abatido por consume em açougue	5\$000
Gado suíno abatido por consumo em açougue	6\$000
Hotel	Licença: 60\$000 Continuação anual: 30\$000
Marceneiro estabelecido no quadro urbano	Licença: 60\$000 Continuação anual: 30\$000
Mascateação de fazendas, secos e molhados, perfumarias, joias ou qualquer outra espécie	Licença: 1000\$000 Por 3 meses: 300\$000 Por dia: 50\$000
Moinhos de farinha de trigo, centeio	Licença: 60\$000 Continuação anual: 30\$000
Olaria	Licença: 60\$000 Continuação anual: 30\$000
Padaria dentro do quadro urbano	Licença: 60\$000 Continuação anual: 30\$000
Padaria fora do quadro urbano	Licença: 30\$000 Continuação anual: 25\$000
Relojoaria	Licença: 60\$000 Continuação anual: 40\$000
Sapataria	Licença: 40\$000 Continuação anual: 30\$000
Sapataria com um ou mais oficial	Licença: 60\$000 Continuação anual: 40\$000
Selaria com oficial	Licença: 60\$000 Continuação anual: 40\$000
Selaria sem oficial	Licença: 50\$000 Continuação anual: 30\$000
Tamancaria	Licença: 40\$000 Continuação anual: 20\$000

Fonte: CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR.

Um aumento considerável é verificado nas taxas referentes as diversões profissões, fábricas, dentre outros estabelecimentos. Como podemos verificar havia a aplicação de impostos diferenciados para o mesmo ramo de atividade, considerando a localização geográfica do estabelecimento. Os donos das casas comerciais na área urbana pagavam uma taxa de duzentos mil réis para a abertura do estabelecimento, mais uma taxa anual de cento e dez mil réis (casas de primeira classe), oitenta mil réis, (casas de segunda classe) e cinquenta mil réis (casas de terceira classe). Os comerciantes fora do quadro urbano pagavam uma taxa de abertura de mil réis, além da taxa anual de continuidade de cento e quarenta mil réis (casas de primeira classe), cem mil réis (casas de segunda classe) e sessenta mil réis (casas de terceira classe). Através desses dados podemos perceber uma grande variável nos valores dos impostos sobre as casas comerciais, situadas no quadro urbano ou fora dele. Segundo Teleginski¹⁰⁴ tais medidas tinham a preocupação de coibir a existência de casas comerciais em áreas interioranas. Mas muitos desses estabelecimentos funcionavam de forma clandestina sem a anuência de tributos.

Teleginski¹⁰⁵ salienta que as casas comerciais compunham o ramo de comércio mais expressivo de Irati, além de proporcionar uma grande arrecadação de impostos na primeira metade do século XX. Percebemos esse mesmo aspecto em relação a região de Mallet entre os anos de 1913 a 1924. A arrecadação de impostos recolhidos pela câmara municipal de São Pedro de Mallet, entre esses anos, advinha em sua grande maioria de impostos do comércio. Seguidos pelos impostos referentes ao de indústrias e profissões. Como podemos melhor visualizar tais informações na tabela a seguir.

Tabela 15-Arrecadação de Impostos Mallet-PR (1913-1918)

ARRECADAÇÃO	1913	1914	1915-1916	1917-1918
Imposto de Comércio	5770\$000	6055\$000	5180\$000	5771\$000
Indústrias e Profissões	600\$000	1275\$000	820\$000	1073\$000

Fonte: CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR.

¹⁰⁴ TELEGINSKI, Neli Maria. Bodegas e Bodegueiros em Irati-Pr na Primeira Metade do Século XX. Dissertação de Mestrado. Curitiba. 2012.

¹⁰⁵ TELEGINSKI, 2012.

Percebe-se que o valor arrecado do imposto de comércio era bem superior ao imposto de indústrias e profissões entre os anos de 1913 a 1918. Provavelmente era o ramo mais expressivo nesse período expandindo-se pela região. No período entre 1919-1926 percebemos uma mudança nesses aspectos. O impostos sobre a exportação de erva-mate e madeira tiveram a maior arrecadação, nesse período, provavelmente movimentando com maior intensidade a economia de Mallet. Essas atividades foram de grande importância para o desenvolvimento dessa região. Com uma menor arrecadação se destacam os impostos de comércio e indústrias e profissões oscilando entre esse período. Pode-se verificar com maior nitidez os dados na tabela a seguir.

Tabela 16-Arrecadação de Impostos Mallet-PR (1919-1926)

ARRECADAÇÃO	1919-1920	1921-1922	1923-1924	1925	1926
Imposto					
Exportação Erva-Mate e Madeira	5757\$900	12000\$000	9784\$200	26497\$200	37595\$000
Imposto de					
Comércio	5000\$000	6000\$000	44460\$200	14613\$400	14614\$000
Imposto Indústria					
e Profissões	11319\$000	300\$000	12486\$000	15282\$000	15300\$000

Fonte: CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR.

A partir do ano de 1927 até 1930 o maior arrecadação decorria das exportações diversas não especificando as tipologias dessas. Com valores menores o segundo imposto com maior arrecadação era o de indústria e profissões, o que significa que um maior número de indústrias e profissões se estabeleceram na região, e em terceiro os impostos sobre os comércio. Essas informações são melhor especificadas na tabela abaixo.

Tabela 17-Arrecadação de Impostos Mallet-PR (1927-1930)

ARRECADAÇÃO	1927	1928	1930
Exportação Diversas	20000\$000	30000\$000	22\$000
Imposto de Comércio	10000\$000	12000\$000	15000\$000

Imposto Indústria e Profissões	15000\$000	20000\$000	14000\$000
---------------------------------------	------------	------------	------------

Fonte: CEDOC/UNICENTRO/Irati, Atas da Câmara Municipal de Mallet-PR.

De fato, não podemos ter uma totalidade de dados, provavelmente muitos ramos de comércio, profissão e exportação não eram de conhecimento das câmaras existindo clandestinamente, principalmente nas zonas rurais. Mas pudemos ter acesso as relações econômicas que movimentavam a economia malletense.

3.2 No embalo das sociabilidades malletenses

Apesar de uma vida urbana restrita a população de Mallet-PR encontrava meios de divertir-se. Nos bailes, nas festas, nas vendas, no botequim, em casas comerciais também havia diversão. Como afirma Teleginski, ao analisar as bodegas de Irati, além de ser um local de comércio onde se vendia de “tudo,” era um local de encontro social, dedicado aos jogos, a degustação de bebidas alcoólicas e comidas, a apreciação de músicas.¹⁰⁶ Esses mesmos aspectos são percebidos no cotidiano de Mallet.

Ainda em Mallet os botequins eram outro ponto de encontro social e divertimento. Era comum ao final do dia e depois do trabalho e também em finais de semana tomar um “trago de cachaça”, além de jogar partidas de bilhar e baralho. O excesso de bebida potencializa diversos conflitos nesses ambientes.

Ainda nos dias santificados com a festas existia grande oportunidade de divertimento para toda a população. Essas festas em geral eram muito concorridas. Nelas se misturavam elementos do sagrado com o profano. Bebidas e comidas, eram oferecidas em rituais sagrados. Certamente as festas religiosas, que eram mais numerosas, possibilitavam grandes momentos de sociabilidade e de divertimentos, que muitas vezes eram palco de grandes confusões.

A análise desses eventos podem nos proporcionar um campo amplo de informações a respeito do indivíduos que participaram, suas relações sociais, suas emoções compartilhadas, seus vínculos pessoais e seus desafetos são apenas alguns elementos que podem ser identificados nesses ambientes.

Os bailes constituíam um dos principais momentos de lazer das cidades ou mesmo no interior que passavam a ocorrer em residências ou em clubes. Segundo Ramos:

¹⁰⁶ TELEGINSKI, 2012.

A sociabilidade desenvolvida nas cidades ocorreu primeiramente no espaço privado das casas, onde se recebiam a elite local e os visitantes para saraus, ou sessões de canto. Nos clubes, tanto da capital quanto do interior, o baile era a atividade social por excelência, assim como ir ao teatro e frequentar a missas aos domingos e/ou nos dias de festa. Casamentos e batismos eram motivos para uma reunião de amigos e familiares e um momento de lazer bastante esperado. E as festas religiosas ocupavam lugar de destaque.¹⁰⁷

Várias eram as ocasiões proporcionadas para os festejos comemorativos, sejam eles de caráter religioso ou não, incluíam casamentos, batizados, aniversários, carnaval, júbilo a algum santo. Geralmente essas sociabilidades ocorria em finais de semana. Encontramos nos processos referências a vários clubes existentes na região de Mallet como o Clube Malletense, Sociedade São Isidoro, Sede União Agrícola Instrutiva, Sociedade Casa do Povo, Clube Juventus, Sociedade Manuel Ribas, que recorrentemente eram realizados bailes. Nessas sociedades aconteciam apresentações teatrais, bailes e reuniões em defesa dos interesses rio-clarences.¹⁰⁸ A sua fundação objetivava, primordialmente, o apoio aos recém imigrantes que se instalavam na região de Mallet e União da Vitória. Entretanto, outras atividades foram sendo desenvolvidas pela sociedade, dentre elas as de natureza cultural. Muitas dessas sociedades foram criadas pelos ucranianos e poloneses e através da leitura dos processos pudemos constatar que a fronteira étnica era um aspecto visível e possivelmente esses grupos não encontravam-se em determinados ambientes de lazer, algumas dessas sociedades só abrigavam ucranianos ou poloneses e outras etnias em seu interior.

Também fazem referências a realização de bailes em escolas como na Escola Pública de Rio Bonito e José Bonifácio, além de ser muito frequente tais bailes acontecerem em residências sendo que este último caso apresenta-se mais frequente em localidades interioranas, provavelmente devido às dificuldades dos habitantes destes locais deslocarem-se à noite, periodicamente, até a cidade para se divertir. Um número bastante significativo acontecia nessas residências em virtude de um acontecimento especial.

Todos os bailes e a festas religiosas abrangiam preparos específicos como a parte da comida, da bebida, da dança e das músicas. A leitura dos processos criminais nos permitiram

¹⁰⁷ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In.: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.; Coord.). *Império*. Passo Fundo: Mérito, 2006. p.426.

¹⁰⁸ WROSKI, Ivone de Almeida Guizélia. A presença de imigrantes poloneses e descendentes no desenvolvimento social, político e econômico de Marechal Mallet, posteriormente grafado somente Mallet. Grupo Folclórico Polonês Marzey. Curitiba, 2016.

verificar que os bailes realizados em clubes cobravam a entrada dos participantes assim como as bebidas consumidas no local. Estes eventos eram regados a cachaça, cerveja ou vinho.

Nas residências, as fontes nos indicam que os bailes exigiam o convite feito pela boca do dono da casa ou alguém de sua intimidade. Eram materialmente planejados com músicas, danças e bebidas, principalmente a cachaça. Os participantes precisavam da anuência do dono para entrar na festa. Mas necessitavam de uma licença das autoridades locais e deviam terminar as 24 horas. Nas narrativas processuais encontramos relatos que alguns indivíduos quando chegavam e não eram convidados com a permissão do dono da casa poderiam participar desde que ajudassem com as despesas da bebida. Como constatado por Leandro através da análise dos fandangos via documentação judicial: “o convite sinalizava uma fronteira, é difícil captar na documentação os possíveis critérios de inclusão/exclusão de algum indivíduo da festa.”¹⁰⁹

Sem dúvida os não convidados tinham uma rixa anterior com o dono da casa. Como relata um processo:

No 20 de maio de 1961 se realizava um casamento na casa de João Kozar, casamento de sua irmã, seus vizinhos e a família Solovi não foi convidada e naturalmente por despeito é que começaram a fazer arruaças, indo lá sem serem chamados, João Machado e sua mulher parentes da família Solovi, genro do velho Solovi, soltaram as carroças para uma ribanceira abaixo, voltaram para soltar outra carroça, logo em seguida fizeram uma gritarada dos diabos chamando os convidados de filho da puta. Atirando pedra e pau no pátio de sua casa e em seguida dispararam mais seis tiros.¹¹⁰

Na região Sul do Paraná, assim como em Mallet, com a existência de faxinais haviam outras formas de sociabilidade. Havia os bailes em virtude da realização dos puxirões que eram serviços de ajuda mútua entre vizinhos, para realizar um trabalho que seria de uma família. Seja na realização de atividades de plantio, colheita e a construção de cercas. Era de costume que no final de cada etapa, o dono da área, em que haviam trabalhado, pagasse aos envolvidos um baile. Nessa festa, quem havia participado do puxirão se divertia gratuitamente. Somente aqueles que, mesmo não tendo participado do puxirão, quisessem ir ao baile pagavam uma pequena contribuição para entrar na festa e também pela comida e bebida consumida durante o

¹⁰⁹. LEANDRO, p.48.

¹¹⁰ CEDOC/I. Processo Crime n.19/1961.

festejo. Como se organizavam em grupos numerosos, durante o período de safra, todo final de semana tinha baile. Trabalhavam, divertiam-se e mantinham-se laços de amizade.¹¹¹

Além das diversões feitas em troca de serviços, ao fim de cada puxirão, havia as festas religiosas que homenageavam algum santo. Eram muito esperadas por todos os da comunidade. Normalmente homenageavam o santo com a uma celebração religiosa e queima de fogos. Após essa cerimônia reuniam-se para comer, beber, jogar bingos e participar do arremate de prendas dos leilões que eram doadas pela comunidade. Muitas vezes o excesso nas doses de bebidas alcoólicas pelos participantes gerava muitos crimes em festas nas colônias.

Além desses folguedos havia as festas de casamento que segundo Andrezza¹¹², que estudou uma comunidade de imigrantes ucranianos de Antnio Olyntho e em nosso caso por abrigar grande parte tais imigrantes pode servir de base para nossa análise, os casamentos eram pautados na calendário religioso e agrícola sendo rigorosos em relação a distribuição mensal e realizavam-se em dois dias. E como Mallet era uma região predominantemente rural e religiosa podemos perceber esses aspectos.

Ao estudar os casamentos na região de Curitiba entre os séculos XVIII, XIX e XX, Cardoso e Nadilin¹¹³ evidenciam que:

Evitava-se generalizadamente o casamento no mês de marco e, secundariamente, em dezembro. Isto caracteriza, como tem sido demonstrado por todos os trabalhos do Brasil ou do exterior envolvendo populações católicas, a influência do calendário religioso, segundo o qual a quaresma e o advento eram considerados períodos não propícios a celebração do casamento.¹¹⁴

Pensa-se que essas também eram as características das práticas de casamentos mallenses. Ainda para esses autores a concentração do trabalho agrícola no mês de agosto diminuía os casamentos nessa época. E em relação aos imigrantes, de origem camponesa já se casavam muito pouco em agosto, mês em que lá se observa o extremo de uma pronunciada concavidade na repartição sazonal de casamentos, que se inicia no começo do verão europeu, e que está relacionada com os trabalhos no campo; mesmo que aqui tais condições não se repitam com a mesma intensidade, a coincidência de disposição explicaria a recusa mais pronunciada

¹¹¹ SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José Adilçom. Estudos em história cultural na região sul do Paraná. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2008.

¹¹² ANDREAZZA, Maria Luiza. Paraíso das delícias: Estudo de um Grupo Ucraniano 1895-1995. Curitiba. 1996.

¹¹³ CARDOSO, J. A.; NADALIN, S. O. Os meses e os dias de casamento no Paraná: séculos XV, XIX e XX. HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, Curitiba, v. 3, n. 5, 105-129,1982.

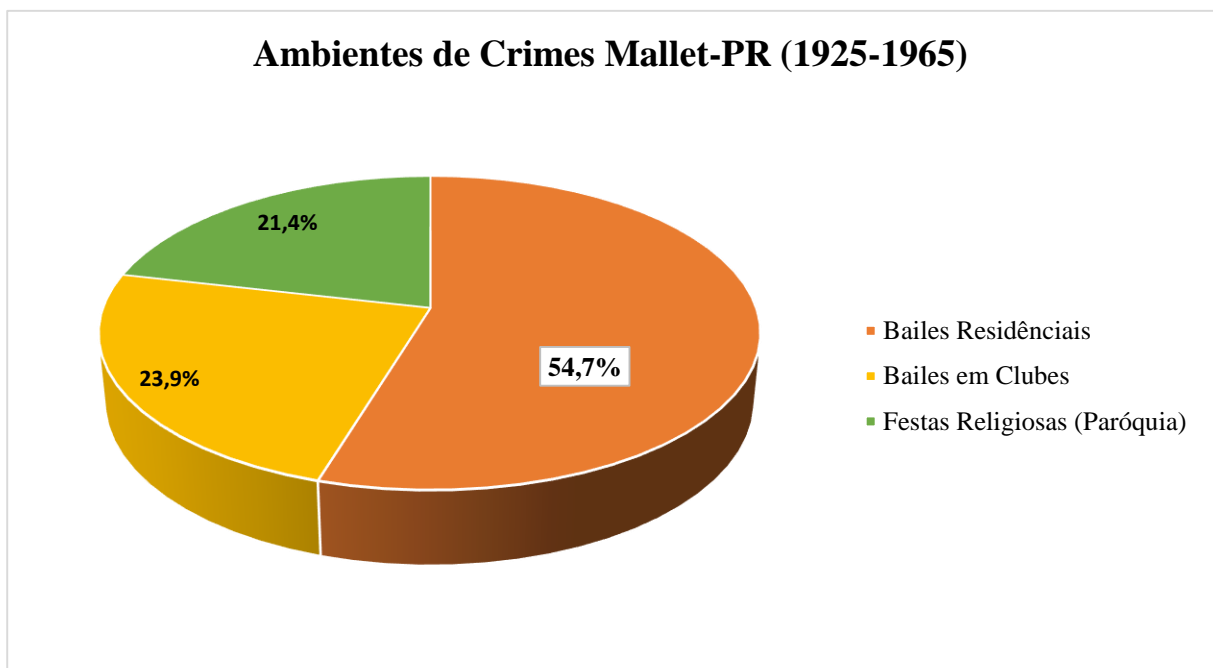
¹¹⁴ CARDOZO, NADILIN, p.107.

para a escolha deste mês. Com a urbanização essa escolha de não casar no mês de agosto vai perdendo força.¹¹⁵

Ainda na perceptiva desses autores os casamentos em outubro e novembro eram raros e tinham, mais uma vez, a influência do calendário agrícola, uma vez que nesse período se fazia ainda o plantio de importantes produtos para a população, como arroz, mandioca, feijão, etc. A evolução da recusa por novembro poderia estar ligado ao “finados”, um culto dos mortos em expansão, e a conseqüente identificação de um mês improprio para a realização do casamento.¹¹⁶

Ao traçar um perfil das possíveis sociabilidades empreendidas pela sociedade de Mallet, assim como suas características buscamos relacionar os espaços físicos que deram evasão a conflitos em meio ao festejo de bailes e festas. Como podemos visualizar no gráfico a seguir.

Gráfico 7: Ambientes de Crimes Mallet-PR-1925-1965



Fonte: Processos criminais de Mallet-PR-1925-1965.

Encontramos dentre os 42 processos criminais que relatavam crimes em bailes ou festas, 23 fazendo referência a bailes em residências (54,7%), 10 em clubes ou associações (23,9%), e 9 aconteceram em festas religiosas (21,4%) pertencentes a paróquia da região.

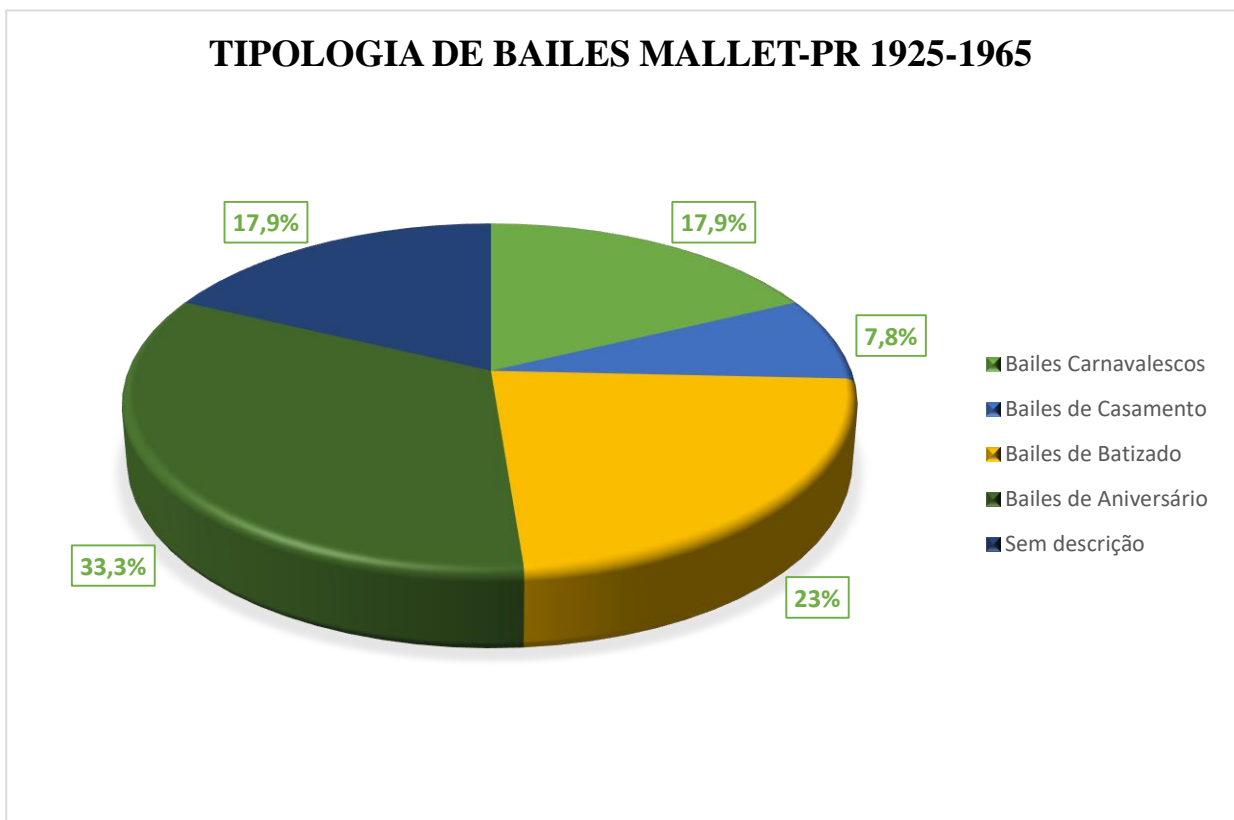
¹¹⁵ CARDOSO, J. A.; NADALIN, S. 1982.

¹¹⁶ CARDOSO, J. A.; NADALIN, S. 1982.

Os bailes privados em residências aparecem muito frequentemente nos processos crime entre 1925 a 1965, sendo uma constante, também, o movimento que geravam em seu entorno. Pois alguns conflitos em bailes eram decorrentes, justamente, da presença indesejada de algum indivíduo supostamente não convidado ou, ao analisar mais atentamente, muitas vezes considerado indigno pelos demais membros, de compartilhar do encontro.

Ainda verifica-se que os bailes em residência no interior do município, atraíam pessoas que, muitas vezes, não tinham muitas relações com os donos da casa. Esses eventos festivos aconteciam em virtude de vários acontecimentos, podiam ser em comemoração à casamentos, batizados, aniversários, ao carnaval. Em uma sociedade rural com poucas formas de divertir-se essas ocasiões eram bastante esperadas por todos da localidade. Os eventos festivos religiosos além de jubilar algum santo as pessoas tinham a oportunidade de encontrar-se para “farrear” e aproveitar as horas de descanso do trabalho. Em grande medida o calendário malettense era regido pela religião. Em dias santos e aos domingos a população tinha folga e podia desfrutar com maior tempo das práticas de lazeres, além de frequentar as missas. No gráfico podemos visualizar a tipologia das bailes malletenses.

GRÁFICO 8: Tipologia de Bailes Mallet-PR 1925-1965



Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-PR. 1925-1965.

O maior número de casos de crimes que se referem aos bailes eram comemorados em ocasião de aniversário com 13 casos (33,3%), seguidos pelos bailes de batizado 9 (23%), em seguida os bailes carnavalescos e os sem descrição 7 ocorrências (17,9%), e em último os bailes de casamento 3 (7,8%). Em relação as festas religiosas não encontramos dados em relação qual o motivo da comemoração provavelmente deveria ser a devoção a um santo.

Do total de processos analisados, 28 deles aconteceram em áreas rurais (66,6%), enquanto 14 aconteceram em área urbana (33,4%). Os dados nos levam a pensar que o controle policial era mais difícil de ser realizado nas áreas rurais, pois os locais de sociabilidade se alastravam por dispersas áreas. As vendas, as bodegas, os bailes residenciais, eram separados muitas vezes por quilômetros de distância. Como podemos verificar na tabela:

Tabela 18:Locais de Crimes em Festividades Mallet-PR-1925-1965

Local do Crime	Porcentagem
Área Rural	66,6%
Área Urbana	33,4%
Total	100%

Fonte: CEDOC/I, Processos criminais de Mallet-PR. 1925-1965.

Ao analisar os dados em relação aos dias da semana em que os eventos festivos aconteciam, relatados nos processos criminais, percebemos que a maioria deles ocorriam nos finais de semana¹¹⁷. Isso é explicado pela fato dos finais de semana serem destinados ao momento de lazer, enquanto outros dias eram destinados ao trabalho com menos tempo para a diversão. Exceto dia santificados. Como constado por Monsma, a maior incidência de crimes acontecia nos finais de semana, o que foi explicado pelo fato de que nesse período os indivíduos trabalhavam menos, reservando mais tempo para o lazer, para a sociabilidade. Podemos melhor visualizar as informações na tabela.

Tabela 19:Dias do Crime Mallet-PR 1925-1965

Dias da Semana	Porcentagem
-----------------------	--------------------

¹¹⁷ Final de semana é compreendido a partir das dezoito horas da sexta-feira até as seis horas de segunda-feira.

Domingo	21,4%
Segunda	30,9%
Sábado	19%
Sexta-Feira	16,6%
Quarta-feira	9,5%
Total	100%

Fonte: CEDOC/I, Processos criminais de Mallet-PR. 1925-1965.

Como podemos verificar através da tabela 14 um maior número de crimes concentra-se na segunda 13 crimes correspondendo a 30,9%. Isso porque a maioria dos bailes se iniciavam domingo à noite alastrando-se até a madrugada. Estes ocorriam de madrugada geralmente no final do bailes. Em seguida o domingo com 9 (21,4%), seguidos por sábado 8 crimes (19%), sexta-feira 7 (16,6%) e quarta-feira 4 crimes (9,5%).

Outra aspecto verificado foi em relação ao horário do acontecimentos dos crimes. Como podemos visualizar os dados na tabela abaixo:

Tabela 20: Período do dia do Crime Mallet-PR 1925-1965

Períodos do dia	Porcentagem
Madrugada	47,6%
Tarde	21,4%
Noite	23,8%
TOTAL	100%

Fonte: CEDOC/I. Processos crime de Mallet-PR. 1925-1965

Na maioria dos casos de crimes como salientado ocorriam de madrugada, 20 dos crimes equivalendo 74,6% do total, ocorreram nesse período, seguido pelos ocorrido o período da noite 10 (23,8%), e tarde 9 (21,4%). Essas informações podem ser interpretadas pelo fato de que os bailes aconteciam no período noturno e se prolongavam até a madrugada ou até o sol “raiar.” Desse modo, verifica-se maior incidência de atos criminosos. Já as festas religiosas aconteciam no período da tarde, antecedida por uma celebração sagrada. Geralmente precedida por uma missa e prosseguia-se os festejos com bebidas, comidas, músicas e danças.

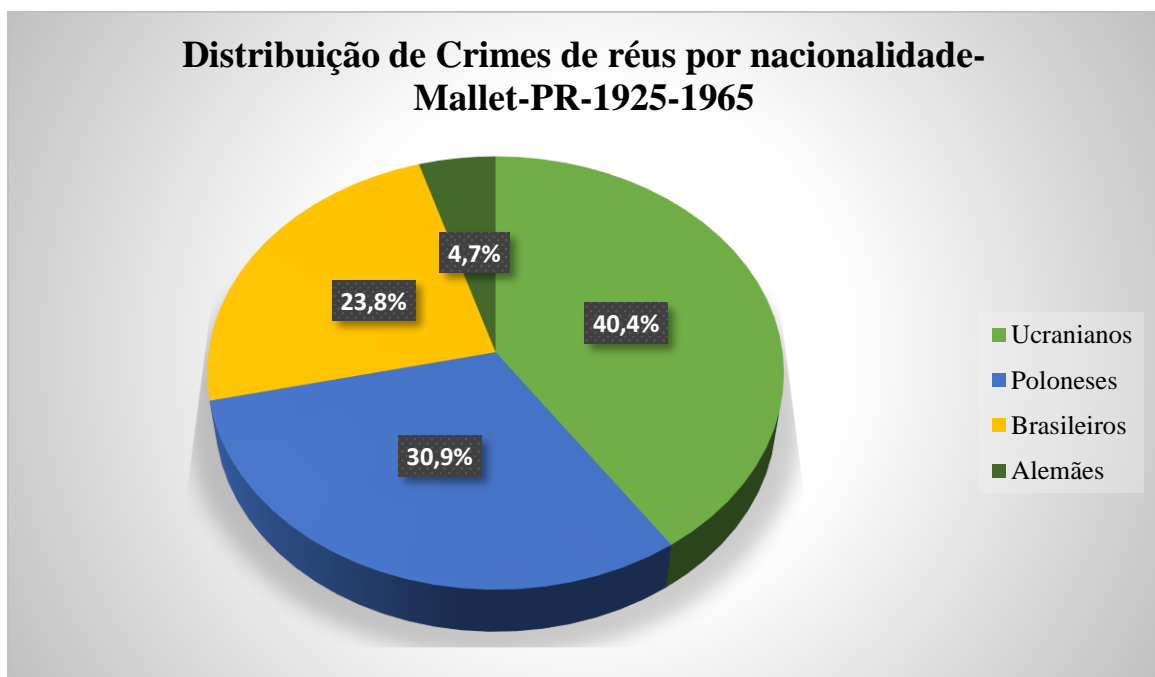
Esses dados e informações não revelam que a violência e o crime tinham um espaço temporal pré-definido para acontecer. Mas é possível afirmar que esses lugares eram mais propícios ou mais tendenciosos a existência de atos delituosos. Em outros locais também se

disseminavam crimes e conflitos. Os bailes e a festas eram situações que levavam a desordens com maior incidência, pelo fato de os indivíduos estarem reunidos por algumas horas, ao calor animado das mais diversas emoções e devido ao teor de “cachaça” no sangue dos envolvidos. Durante a semana as rotinas de trabalho eram mais intensas do que no final de semana. O final de semana era destinado mais as atividades de lazer como: ir a igreja, á festa, ao baile, a bodega para encontrar amigos, ou mesmo acertar contas de forma muitas vezes violenta.

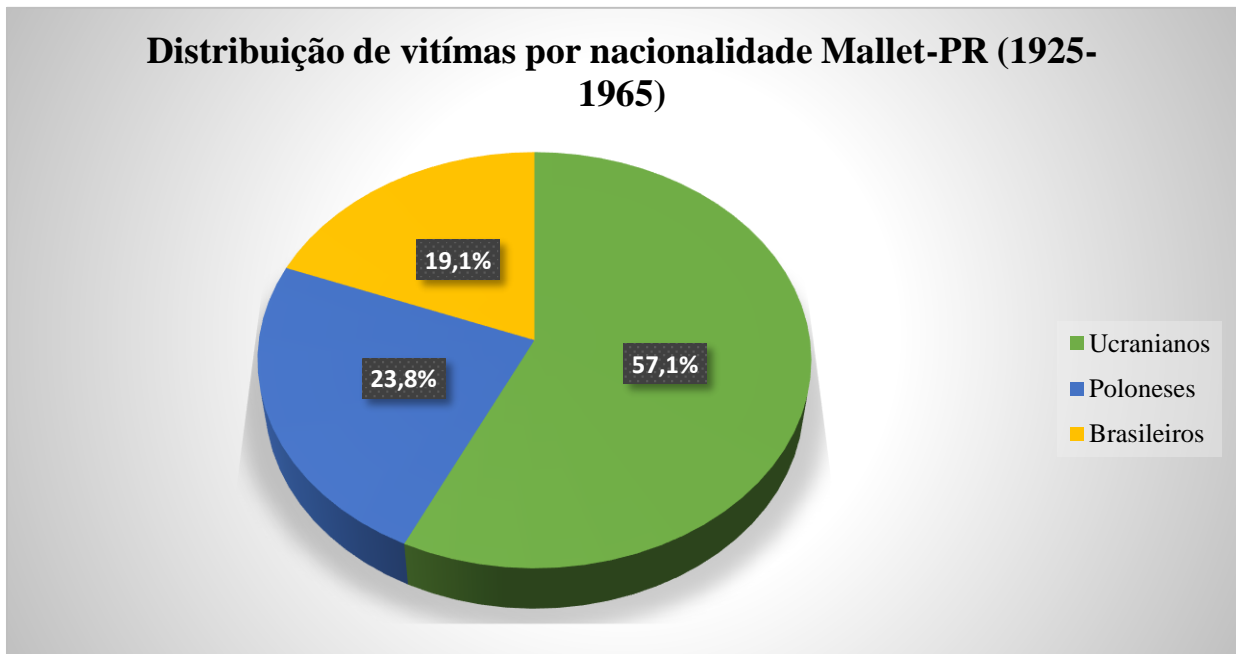
3.3 O perfil dos crimes e dos envolvidos

Com o objetivo de identificar quem eram as pessoas (ou grupos), que frequentavam a justiça de Mallet-PR entre os anos de 1925 e 1965, nos detivemos em observar os réus os ofendidos e as testemunhas. Isso implica em traçar um rápido perfil destes sujeitos históricos (sexo, idade, ocupação, nacionalidade, instrução), sem perder de vista a existência de uma sociedade e cultura que os precedem e os englobam. Enfatizando que foram analisados somente os processos criminais em que são relatados crimes em festas e bailes. O gráfico 5 demonstra a informações de indivíduos por nacionalidade.

GRÁFICO 9: Distribuição de Crimes de réus por nacionalidade-Mallet-PR-1925-1965



Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr. 1925-1965.

GRÁFICO 10: Distribuição de vítimas por nacionalidade- Mallet-PR (1925-1945).

Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-PR. 1925-1965.

Como verificamos no gráfico a nacionalidade mais abrangente de réus e ofendidos são os ucranianos. Cometeram mais atos delituosos, mas foram mais vitimados por alguma forma de violência. O que nos leva a crer que a fronteira étnica era tão intensa que os indivíduos dessas etnias não socializavam entre si. Assim como foi possível constatar que em grande parte das brigas aconteciam com as pessoas do mesmo grupo. Em alguns clubes essa fronteira pode ser visualizada através da presença só de poloneses ou ucranianos e outros grupos.

Na variável profissão dos indivíduos que cometeram determinado crime e sofreram as agressões encontramos com maior frequência os lavradores no banco dos réus. O arrolamento das profissões declaradas nos documentos fomenta a afirmação de que a economia de Mallet, no período foco de estudo, 1925 a 1965, a era predominante rural. Os acusados em sua maioria foram enquadrados como lavradores. Como podemos visualizar na tabela abaixo:

Tabela 21: Distribuição ocupacional dos Réus- Mallet-PR-1925-1965

Profissão	Porcentagem
Lavrador	47,8
Operário	19
Ferreiro	11,9

Pedreiro	11,9
Empregado do Comércio	4,7
Empregado Público	4,7
TOTAL	100

Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr. 1925-1965.

Tabela 22: Distribuição ocupacional das vítimas- Mallet-Pr-1925-1965

Profissão	Porcentagem
Lavrador	54,9
Operário	16,6
Sapateiro	14,2
Pedreiro	9,7
Empregado do Comércio	2,3
Doméstica	2,3
TOTAL	100

Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr. 1925-1965.

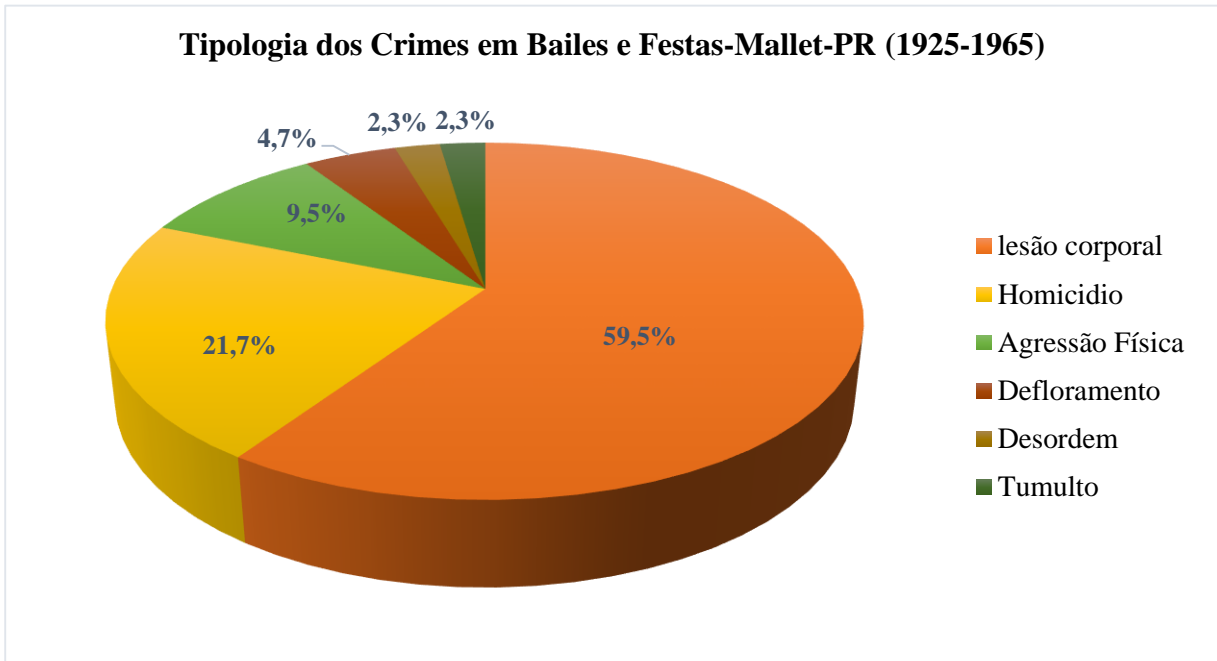
Ao analisar a tabela 1 e 2, é possível caracterizar os crimes pelo número de indivíduos e por profissão no que se refere aos réus e ofendidos. Nesse sentido, constam um total de 42 crimes, sendo que destes 20 indivíduos dos réus foram enquadrados como lavradores, correspondendo a 47,8% do total. Em seguida verificamos que 8 são operários correspondendo a 19% do total. Ainda constam 5 sujeitos como pedreiros e 5 como sapateiros correspondendo a 11,9%, e por último com 2 indivíduos empregados do comércio e 2 público, totalizando 2,3% do total.

Em relação a profissão dos ofendidos notamos um maior número de sujeitos são lavradores, 23 pessoas correspondendo a 54,9%. Em seguida verificamos que 7 operários correspondendo a 16,6% do total. Ainda constam 6 pedreiros e 5 sapateiros correspondendo a 11,9%, e por último com 2 indivíduos empregados do comércio e 2 público, totalizando 2,3% do total.

Ao comparar a profissão dos indivíduos presentes no autos criminais no papel de réus assim como de vítimas, foi possível perceber em sua totalidade um número bem próximo de profissões do meio rural e do meio urbano envolvidos nos eventos de criminalidade.

Os processos criminais também nos permitem visualizar os motivos que levaram os indivíduos aos bancos dos réus. Neste sentido, a lesão corporal consta como um dos principais motivos, conforme o gráfico 6, a violência física ou corporal é a forma mais disseminada no que concerne a esses espaços. Como podemos notar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 11: Tipologia dos Crimes em Bailes e Festas-Mallet-PR-1925-1965



Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr. 1925-1965.

No período entre 1925-1965 os crimes ocorridos em bailes e festas, em sua maioria, referem-se a lesão corporal com 25 casos encontrados, seguidos pelo homicídio com 9 casos, agressão física 4 casos, defloramento 2 casos, desordem e tumulto 1 caso.

Com relação a idade dos réus, há predominância das faixas etárias que vão de 21 a 30 anos 25 sujeitos (59,5%), seguidas pelas que reúnem os indivíduos entre 31 a 40 anos, 6 indivíduos (14,5%), 10 a 20 anos 5 pessoas (11,9%), 41 a 50 anos 4 sujeitos (9,5%), 51 a 60 anos 1 indivíduo (2,3%) e mais de 60 anos 1 sujeito (2,3%). Esses números demonstram, assim, que a maior parte dos réus eram jovens. Esse público era o que mais frequentava essas festividades e como podemos perceber os que mais entravam em confusões.

Já no que diz respeito a faixa etária dos ofendidos também encontramos um maior número de indivíduos jovens entre 21 a 30 anos, 22 pessoas (52,5), seguidos por sujeitos entre

31 a 40 anos, 9 sujeitos (21,4%), entre 10 a 20 anos 7 pessoas (16,6%) e por último indivíduos entre 41 a 50 anos 4 pessoas (9,5%). Como podemos visualizar na tabela

Tabela 23: Distribuição Faixa Etária dos Réus-Mallet-PR-1925-1965

Faixa Etária	Porcentagem
10 a 20 anos	11,9%
21 a 30 anos	59,5%
31 a 40 anos	14,5%
41 a 50 anos	9,5%
51 a 60 anos	2,3%
Mais de 60 anos	2,3%
TOTAL	100%

Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr. 1925-1965.

Tabela 24- Distribuição Faixa Etária dos vítimas- Mallet-PR-1925-1965

Faixa Etária	Porcentagem
10 a 20 anos	16,6%
21 a 30 anos	52,5%
31 a 40 anos	21,4%
41 a 50 anos	9,5%
51 a 60 anos	0
Mais de 60 anos	0
TOTAL	100

Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr. 1925-1965.

Quanto ao estado civil dos envolvidos, fossem estes réus, vítimas ou testemunhas, observamos que o número de solteiros é muito maior do que o número de casados. Enfatizando que tais eventos abrigavam em sua maior parte solteiros que aproveitavam sua “solteirice” para beber, cantar, dançar e sem dúvida namorar e se envolviam em confusões. Pois tais episódios eram momentos propícios para a relação entre os gêneros. Devido a esses fatores a violência disseminada nesse espaço se encontra na maior parte jovens solteiros. Como podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 25: Distribuição dos Réus, Vítimas e Testemunhas estado civil (Mallet-PR-1925-1965)

ESTADO CIVIL	RÉUS	VÍTIMAS	TESTEMUNHAS
SOLTEIRO	80,9%	83,3%	75,2
CASADO	16,6%	16,7%	22,3%
VIÚVO	2,5%	0%	2,5%
TOTAL	100%	100%	100%

Em relação aos dados podemos perceber uma maior incidência da violência na categoria de solteiros no que diz respeito aos réus, vítimas e testemunhas. Encontramos 34 réus eram solteiros, (80,9%), 7 eram casados (16,6%), e 1 era viúvo (2,5%). No que tange as vítimas 35 eram solteiros (83,3%) e 8 casados (16,7%). Em consideração as testemunhas 164 solteiras (75,2%), 53 casadas (22,3%), e viúvo 1 testemunha (2,5%).

O indivíduo poderia praticar o crime com armas de fogo ou arma branca e ainda praticados muitas vezes à mão livre ou com o manejo de instrumentos improvisados, como um pedaço de pau.

Tabela 26: Armas Utilizadas nos Crime-Mallet-PR (1925-1965)

ARMAS	Porcentagem
Faca, Facão, canivete, navalha	42,9%
Armas de fogo	28,5%
Mãos e pés	21,4%
Pedaço de pau	4,7%
Veneno	2,5%
Total	100%

Fonte: CEDOC/I, Processos crime de Mallet-Pr. 1925-1965.

Ao analisar os processos criminais percebemos que os indivíduos iam aos bailes e festas armados, levando consigo facas, revolver ou mesmo pegavam o que estava ao se alcance como pedaços de pau e também utilizavam as próprias mãos para agredir. A maioria dos casos relatados nessa documentação envolvem armas brancas 18 dos crimes correspondendo a 42,9%

do total, seguidos pelas armas de fogo 12 (28,5%), mãos e pés 9 (21,4%), pedaço de pau 2 (4,7%), veneno 1 (2,5%).

3.4 “Potencializador de Crimes:” Cachaça e tensões

Percebe-se na frequência dos bailes, bodegas e casas comerciais do interior do município, o hábito da vida cotidiana dos “tragos” de cachaça. Estimulante de muitos conflitos está a presença do álcool no sangue dos envolvidos. Percebemos a presença constante e, às vezes, determinante, dos tragos de cachaça no desfecho dos desentendimentos. Passa a ser um problema social na região e em outras localidades também como estudos demonstram. Várias pesquisas brasileiras se debruçaram o sobre o consumo de bebidas alcoólicas. Podemos citar Chalhoub no qual retrata a sociabilidade envolvendo os “tragos de cachaça” entre os trabalhadores do Rio de Janeiro nos primeiros anos da República. Analisa um crime em que o réu atribui o consumo de bebida para explicação de tal prática delituosa. O autor destaca:

As outras testemunhas afirmam que os dois contendores estavam embriagados, e o advogado do acusado organiza a bem sucedida defesa do réu em torno do conceito jurídico de “privação de sentidos e inteligências”, ou seja, Manoel, estando embriagado, não podia ser responsabilizado pelo seu ato.¹¹⁸

Acerca de considerações sobre a influência do álcool nos crimes pelos réus Monsma afirma: “além dos índices de identidade social, o índice mais comum é a afirmação de que o réu ou a vítima estava bêbados, o que na época atenuava a responsabilidade legal da pessoa por seu atos.”¹¹⁹

Ao analisar documentos de intendência municipal e processos crimes Dropa¹²⁰ faz uma interessante discussão entre violência e bebidas alcoólicas em Ijuí entre o período de 1890-1920. O autor analisa esses casos que envolviam o consumo de álcool segundo três perspectivas a primeira que seria um desvio moral do indivíduo, segunda ligadas a momentos de lazer e o terceiro afim de fugir de punições.

Em outro estudo Rosa através de recortes de jornais faz uma discussão sobre o alcoolismo e violência em Recife no período 1920 a 1930. A autora salienta algumas das

¹¹⁸ CHALHOUB, p.67.

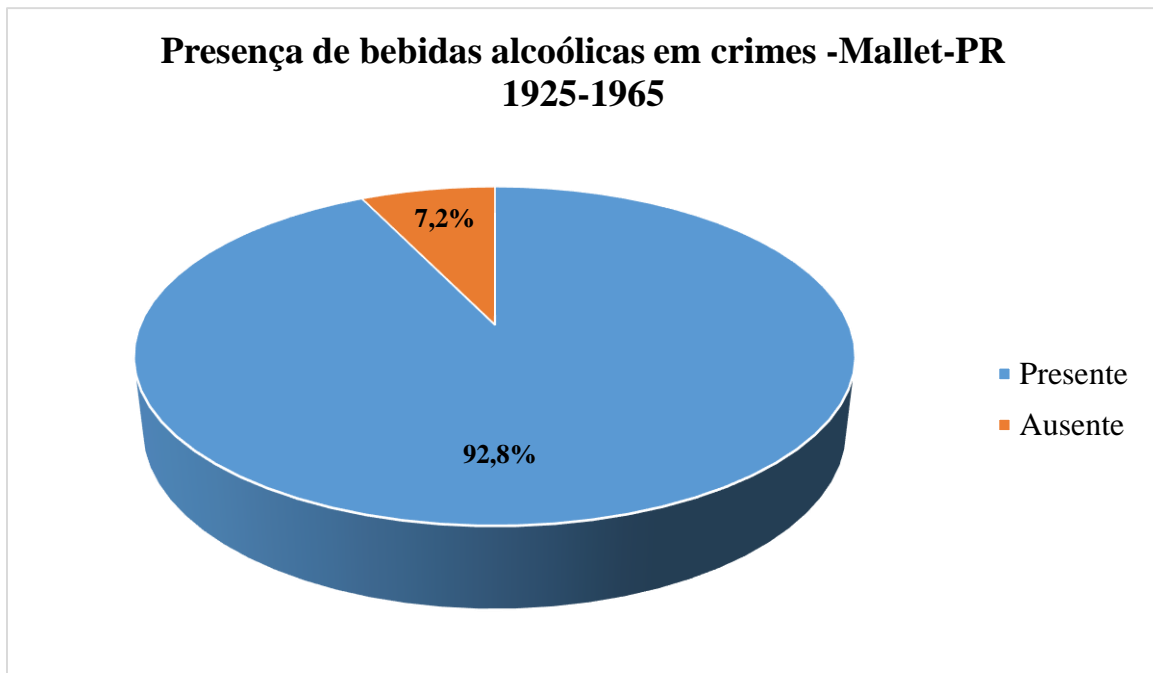
¹¹⁹ MONSMA, p.225

¹²⁰ DROPPA, Alisson. Consumo de bebidas alcoólicas e conflitos sociais: a contribuição dos “bêbados” criminalizados para a o estudo da formação social da colônia de Ijuí (1890-1920). Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio do Sinos. São Leopoldo. 2009.

agressões masculinas sem explicação racional leva constatar que tais práticas representavam disputas por uma afirmação e reafirmação masculina. Em busca de mostrar-se mais forte, melhor e viril. No caso da relação regada a cachaça, as possibilidades para competição eram ainda maiores, pois a bebida estimularia a perda da razão e o aumento da impetuosidade, da coragem de arriscar-se nas mais loucas aventuras.¹²¹

Em nosso recorte-temporal de análise a maioria dos casos de criminalidade envolvia o álcool. O gráfico abaixo demonstra a prática social significativa do consumo de bebidas alcoólicas nos processos crimes analisados. De 42 processos crimes que propus para análise, 39 destes constavam, de alguma forma, situações em que réus e/ou vítimas estavam embriagados, correspondendo a 92,8% do total. Apenas 3 destes não constavam o ingestão de bebida alcoólica (7,2%). A presença da bebida alcoólica era um elemento indispensável nesses festejos. Sem dúvida nesse aspecto a presença do álcool é mais acentuada nos processos criminais que relatam infrações penais em espaços de lazer do que ocorridos em outros locais.

GRÁFICO 12: Presença de bebidas alcoólicas em crimes-Mallet-PR 1925-1965



Fonte: CEDOC/I, Processos Crime de Mallet-PR, 1925-1965.

¹²¹ ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. Passos Cambaleantes, Caminhos Tortuosos: Beber cachaça, prática social e masculinidade- Recife/PE-1920-1930. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2003. p.58.

Analisamos de duas formas os processos que constavam em seus relatos o consumo de bebidas alcóolicas. Um deles sob o viés do álcool como potencializador do crime, ou seja, nesses casos já havia um rixa anterior entre os indivíduos. E outra forma que tal prática criminosa não tinha nenhuma justificava racional para o acontecimento sendo que seria somente efeito do álcool para afirmar e reafirmar a masculinidade. No entanto, é preciso destacar que a argumentação de estar embriagado podia estar relacionada com a estratégia de defesa do indivíduo afim de não se responsabilizar pelos seus atos ou neutralizar a pena.

Um exemplo de conflito envolvendo o consumo de bebida alcoólica com rixas anteriores é o processo¹²² de acusação de JIS¹²³ (brasileiro, com 40 anos de idade presumíveis, casado, de profissão comerciante) que foi acusado pela justiça de ferir e levar a óbito AP. durante um baile público. .

No dia 16 de fevereiro de 1931, segunda, a duas horas mais ou menos da madrugada, em um baile carnavalesco, no salão do Club Malletense, quando menos esperavam, na maior harmonia reinante, surge por uma das portas internas do salão JIS visualmente alcoolizado, e aos músicos perguntou-lhes “si ali estavam para dançar ou farrear, ao que lhe retrucou AP, que tinham ido para dançar e farrear, havendo, assim, uma troca de palavras entre ambos”.¹²⁴ Ainda I. disse “vocês são umas putadas” e P. respondeu “isso não” foi quando J. deu um tiro para cima e a vítima, nessa ocasião, “tirou seu revolver e dirigiu-se para a porta da sahida do palco onde encontrou com o I.¹²⁵”. Em seguida escutou-se mais “barulhos” com a “detonação” de vários tiros e um corpo inerte caiu banhado em sangue no assoalho do palco perdendo as suas forças de vida.

O exame do corpo de delito e os depoimentos confirmaram que o ofendido foi ferido por alguns tiros um deles atingindo o peito. Algumas testemunhas arroladas, para depor sobre o que aconteceu naquela madrugada, relataram que o réu denunciado possuía desafeições com o ofendido “motivado pelo facto de quando P. era delegado desse termo ter ordenado a prisão de JIS. e ter dado ordem a escolta de trazer I. preso vivo ou morto tempos bastantes depois do facto mesmo da prisão.”¹²⁶

¹²² CEDOC/I, Processo Crime n.1931

¹²³ A fim de resguardar a identidade dos envolvidos utilizamos somente as iniciais dos nomes.

¹²⁴ CEDOC/I, p.3.

¹²⁵ CEDOC/I, p.35.

¹²⁶ CEDOC/I, p.40.

A história de I. e de P. parece ser um bom exemplo para mostrar que os consumo de bebidas alcoólicas e uma rixa anterior poderiam culminar em atos extremamente violentos. Verificamos o espaço de sociabilidade com um local frequente de desavenças e desentendimentos, um lugar propício para acerto de contas.

Além de uma desavença antiga entre o réu e a vítima podemos frisar um estimulante: o álcool no sangue do denunciado. Discussão, “cerveja” e uma rixa passada foram elementos que culminaram em uma mistura explosiva. Várias testemunhas afirmam que antes da tragédia o acusado achava-se quase em completo estado de embriaguez, “o que não acontecera com P. pelo motivo de até aquele momento somente terem bebido dez garrafas de cerveja”¹²⁷ entre sete músicos que faziam parte do conjunto. As representações das testemunhas sobre denunciado em sua maioria diziam que o acusado quando alcoolizado tinha gestos impulsivos e ameaçadores, mas sempre sem consequências, por isso o que o animava não era o mal e sim o “barulho.”

Na madrugada do dia vinte e sete de novembro de 1925, as três horas mais ou menos, sexta-feira, LT. estava em um baile “dançante” quando teve uma troca de palavras com PJ. (lavrador, 22 anos, solteiro) decorrente de uma dívida de “um mil reis.” A documentação relata que os mesmos eram “companheiros de diversão e de caminho.” A vítima de “bons costumes e ordeira” foi atingida por várias facadas pelo “provocador” denunciado a certa altura do caminho para volta para casa. A discussão teria iniciado no baile.

Em um outro processo¹²⁸ o motivo para a desavença entre L. e P. foi a uma dívida de mil réis, somando-se a isso o fato de estarem os dois em estado de embriaguez. Ou seja, o estopim da discórdia foi ter surgido entre os dois homens, de forma declarada, uma disputa na evocação de feitos passados que, no momento da discussão, foram super dimensionados

Alguns atos considerados inexpressíveis pelos juristas tinham um sentido bastante expressivo pelos indivíduos malletenses essencialmente os homens. Algumas situações proporcionavam mágoas profundas entre estes personagens e resultavam em respostas violentas. Uma aforra não levava muito tempo para ser resolvida. E “a valentia e a força eram parte das qualidades necessárias ao homem, e a menor insinuação de fraqueza era sinônimo de uma agressão moral para o imaginário masculino.¹²⁹”. Percebe-se na presente dissertação que várias práticas criminosas aguardavam o tempo de lazer para seu desfecho final.

¹²⁷ CEDOC/I, p.28.

¹²⁸ CEDOC/I. Processo Crime n.08-1925

¹²⁹ CARVALHO, p.124.

Outro caso ilustrativo que analiso em relação ao consumo de bebidas alcoólicas refere-se ao processo¹³⁰ que relata o homicídio de PB. A principal justificativa para o crime é que réu e vítima estariam “quentes de pinga, chumbiados”. No embalo de uma madrugada escura de segunda-feira do dia 9 de fevereiro de 1953 realiza-se um baile na residência de AJ. por volta de uma hora da madrugada houve um conflito e PB. (operário, 25 anos, solteiro), foi ferido a custo de bofetadas e “cassete de madeira de pinho” vindo a falecer no dia seguinte. A vítima era inspetor policial na região e sempre andava armado de revólver devido a função que exercia. Segundo A. após passar a exercer essa função queria ser superior a todos e não tratava bem a seus semelhantes.

O relato das testemunhas nos diz que P. estava embriagado “caindo”, e que as moças fugiam para não dançar com ele. Era de seu costume beber e embriagar-se, e a vizinhança queixava-se de suas atitudes e por ser um elemento inconveniente. Também o testemunho dos próprios denunciados revelam que o mesmo tinham consumido “pinga”. Um deles salientou que tinha “bebido uns tragos e estava meio chumbiado”. O outro “que bebeu uns tragos de pinga mas não tomou muito por causa de sua patroa”.

Uma das testemunhas relatou os envolvidos eram amigos e que ouviu um barulho isto é uma briga entre P. e uma seis pessoas, e que o ofendido deu uma pancada com um cacete ou cabo de revólver, na cabeça do acusado e procurando-se defender-se rebateu uma pancada que ia ser dada no mesmo. Segundo os depoimentos das testemunhas quem havia começado o conflito era a própria vítima e o mesmo estava armado com uma faca. De fato, em muitos casos foi possível é verificar pessoas irem aos bailes armadas.

Segundo a versão de depoimento de uma das testemunhas podemos reconstituir o crime. M. (lavrador, 28 anos, casado), depois de uma certa discussão com a vítima, lançou contra a mesma um instrumento que conduzia (bumbo), em consequência do que a vítima chegou a cair, em virtude da pancada que recebera na cabeça, que a vítima, depois de receber aquela pancada e cair, levantou-se; que M. não satisfeito com que havia feito, munido de uma ripa, vibrou uma pancada na cabeça da vítima, derrubando-a e deixando-a sem sentidos no solo.¹³¹

Como podemos perceber ao longo do testemunhos arrolados nos processos P. era um ser nocivo a sociedade além do vício da embriagues e da valentia. O mesmo já havia arrumado confusões em outras festas. Algumas testemunhas alegaram que no escuro não tinham visto

¹³⁰ CEDOC/I. Processo Crime n.467. 1953.

¹³¹ CEDOC/I, p.100.

quem era o autor do crime. Talvez uma forma de proteger os acusados, uma relação de solidariedade com seus companheiros.

Na madrugada de segunda-feira do dia 17 de fevereiro de 1936, a denúncia constante em um processo¹³² relata que pelas doze e meia horas na residência de JP. onde se realizava um baile, JM. (solteiro, agricultor, 23 anos) e MM. (solteiro, 22 anos, agricultor), por motivos fúteis investiram contra MH. (26 anos, lavrador, solteiro) socos a que veio provocar ferimentos neste.

Interessante os depoimentos das testemunhas que quase todas estavam presentes no baile, mas não afirmavam se os denunciados que haviam ferido M. exceto a figura JL. (26 anos, solteiro, lavrador) que em seu relato declarou que o M. veio brigar com ele com um garrafa na mão não querendo “encrensa” saiu para fora da sala. Mas em seguida pulara em cima de MH. que estava na cozinha da residência lhe dando vários socos.

A testemunha JB. (20, solteiro, lavrador) disse que veio a vítima M. lhe dando uma bofetada no nariz e não querendo criar desordens saiu para fora da sala e ficou na estrada. Através desses relatos podemos visualizar que os acusados já haviam começado brigas anteriores.

VK. (20 anos, solteiro, lavrador) intimado a depor relatou que o baile estava animado e em meio a essa animação ocorreu um “barulho” na sala entre o pessoal que ali frequentavam onde se achava MH, sentado em um banco, então veio J. e não viu mais nada pois foi apagado os lampiões.

Percebemos a representação dos irmãos M. como desordeiros e cometedores de brigas e confusões, além de ser comum estarem embriagados. JT. (26 anos, casado, lavrador), em seu depoimento relata que quando viu que os irmãos M. estavam provocando desordens retirou-se para fora da sala. Ainda no relato de MR. (18 anos, lavrador, solteiro) diz que os acusados estavam “quentes de pinga” e provocando desordens com todos os existentes.

São muitos os casos narrados, nos quais a “cachaça” é dita como causa direta de expressões de valentia. A embriaguez despertava nos homens tendências violentas. Entretanto, interessante notar que até mesmo os inspetores de quarteirões estavam envolvidos por suas desordens em estado de embriaguez. Normalmente esses indivíduos que embriagavam-se e produziam desordens eram conhecidos pela “vizinhança” como desordeiros, perigosos, logo, suspeitos perante a um acontecimento.

¹³² CEDOC/I. Processo crime n.140, 1937.

O consumo de dessas bebidas era um dos costumes presentes na sociabilidades masculina, nos mais variados momentos. Como podemos perceber a “cachaça” está presente nas festas da região de Mallet, nos bailes, nos botequins, nas bodegas, nas casas comerciais. Não utilizada apenas nos momentos de alegria, mas também para aliviar a tristeza. Em suas aventuras e desventuras o indivíduo que consumisse em excesso de álcool estaria mais sensível a agressividade e ações violentas.

Em outro processo¹³³ passível de nossa análise encontramos uma autoridade sendo acusada. Nas páginas processuais JL. (39 anos, casado, juiz de paz) foi acusado de agredir HM. (18 anos, lavrador, solteiro). Segundo o depoimento do acusado no domingo de mês de setembro de 1946 esteve com a família a noite em uma festinha de aniversário na casa de AW. Quando M. proibiu uma moça de dançar quando a mesma era convidada por um filho dele. Momentos depois H. saiu dançando com a referida moça a ao terminar a música sendo advertido pelo dono da festa de que não deveria proceder daquela forma, visto que ali não tratava-se de uma baile público, e nesse instante a vítima colocando a mão no bolso, puxou uma cédula de dez ou vinte cruzeiros e perto dele levantou a mão e disse toma “filha da puta,” que nesse instante apenas levantou o braço num instinto de defesa, mas sem querer ferir a vítima. Em virtude disso o dono da casa pediu para M. retirar-se do baile o que foi feito instantaneamente.

No desenrolar do processo encontramos o depoimento de JM.(solteiro, 30 anos, lavrador), e diz que todos os convidados estavam animados nos embalos de danças e tomando vinho. Que passará casualmente nessa noite por ali e fora convidado pelo dono da casa. Por volta de uma hora da madrugada, L. filho de J. foi tirar uma moça para dançar, sua namorada, que momentos depois M. saiu dançando com a mesma moça e depois de dar a volta na sala foi advertido pelo dono da casa que disse que não deveria ter agido daquela forma. Sendo assim, H. dirigiu-se ao acusado procurando pagar sua entrada, mas o dono da casa respondeu que não se tratava de um baile público uma festa de aniversário e assim M. encilhou seu cavalo e retirou-se do baile para sua residência.¹³⁴

No narrativa de AG. (casado, pedreiro, 34 anos), o mesmo salientou que na hora do “barulho” estava fora do salão do baile. Quando voltou não sabia se “travaram” luta corporal. E disse que conhecia o acusado a fazia muito tempo e era cidadão pacato, em relação a vítima também era pessoa de boa índole de bom comportamento.

¹³³ CEDOC/I. Processo crime s.n, 1946.

¹³⁴ CEDOC/I.1946.

MS. (casada, 50, doméstica) vizinha do acusado destaca que o acusado é de boa conduta. Relata que ambos os rapazes tiraram sua filha para dançar, H. e L. filho do interrogado. Mas como estava conversando com outras senhoras não viu e também ouvir dizer que tivesse havido qualquer barulho. Como podemos analisar sob o viés das representações da falas de testemunhas e do acusado a mistura explosiva para a discussão ou a desavenças entre os

Em outros casos percebemos que não haviam justificativas para determinado crime. Não havendo desentendimentos anteriores entre os indivíduos. Somente havia referências que o acusado estava alcoolizado, o mais viável era perceber o crime como sendo mais um efeito do álcool. A condição de embriaguez era suficiente para explicar alguns casos de violência, sendo que a bebida em excesso despertava agressividade nos sujeitos.

Em uma tarde de domingo de abril de páscoa do ano de 1933, quando se realizava uma festa na colônia 2, houve um conflito, originado por questões sem importância no qual PM. (22 anos, solteiro, lavrador), JS. (22 anos, solteiro, lavrador) feriam TD. (23 anos, solteiro, lavrador). Aproveitando sua “solteirice”, T. em seu depoimento diz que as 17 horas dirigiu-se para a colônia 2 onde se realiza uma festividade em frente ao cemitério local. Em um momento foi agredido estupidamente a ripadas por JS, SS, S. pai, AK, PM, PG, BP, EP, DP e OS e fulano de tal B.¹³⁵

Ainda relata que estava com seus irmãos F, H, e LS, que os mesmos não tinham motivos para serem agredidos e que os agressores estavam todos embriagados e armados de ripas e produziram-lhe um ferimento na cabeça. E que ele e seus companheiros não estavam embriagados quando foram atacados.

O depoimento de JS, uns dos acusados, (22 anos, solteiro, lavrador) diz que a vítima e seus irmãos “são elementos péssimos e de péssima reputação”. Que estes armados de ripas lhe desafiaram e a muitas pessoas para brigar e lhe dirigiam injúrias. Tendo lhe derrubado ao solo diante disso houve reação por parte dos agredidos “travando-se luta a ripadas”. Que também estava envolvido na briga mas não sabe quem havia causado o ferimento.

Em relação a representação dos irmãos D. como “desordeiros costumasses” em várias relatos encontramos mais testemunhas que enfatizam esse fato. Sendo muitas testemunhas parente do acusado, muitos destes tem a tendência em mudar as versões dos fatos para livrar a culpa. Como é o caso de MS. (casado, 46 anos, lavrador, natural da Ucrânia), este disse que diz

¹³⁵ CEDOC/I. Processo crime n.04, 1933.

que os ofendidos estavam acostumados a arrumar brigas e confusões, já sendo presos por tais atos. Na fala de PM. (solteiro, 22 anos, lavrador), por serem briguentos habituais cabe a responsabilidade de que houve naquele dia. No depoimento de PG (21 anos, solteiro, lavrador) são conhecidos e temidos na colônia 2.

BP. (22 anos, solteiro, lavrador), ao contar sua versão salienta que quem começou a briga foi o ofendido, e quem havia o ferido era PM e JS. Os irmãos D. faziam provocações aos rapazes presentes e armados de ripas que arrancaram da cerca do cemitério obrigando os rapazes a se defenderem. E diz que o excesso de álcool seria responsável pelo conflito.

A primeira testemunha MM. (23 anos, solteiro, lavrador), conhecendo a vítima e os outros rapazes acusados disse que a vítima era costumeira a arrumar confusão sendo em todas as festas em que eles tomam parte originarem conflitos e que os acusados também não são bons elementos porque costumam frequentemente brigar nas festas em que comparecem. Já no depoimento da segunda testemunha VM. (20 anos, solteiro, lavrador), disse que os agressores são bom rapazes.

Os acusados em suas versões dizem que agiram em legítima defesa, que os irmãos D. começaram as provocações e armados de ripas deram início a briga. Assim para defender-se armaram-se de ripas também. E segundo os relatos FD. portava uma “pistola Mauser”. Ainda destacaram que o ofendido são tidos “como uzeiros e veseiros a rixas e desordens; ébrios habituais e temíveis nas circunvizinhanças de Dorizon.”¹³⁶

Como podemos notar através dessas versões, os provocadores e desordeiros sempre estavam aptos a criar confusão em lugares de sociabilidade. O álcool presença constante nesses divertimentos também poderia ser uma mistura explosiva para brigas e conflitos. Como nesse caso nenhuma justificativa prévia e racional é dada para esclarecer a ocorrência dessa agressão. O que nos leva a crer que o excesso de álcool no sangue dos envolvidos levou a tal prática. Ou ainda uma forma de mostrar-se forte, viril, como mencionado por algumas testemunhas os irmãos D. eram temidos na região de Dorizon, diferenciados de outros homens pacatos.

Como podemos perceber a presença do excesso do consumo de bebidas alcoólicas nesses bailes ou festas. Segundo Andrezza¹³⁷ as festividades de casamentos eram acompanhadas de grandes bebedeiras. Ainda segundo a autora “as pessoas do meio rural sempre

¹³⁶ CEDOC/I. Processo Crime, 1933, p.41.

¹³⁷ ANDREAZZA, 1996.

utilizaram as bebidas fortes para aquecerem seus corpos e suas almas”¹³⁸ fazendo parte do arcabouço social. Era comum um “trago” antes do almoço e de noite, mas não embriagavam-se. Os indivíduos se embebedavam nos casamentos que era a festa deles.

¹³⁸ ANDREAZZA, p.140.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos verificar várias eram as ocasiões para a realização das festividades. Elas poderiam ser de caráter religioso ou não. Um maior número de bailes aconteciam nas residências, clubes e até mesmo nas escolas. Esses eventos eram regados a bebidas alcoólicas, música e danças. Vários eram os momentos de sociabilidade vivenciados pela população malletense, além dos bailes e festas, os botequins, as casas comerciais, as corridas de cavalo e as casas de bilhar eram local de encontro e interação social. No entanto, nem sempre reinava a harmonia, mas pelo contrário poderia resultar em brigas, agressões verbais, físicas e até mesmo mortes. Em meio à luz dos lampiões, ao embalo de músicas e danças e de “trago em trago” os indivíduos se divertiam, mas também traçavam suas tensões, conflitos que poderiam pré-existir a esse momento festivo ou ser potencializado.

A partir da análise do processos criminais pudemos vislumbrar relações antagônicas e de proximidade entre os moradores locais malletenses. De modo geral, estes eram conhecidos, vizinhos, amigos e até mesmo parentes. Através do relatos contidos nos autos podemos constatar o conflito, a solidariedade, a tensão entre os diversos segmentos sociais da região. Os depoimentos dos personagens envolvidos na trama, seja réus, vítimas, testemunhas, estabelecendo suas “verdades,” nos mostram suas fainas diárias, seus modos de vida, atividades econômicas, suas possibilidades de diversão e momentos de sociabilidade.

Com expressões como “provocador”, “por ser seu costume”, “por ser violento e rixoso e turbulento”, “por ter fama de valentão”, entre outras, as testemunhas vão afirmando seus valores e juízos morais a respeito dos réus, o que terminava por desenhar sua culpabilidade. Ou sua inocência, quando através de frases como “respeitador das leis”, “homem pacífico e trabalhador”, as testemunhas vão expressando suas simpatias.

Franco destaca que os locais de sociabilidade, principalmente as festas, se apresentam como um espaço com plateia disponível, possibilitando que desavenças antigas sejam resolvidas, além de reafirmações de valentia perante a comunidade. Para a autora, o desafio representa uma espécie de elo entre a diversão e a violência, principalmente nos grupos caipiras, que por possuírem espaços menos numerosos promoviam com maior probabilidade encontros entre sujeitos com antigas situações de tensão.¹³⁹

¹³⁹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

Tais tensões podiam ser potencializadas pelo teor de álcool no sangue dos indivíduos. Nesses momentos de sociabilidade “de trago em trago,” vários homens perdiam a razão e acabavam agredindo outros indivíduos. A cachaça, a cerveja e o vinho eram elementos indissociáveis da sociabilidade malletense. No cotidiano de Mallet a cachaça fazia parte do dia-a-dia da população. Mas é nas festividades é que percebe os excessos desse consumo.

Além da constante presença do álcool nos conflitos verificamos que a fronteira étnica era outro fator presente na sociedade malletense entre alguns grupos sociais. Podemos constatar que a maioria de réus e vítimas eram ucranianos o que nos leva a crer que a fronteira étnica era tão forte a ponto de não socializar-se. Em alguns clubes através da origem étnica de réus, vítimas e testemunhas verificamos que havia a participação de ucranianos ou poloneses e outro grupos. Em alguns casos a socialização entre tais etnias e a existência dessa fronteira levou ao crime.

Ainda mais em se tratando de pessoas em processo de ressocialização, era nesses encontros que essas pessoas expressavam suas tensões, suas censuras, traçavam fronteiras, produziam e/ou afirmavam identidades na convivência com indivíduos de outra nacionalidade, do sexo oposto. Ou seja, era nesses momentos lúdicos que as diferenças e divergências ganhavam gravidade. Não obstante, muitos acabavam em confronto aberto, físico inclusive e acabavam até mesmo em mortes.

A análise desses processos criminais nos permitiram entrever que a aproximação entre ucranianos e a poloneses e outros imigrantes nem sempre acontecia sem traumas. A presença de diversas etnias podem ser encontrada nesses momentos de sociabilidade, como as fontes indicam, mas a união desses grupos sociais nem sempre ocorria de forma pacífica. Os participantes imersos nesse espaço estavam nesse local para se divertir. Também havia aspectos que os diferenciavam, como a etnia dos participantes. Nesse espaço os traços identitários eram reafirmados.

O encontro com outras etnias acarretou o embate que, muitas vezes, transformou-se juridicamente em crime. As festividades são fatos concretos que revelam tensões entre os grupos culturais da região. Os crimes aconteciam nos nesses locais, mas os conflitos e as tensões precediam a esses momentos festivos e, certamente, continuavam após o final da festa. Logo, não era ali que as fronteiras identitárias eram definidas. Nesse momento, elas apenas se reafirmavam devido a convivência próxima por algumas horas, ao uso do álcool ou ao calor das emoções mais animadas.

A festa como realidade social expressa espontaneamente uma determinada realidade. Pode-se, assim, destacar que tais sociabilidades registradas nos processos criminais oferecem suporte para conhecer as relações estabelecidas entre a sociedade malletense. A partir da análise dos processos criminais, foi possível vislumbrar o panorama social da sociedade de Mallet-PR revelando que as sociabilidades estabelecidas entre essa população nem sempre ocorriam de forma pacífica.

REFERÊNCIAS

- ALEGRÍA, Margarita. La Carpa y el género chico, dos diversiones populares, dos siglos em México. In: ROZÓN, León. Fuentes humanísticas: Espectáculos, diversiones, esparcimiento y tiempo libre. Año 17, número 30 (primer semestre, 2005).
- ANDREAZZA, Maria Luiza. Paraíso das Delícias: Estudos de um Grupo Ucraniano (1895-1995). Curitiba. 1996.
- ZENHA, Celeste. “As práticas da justiça no cotidiano da pobreza”. Revista Brasileira de História. V. 5, ° 10. março/agosto. 1985
- ANTOCZECEN, Inês Valéria. O retorno da História: A festa das Nações (Mallet-PR) -Um estudo em torno das fronteiras étnicas entre poloneses e ucranianos. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Centro-Oeste Irati. 2015.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.37.
- BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (Org). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BARRIENTOS, Jaime Delgado, MERUANE, Paulina Salinas, VARAS Pablo, Rojas Aras, OPAZO, Patricio Meza. Minería, Género y Cultura. Una aproximación Etnográfica a espacios de esparcimiento y diversión en el norte de Chile. Universidad Católica del Norte. Revista de Antropología Iberoamericana. Volumen 4, Número 3. Septiembre-Diciembre 2009. p.387
- BARTALHO, Renata Regina Gouvêa. Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica. Anais XVII Simpósio Nacional de História. Natal-RN.2013.
- BERNARDO, Maria Ana. Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX. Círculo Eborense. Edições Cosmos. Évora. 2001.
- CALDO, Paula, FERNANDÉZ, Sandra. Sobre el sentido de lo social: asociacionismo y sociabilidad. Um breve balance. La quinta Pata y Camino ediciones. 2008.
- CAAL, Jordi, Historiografía y sociabilidad en la España contemporánea: Reflexiones con término. Vasconia. Vol: 33, 2003.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- CARVALHO, Thaís de Freitas. Gente da noite: Cultura popular e sociabilidade noturna em Pelotas, RS (1930-1939). Dissertação de mestrado em história. Universidade estadual de Pelotas. Pelotas, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- CORREIA, Hortensio Sobrado. Algumas notas acerca de la vida cotidiana del campesinado gallego em la Edad Moderna. Revista Portuguesa de História TOMO XLVII. Coimbra. 2016.
- DROPPA, Alisson. Consumo de bebidas alcoólicas e conflitos sociais: a contribuição dos “bêbados” criminalizados para a o estudo da formação social da colônia de Ijuí (1890-1920). Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio do Sinos. São Leopoldo. 2009.

- ESTEVEZ, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FAUSTO, Boris. *Crime Cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924*. São Paulo: Brasileira, 1984.
- FREITAS, Felipe Berté. *Farristas, Bailarinos e Baderneiros: violência e sociabilidades na região norte do Rio Grande do Sul (1900-1930)*. Revista Semina. V. 12 n. 1. 2013.
- GAYOL, Sandra. *Sociabilidad em Buenos Aires: Hombres, honor e cafés 1862-1910*. Ediciones del Signo, Buenos Aires. 2000.
- GRENTESKI, Francile e SIEKLINSKI, Mario Aleixo. *Inventário Turístico*. Mallet: s/e. 2002.
- GRINBERG, Keila. *A história nos porões dos arquivos judiciais*. PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUEREÑA, Jean Louis. *Sociabilidad fin de siglo. Espacios asociativos em torno a 1898*. Cuenca. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. 1999.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *A história e os Arquivos: Anotações á margem dos documentos*. PontodeAcesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 60-71, abr. 2009.
- HORBATIUK, Paulo. *Imigração Ucraniana no Paraná*. 1ª. ed., Uniporto: Porto União, 1989.
- IBGE–Mallet-PR–histórico. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/mallet.pdf>, último acesso em dezembro de 2016.
- IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e Violência contra a mulher: O papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablme/Fapesp, 1998.
- JANCSÓ, István, KANTOR, Íris. *Festa e Cultura na América Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, Edusp;Fapesp. 2001.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência- Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- LEANDRO, José Augusto. *No fandango*. Revista de História Regional 12 (1):41-63, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.
- LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaço Urbano, sociabilidade e confrarias, Lisboa nos finais do Antigo Regime*. Universidade Nova de Lisboa. Centro de história e Cultura Terramar. Lisboa. 1999
- LOUSADA, Maria Alexandre. *A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime*. Lisboa, Ed. Colibri.2003.
- MAGALHÃES, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EdUFPel; Livraria Mundial, 1993.
- MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela. *Diversiones Rurales y Sociabilidad Popular em Chile Central:1850-1880*. In: AGULHON, Maurice. *Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940*. Santiago de Chile. Fundación Mario Góngora, 1992.

- MIRANDA, Marcia Eckert. Os arquivos e o ofício do historiador. Anais XI Encontro Estadual de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.
- MIRANDA, Marcia Eckert. Historiadores, Arquivistas e Arquivos. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011.
- MONSMA, Karl. Histórias de violência: processos criminais e conflitos inter-étnicos. Anais XXIX Encontro Estadual da ANPOCS, Petrópolis, RJ, outubro de 2000.
- MUCHEMBLED, Robert. História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- MÜHLEN, Caroline Von. “Levantou-se dentro da sala um forte barulho seguido de gritos e choros...” A venda como espaço de transações comerciais e desentendimentos. (1846-1865). Oficina do Historiador. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2014.
- NAVARRO, Javier. Sociabilidad y Historiografía: trayectorias, perspectivas y retos. Universitat de València. Saitabi, n. 56, 2006.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de & SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. Sociologia, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005.
- RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In. GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.; Coord.). *Império*. Passo Fundo: Mérito, 2006
- ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. Passos Cambaleantes, Caminhos Tortuosos: Beber cachaça, prática social e masculinidade- Recife/PE-1920-1930. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2003.
- ROSA, Andréia Marsaro da. “Supõem ser a rezinga proveniente de estarem quentes de cachaça”: considerações sobre os fandangos de Guarapuava através dos processos-crime, 1854-1878. Anais XIV Encontro Regional de História. Campo Mourão-PR. 2014.
- ROSEMBERG, André; SOUZA, Luiz Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. In: **Patrimônio Memória**. Unesp – FCLAs – CEDAP, v.5, n.2, 2009.
- SOARES, Geraldo Antônio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. *Dimensões: revista de História da UFES*, Vitória: PPGHIS/CCHN, 2004.
- SOCHODOLAK, Hélio. Processos Criminais e História da Violência. Mallet-PR. (1913-1945). Anais XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis-SC. 2015
- STOPPINO, Mario. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política- Brasília: Universidade de Brasília, 1998
- SOPELSA, Renata. “Provocadores e turbulentos”: um estudo de caso sobre as relações de solidariedade e conflito entre brasileiros e imigrantes pobres no final do século XIX e início do XX. Anais Congresso Internacional de História. 2011.
- ANTOCZECEN, Inês Valéria. O retorno da História: A festa das Nações (Mallet-PR) -Um estudo em torno das fronteiras étnicas entre poloneses e ucranianos. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Centro-Oeste Irati. 2015.
- TELEGINSKI, Neli Maria. Bodegas e bodegueiros de Irati-PR na primeira metade do século XX. 2012. 250 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.

TORRETI, Fernando Purcell. Diversiones y juegos populares. Formas de Sociabilidad y critica social. Colchagua, 1850-1880. Coléccion Sociedad y Cultura. Santiago-Chile. 2000.

URÍA, Jorge. Sociabilidad informal y semiótica de los espacios. Algunas Reflexiones de Método. Universidad de Ovideo. 2008.

WROSKI, Ivone de Almeida Guizélia. A presença de imigrantes poloneses e descendentes no desenvolvimento social, político e econômico de Marechal Mallet, posteriormente grafado somente Mallet. Grupo Folclórico Polônês Marzey. Curitiba, 2016.

FONTES CONSULTADAS

CEDOC/I. Processo crime n.08/1925.
CEDOC/I. Processo crime s.n/1925.
CEDOC/I. Processo crime n.16/1927.
CEDOC/I. Processo crime n.30/1931.
CEDOC/I. Processo crime n.04/1933.
CEDOC/I. Processo crime n.3391/1935.
CEDOC/I. Processo crime n.140/1937.
CEDOC/I. Processo crime n.159/1938.
CEDOC/I. Processo crime n.191/193.9
CEDOC/I. Processo crime s/n. 1936.
CEDOC/I. Processo crime n.209/1940.
CEDOC/I. Processo crime n.233/1942.
CEDOC/I. Processo crime n.256/1943.
CEDOC/I. Processo crime n.258/1943.
CEDOC/I. Processo crime n.260/1943.
CEDOC/I. Processo crime n.02/1945.
CEDOC/I. Processo crime n.362/1948.
CEDOC/I. Processo crime n.379/19.49
CEDOC/I. Processo crime s/n 1951.
CEDOC/I. Processo crime n.432/1951.
CEDOC/I. Processo crime n.458/1952.
CEDOC/I. Processo crime n.2005/1953.
CEDOC/I. Processo crime n.6648/1952.
CEDOC/I. Processo crime n.467/1959.
CEDOC/I. Processo crime n.501/1955.
CEDOC/I. Processo crime n.504/1955.
CEDOC/I. Processo crime n.06/1955.
CEDOC/I. Processo crime n.15/ 1956.
CEDOC/I. Processo crime n.13/1957.
CEDOC/I. Processo crime n.47/1958.
CEDOC/I. Processo crime n.02/1958.
CEDOC/I. Processo crime n.01/1959.

CEDOC/I. Processo crime n.026/1961.

CEDOC/I. Processo crime n.24/1961.

CEDOC/I. Processo crime n.212/1965.

Arquivo Público do Paraná. Relatório de Governo do Estado do Paraná, 1940, 1941.

CEDOC/I, Atas da Câmara Municipal de Mallet, 1912-1928.

- Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO
- Autorizo a divulgação do resumo e do abstract no banco de dados do PPGH/UNICENTRO

Irati PR, 26 de setembro de 2017.

Angelica Dacluk
Nome da mestra